

Comitê de Luta pela Educação sem Censura convida:

Em 20/12, vamos à Câmara Municipal de SP para evitar aprovação de projeto “Escola sem Partido”

Formado a partir da iniciativa da Adusp e contando com a participação das demais entidades que integram o Fórum das Seis, o “Comitê de Luta pela Educação sem Censura” tem uma primeira e importante atividade pública: um ato nesta quinta-feira, 20/12/2018, em frente à Câmara Municipal de São Paulo, às 15 horas.

O objetivo é acompanhar e protestar contra a discussão do Projeto de Lei 222/2017, encaminhado pelo vereador Fernando Holiday (DEM), que institui o programa “Escola sem Partido” no âmbito do sistema municipal de ensino. O PL 222/2017 é um dos elencados para entrar em pauta na reunião do chamado Congresso de Comissões da Câmara nesta data.

Em seu artigo 2o, a proposta de Holiday determina que “o poder público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer o desenvolvimento de sua personalidade em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero”. O projeto prevê, ainda, afixação de cartazes, nas instituições de educação infantil, contendo os seis “deveres do professor”. O primeiro deles: “O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”.

O PL 222/2017 segue o conteúdo previsto no projeto federal 7.180/2014, que teve sua tramitação na Câmara dos Deputados encerrada neste ano, sem ter sido aprovada, como fruto da pressão dos deputados de oposição. O projeto deve voltar à pauta em 2019.

O Comitê

O “Comitê de Luta pela Educação sem Censura” já conta com a participação de dezenas de entidades sindicais, estudantis e de movimentos populares vinculados à educação. No dia 11/12, em sua terceira reunião, realizada na sede da Apeoesp, em São Paulo, foi aprovado um manifesto, que você confere em anexo. Ele será distribuído no ato em

frente à Câmara Municipal de SP.

O texto diz que é necessário “articular não apenas nossa defesa jurídica e política, mas principalmente mobilizar toda a comunidade escolar contra os ataques, e nos organizar para mostrar à população que projetos do tipo ‘escola sem partido’ são e serão prejudiciais a todas/os”. Em seguida, alerta que “os legisladores e governantes que defendem esses projetos e seus ataques são, não casualmente, os mesmos que patrocinam a retirada de recursos da educação, da saúde e das áreas sociais”.

O Comitê já conta com uma página na Internet, ainda em fase de ajustes, destinada a publicar seus informes e documentos, bem como notícias das entidades, coletivos e movimentos participantes da mobilização contra propostas ligadas ao projeto “Escola sem Partido”.

Para falar com o Comitê, escreva para o *e-mail* contato@comite.org.br. A próxima reunião está marcada para o dia 17/1/2019, às 18 horas, em local a ser definido.

URGENTE

**Todos à Câmara Municipal de SP
barrar o "Escola Sem Partido"**

**Votação do projeto marcada para
quinta-feira, 20/12, às 15 horas**

**Comitê de Luta pela Educação Sem Censura
www.comite.org.br**

13/12/2018
QUINTA-FEIRA

Fórum vai realizar ato unificado durante reunião do CO da Unesp e debate na Alesp

Na Unesp, mantêm-se as incertezas em relação ao pagamento do 13º salário aos servidores docentes e técnico-administrativos estatutários. A Reitoria da Universidade informa apenas que está aguardando manifestação do governador Márcio França sobre uma possível suplementação de recursos com este fim.

Solidárias com a situação dos servidores docentes e técnico-administrativos estatutários da Unesp, as entidades que compõem o Fórum das Seis estão convocando um ato estadual unificado para 13/12/2018, dia em que acontece uma reunião do Conselho Universitário (CO) da Unesp. No mesmo dia, na sequência, em torno das 11h30, faremos um ato/debate na Alesp, como você vê no banner abaixo.

Participe das caravanas que estão sendo montadas por sua entidade! Vamos dedicar o dia 13/12 para a defesa dos nossos direitos e da educação pública!

13/12/18 É DIA DE DEFENDER NOSSOS DIREITOS E A UNIVERSIDADE PÚBLICA

8h30: em frente à Reitoria da Unesp -
*“Ato estadual unificado em defesa
do 13º salário para todos”*.

Neste dia, haverá reunião do
Conselho Universitário

11h30: na Alesp (auditório Paulo Kobayashi) -
Ato debate *“As universidades e a construção das liberdades
democráticas”*, com exposições sobre:

- Os 50 anos do AI5;
- Os 30 anos da Constituição de 1988;
- Os 30 anos da autonomia universitária das estaduais paulistas.



Cruesp aderiu às 'fake news'?

Ofício dos reitores manobra com palavras para “esquecer” compromisso de discutir excedentes na arrecadação

O Fórum das Seis vem cobrando do Cruesp o agendamento de uma reunião para debater o crescimento na arrecadação do ICMS e as possibilidades de aplicação deste excedente, considerando o arrocho nos salários, a necessidade de contratações, retomada das carreiras, permanência estudantil e outros. O compromisso de realizar esta reunião foi celebrado na última negociação entre as partes, no dia 13/6.

“Esquecendo” a palavra empenhada formalmente, no entanto, os reitores recusam-se a agendar o encontro. Em ofício enviado ao Fórum das Seis no dia 1º/11, eles afirmam que “as universidades não contam com excedentes financeiros, pois aumentos pontuais recentes na arrecadação do ICMS tão somente diminuem os déficits orçamentários existentes em todas as três instituições”.

A manobra com as palavras é evidente. Teria sido um lapso dos reitores ou uma deliberada adesão à era das “fake news”? Ocorre que o acordo celebrado entre as partes não se refere a “excedentes financeiros nas universidades”, mas sim a excedentes financeiros na arrecadação do ICMS, conforme **Comunicado Cruesp 3**, de 13/6/2018.

E não há como negar a existência destes excedentes. Dados do portal da Secretaria da Fazenda mostram que a arrecadação do ICMS em outubro/2018 foi de R\$ 8.895.048.798, o que indica um crescimento de 10,115% em relação a outubro/2017. O período jan/out de 2018 cresceu 7,40% em relação a jan/out de 2017.

O mínimo que se espera, agora, é que os reitores cumpram a palavra empenhada na mesa de negociação e agendem uma reunião com o Fórum das Seis para debater este cenário.

13º salário para todos!

Fórum indica ato em 13/12, durante reunião do CO da Unesp

Na Unesp, mantêm-se as incertezas em relação ao pagamento do 13º salário aos servidores estatutários. A Reitoria da Universidade informa apenas que está aguardando manifestação do governador Márcio França sobre uma possível suplementação de recursos com este fim.

Em 2017, o cenário foi idêntico. A Unesp quitou o 13º dos estatutários somente em janeiro deste ano, utilizando para isso a dotação orçamentária de 2018.

O Fórum das Seis convoca um ato público unificado durante a realização da reunião do Conselho Universitário (CO) da Unesp, marcado para 13/12, em São Paulo: **QUEREMOS A GARANTIA DO PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO PARA TODOS!** Mais detalhes em breve.



LDO-2019: Câmara de Campinas aprovou moção

No dia 29/10, o Fórum das Seis realizou mais um ato regional, desta vez na Câmara Municipal de Campinas. O objetivo foi divulgar a luta pela aprovação das emendas do Fórum junto ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019), que tramita na Assembleia Legislativa. As emendas pedem mais recursos para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Paula Souza.

O ato foi transmitido ao vivo pela TV Câmara de Campinas e está disponível no Youtube, pelo link:

<https://www.youtube.com/watch?v=mW48PzdVUn4>



O ato do Fórum foi transmitido ao vivo pela TV Câmara

O vereador Pedro Tourinho (PT) apresentou ao plenário a proposta de moção em defesa das emendas do Fórum das Seis na LDO-2019. O texto foi aprovado por unanimidade pelos vereadores presentes.

Diferente dos anos anteriores,

quando era votada até julho, no mais tardar, a LDO 2019 ainda não foi aprovada na Alesp. As disputas entre as candidaturas Doria (PSDB) e França (PSB) travaram a pauta da Assembleia. A expectativa é que o texto volte ao plenário em breve.

Conjuntura política

Defesa da autonomia universitária e dos direitos constitucionais da comunidade acadêmica

O resultado das eleições de 2018, com Jair Bolsonaro na presidência e João Dória no governo paulista, coloca de imediato algumas questões para o país, e para as universidades públicas. Ambos têm defendido, de diferentes formas, propostas de transformação das universidades em instituições de caráter privado, inclusive aventando a possibilidade de acabar com a gratuidade do ensino superior público e de diminuir drasticamente os recursos estatais a elas destinados, além de defenderem explicitamente o projeto “Escola sem Partido”. Isso tudo é agravado com a perspectiva de uma reforma da Previdência ainda mais draconiana do que a proposta encaminhada pelo governo Temer, e da quase criminalização da atividade docente.

Nesse cenário, a universidade pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada passa a ser considerada uma entidade indesejável, que subverte os valores cívicos, morais e educacionais desses senhores e dos seus apoiadores.

Embora desautorizados pelo Supremo Tribunal Federal, os últimos acontecimentos envolvendo ataques às universidades públicas, perpetrados por agentes estatais, em alguns casos com respaldo judicial, bem como um grande número de ações com maior ou menor grau de violência, praticadas contra vários segmentos da comunidade acadêmica, recomendam que tomemos medidas para salvaguardar nosso ambiente de trabalho e preservar nossas universidades, que são patrimônio do povo brasileiro.

Reunidas em 9/11, as entidades que compõem o Fórum das Seis aprovaram algumas medidas no intuito de estabelecer uma rede de solidariedade e de fazer com que a sociedade perceba a importância das universidades estaduais paulistas, das ETECs e FATECs, por meio de todo tipo de interação que possamos estabelecer com ela. As iniciativas são:

Nas unidades, criar comitês/núcleos de autodefesa, fortalecendo a unidade dos segmentos (servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes), com os coleti-

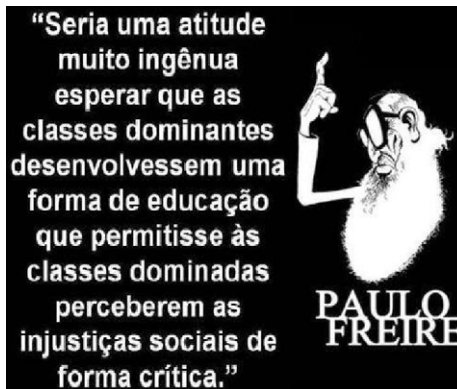
vos identitários (movimento negro, feminista, LGBT). O objetivo é discutir e eleger pautas comuns que dizem respeito às questões internas às Universidades, ETECs e FATECs, e àquelas mais gerais, que também poderão ser levadas para fora, como é o caso da reforma da Previdência e a seguridade social;

Fazer contatos com sindicatos, movimentos sociais e associações de bairro locais, com o objetivo de promover eventos comuns, cursos, mesas redondas e demais atividades que possam dar visibilidade à importância do trabalho desenvolvido nas Universidades, ETECs e FATECs, bem como para estabelecer um diálogo com a sociedade e construir conjuntamente uma compreensão mais profunda do momento político que estamos atravessando, incorporando os saberes acadêmicos e não acadêmicos na elaboração de formas de superação das nossas adversidades.

Distribuir uma cartilha com informações sobre a legislação que rege o trabalho docente em sala de aula e o texto da decisão da ministra Cármen Lúcia, do STF, emitida em 27/10. Um bom material, neste sentido, é a cartilha elaborada pelo An-des – Sindicato Nacional.

O Fórum das Seis enviará ofício ao Cuesp e à Superintendência do Centro Paula Souza, propondo que se manifestem no sentido de garantir a preservação da liberdade de cátedra e de livre manifestação nestas instituições públicas de ensino. Se necessário, que criem mecanismos internos para preservá-los, de fato e de direito, dando suporte jurídico e moral a eventuais atingidos que assim o desejarem.

O Fórum das Seis também solicitará que os conselhos universitários da Unesp, Unicamp e USP, bem como ao Conselho Deliberativo do Ceeteps, que se manifestem contra o projeto “Escola sem Partido”.



Convite: Na terça, 13/11, tem audiências públicas sobre o IAMSPE e o “Escola sem Partido” na Alesp

10H: AUDIÊNCIA PÚBLICA “ORÇAMENTO: IAMSPE PEDE SOCORRO”

Local: Auditório Paulo Kobayashi (Alesp)

Pauta: O evento vai debater o PLC 52, de autoria governamental, que quer transformar o IAMSPE em autarquia de regime especial.

19H: AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE “ESCOLA SEM PARTIDO – NÃO À MORDAÇA E À PERSEGUIÇÃO DO MAGISTÉRIO”

Local: Auditório Franco Montoro (Alesp)

Convidados: Professores(as), entidades representativas do magistério, Ministério Público, Defensoria Pública, juristas e especialistas em educação.

Convite: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONTRA O “ESCOLA SEM PARTIDO” NÃO À MORDAÇA E À PERSEGUIÇÃO DO MAGISTÉRIO!!

Convidados: professoras e professores, entidades representativas do magistério, Ministério Público, Defensoria Pública, juristas e especialistas em educação.

Realização: **PROFESSOR CARLOS GIANNAZI O DEPUTADO NA EDUCAÇÃO**

Terça 13/11, às 19h
Auditório Franco Montoro, Assembleia Legislativa - Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Ibirapuera SP

FORUM

das seisSTU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

Mais recursos para as universidades e o Ceeteps

Fórum das Seis entrega documento para equipe de França. Candidatura Doria não dá retorno

Após enviar ofício às duas candidaturas ao governo de São Paulo - João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB) - solicitando audiência para discutir a situação das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, o Fórum das Seis obteve retorno deste último. Embora não tenham sido atendidos diretamente pelo candidato Márcio França, os representantes do Fórum puderam entregar à sua equipe (naquele momento comandada por Lúcia França) documentos que explicitam a crise de financiamento destas instituições. Ao lado, confira ofício do Fórum que acompanhou os documentos entregues.



Lúcia França recebe documento de membros do Fórum das Seis

FORUM**das seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

São Paulo, 22 de outubro de 2018.

Prezado candidato ao governo do Estado de São Paulo, Sr. Márcio França,

Como certamente é do seu conhecimento, as universidades públicas paulistas e o Centro Paula Souza estão passando por momentos de extrema dificuldade, com sério risco de terem suas atividades sucateadas a ponto de não poderem mais cumprir com suas finalidades fundamentais de oferecer ensino de qualidade para gerações de jovens paulistas e brasileiros, nem de produzirem conhecimento, tecnologia e pensamento crítico, componentes essenciais da soberania nacional. Vimos à sua presença solicitar que assuma um compromisso com esse imenso patrimônio do Estado de São Paulo, apoiando nossas principais reivindicações, que são:

- 1- Que a dotação orçamentária para as universidades se reporte ao total do produto da arrecadação do ICMS, quota-parte do Estado;
- 2- Que sejam destinados 3,3% do total da arrecadação do ICMS para o Centro Paula Souza;
- 3- Que seja disponibilizada suplementação orçamentária e financeira para a Unesp ainda em 2018;
- 4- Que sejam criadas estratégias para superar a questão da insuficiência financeira, que tem estrangulado as universidades e, literalmente, suprimido recursos que deveriam ser aplicados no seu custeio e não como parte da folha dos aposentados e pensionistas, cuja atribuição, conforme a Lei Complementar 1.010/2007, é do Tesouro Estadual;
- 5- O Fórum das Seis também solicita de Vossa Senhoria especial atenção às emendas propostas pelo Sinteps (Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza) ao PL 30/2018, em tramitação na Alesp. Tais emendas terão baixíssimo impacto financeiro, mas farão justiça aos trabalhadores das ETECs e FATECs.

É o mínimo que a comunidade que confere existência concreta ao sistema de ensino superior público paulista espera de quem pretende governar o nosso Estado, aqui representada pelo Fórum das Seis, que congrega os sindicatos de trabalhadores docentes, técnico-administrativos e representações estudantis da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza.

Finalmente, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos acerca da situação atual das instituições que representamos, bem como de suas necessidades imediatas e mediatas.

João da Costa Chaves Júnior
Coordenação do Fórum das Seis



Luta na LDO-2019

**29/10 tem ato regional em
Campinas. Confira no verso**

Luta por mais recursos na LDO-2019

29/10, segunda-feira, tem novo ato regional em Campinas

Após a realização dos atos regionais em Marília e Araraquara, respectivamente em 17 e 18/9, o Fórum das Seis agendou nova atividade, desta vez para Campinas. Vai ser no dia 29/10, segunda-feira, com concentração às 16h, em frente à Câmara Municipal da cidade (Av. da Saudade, nº 1004, Ponte Preta).

Representantes do Fórum farão uso da palavra no chamado “Pequeno Expediente” da Câmara, em torno das 17h. Além disso, os vereadores serão convidados a assinar moção de apoio às nossas reivindicações de mais recursos para a educação pública paulista.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis enviou propostas de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019) elaborado pelo governador e em tramitação na Assembleia Legislativa de SP (Alesp), reivindicando mais verbas para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Paula Souza (que mantém as ETECs e FATECs). Até o fechamento deste boletim, em 25/10/2018, ainda permanecia na Alesp o impasse político que vem impedindo a votação da LDO-2019, que estabelece os percentuais do orçamento paulista para cada setor no ano seguinte. Tradicionalmente, ela é aprovada até o final de junho ou, mais tardar, no início de julho, precedendo o recesso parlamentar. No entanto, neste ano, segundo vários parlamentares, nada deve ocorrer antes do resultado das eleições para governador, que têm no segundo turno a disputa entre Márcio França (PSB) e João Doria (PSDB).

ATO REGIONAL • FORUM das seis

**EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
E DO CENTRO PAULA SOUZA**

A concentração será em frente à Câmara Municipal (Av. da Saudade, 1004 - Ponte Preta), às 16h. Logo após, os representantes do Fórum das Seis farão uso da palavra no chamado “Pequeno Expediente”, em torno das 17h.

NA LUTA POR MAIS RECURSOS NA LDO 2019

29/10, ÀS 16H - CÂMARA MUNICIPAL, CAMPINAS

Luta por mais recursos**Fórum pede audiência com candidatos ao governo de SP**

O Fórum das Seis enviou ofício aos candidatos ao governo de São Paulo, João Dória (PSDB) e Márcio França (PSB), solicitando audiência para tratar da crise de financiamento das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza. O objetivo é expor a eles a situação destas instituições e a necessidade de ampliação de recursos para que continuem prestando os relevantes serviços que oferecem à sociedade.

Ao lado, modelo de ofício enviado a eles, ainda sem retorno.

FORUM **das seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE FATEC e Representação Estudantil da Unesp

São Paulo, 15 de outubro de 2018

Ofício nº xx/2018

Prezado Sr. xxxxxxxxxxxx
Ilmo. Candidato ao Governo do Estado de São Paulo

O Fórum das Seis – que reúne os sindicatos dos servidores técnico-administrativos e dos docentes, bem como as representações estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza – solicita uma reunião com Vossa Senhoria para tratar da crise de financiamento das Universidades Públicas Paulistas e do Centro Paula Souza, instituições de fundamental importância para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de São Paulo e do país, além de proporcionarem formação de excelência para gerações de jovens paulistas e brasileiros(as).

Certo de que Vossa Senhoria não é insensível a questões que dizem respeito ao sistema público de ensino superior paulista, bem como a produção de conhecimento, e aos relevantes serviços prestados por essas instituições estratégicas para a consolidação da soberania nacional, aguardamos a marcação de uma data para que possamos apresentar nossas considerações sobre este tema, preferencialmente antes do dia 28 de outubro.

Atenciosamente,



João da Costa Chaves Júnior
Coordenação do Fórum das Seis

LDO-2019: Ato regional em Campinas será 29/10

Após a realização dos atos regionais em Marília e Araraquara, o Fórum agendou nova atividade, desta vez para Campinas. Vai ser no dia 29/10, segunda-feira, com concentração às 16h, em frente à Câmara Municipal da cidade. Representantes do Fórum farão uso da palavra no chamado “Pequeno Expediente” da Câmara, em torno das 17h. Além disso, os vereadores serão convidados a assinar moção de apoio às nossas reivindicações de mais recursos para a educação pública paulista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019), que está tramitando na Assembleia Legislativa de SP (Alesp).



ATO REGIONAL • FORUM das seis

EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E DO CENTRO PAULA SOUZA

A concentração será em frente à Câmara Municipal (Av. da Saudade, 1004 - Ponte Preta), às 16h. Logo após, os representantes do Fórum das Seis farão uso da palavra no chamado “Pequeno Expediente”, em torno das 17h.

NA LUTA POR MAIS RECURSOS NA LDO 2019

29/10, AS 16H - CÂMARA MUNICIPAL, CAMPINAS

Fórum faz “plantão” e cobra do presidente do Cruesp: Negociação, já!

Arrecadação segue em alta, comprometimento com salários despensa

Após o envio de dois ofícios aos reitores, em 27/9 e 4/10/2018, não respondidos até este momento, as entidades que compõem o Fórum das Seis decidiram ir até a reitoria da USP, no dia 10/10, para cobrar do reitor e presidente do Cruesp, professor Vahan Agopyan, o agendamento de uma nova negociação. Após serem comunicados da ausência do reitor no local, os representantes do Fórum foram informados por Stephanie Yukie Hayakawa da Costa, assessora de Gabinete da USP, de que os reitores fariam uma reunião do Cruesp “em breve” e que, na sequência, agendariam uma reunião com o Fórum.

As cobranças de reunião têm sido feitas por razões objetivas. Os números da arrecadação do ICMS de setembro/2018 já são superiores aos arrecadados em setembro/2017 e deverão ser maiores do que os projetados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Dados do portal da Secretaria em 10/10/2018 consolidaram a arrecadação do ICMS de setembro/2018 em R\$ 8.567.159.991,61, ou seja, 5,95% maior que a de setembro/2017. Esses resultados já consolidados atestam que no período de janeiro-setembro/2018 a arrecadação do ICMS cresceu 7,08% em relação a janeiro-setembro/2017.

A arrecadação do ICMS mês a mês no ano de 2018 têm se aproximado cada vez mais das projeções de crescimento feitas pelo Fórum das Seis e se afastado cada vez mais das estimativas excessivamente conservadoras das assessorias econômicas dos reitores. Dos R\$ 99,6 bilhões previstos pela Secretaria da Fazenda inicialmente (em que os técnicos se basearam para elaborar os orçamentos das três universidades), a previsão saltou agora para R\$ 100,2 bilhões (o que ainda está aquém do projetado pelo Fórum).

Por outro lado, em 2017, por ocasião da tramitação da LDO-2018, o Fórum das Seis conseguiu a aprovação de um parágrafo que

permitiu que as universidades passassem a receber uma fração dos valores correspondentes aos royalties do petróleo, destinados a cobrir parte da insuficiência financeira das universidades (diferença entre o que elas arrecadam com contribuições previdenciárias e o que efetivamente gastam com aposentadorias e pensões). De janeiro a setembro/2018, esses royalties somaram R\$ 129.704.962 (R\$ 38.870.138 para a Unesp, R\$ 25.913.425 à Unicamp e R\$ 64.921.399 para a USP). Esse valor ainda é muito pouco, pois representa cerca de 10% do gasto das universidades com a insuficiência financeira, que deveria ser integralmente coberta pelo governo, como manda a lei. Atualmente, a insuficiência alcança, em média, algo em torno de 21% da folha de pagamento das três universidades e, portanto, ainda é um grande problema em aberto, que exige medidas urgentes e efetivas para a sua superação, até agora não cogitadas pelo Cruesp.

Outro fato relevante: nas planilhas divulgadas pelo Cruesp, é possível constatar que está em queda o percentual de recursos que as universidades estaduais paulistas estão aplicando em folha de pagamento. De uma média de 97,41% em janeiro/2018, o comprometimento com folha em setembro/2018 ficou em 91,44%. Como mostra o quadro abaixo, a tendência de queda deve se ampliar até o final do ano. Veja o mês a mês no quadro:

% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA "ACUMULADA" S/ AS LIBERAÇÕES FINANC.					MÊS
TOTAL %	UNIVERSIDADE				
	UNESP %	UNICAMP %	USP %		
97,41	97,78	97,75	97,08	JAN	
92,35	93,64	93,92	91,06	FEV	
91,54	92,38	93,53	90,28	MAR	
92,83	93,65	94,51	91,71	ABR	
91,86	92,55	93,48	90,83	MAI	
91,69	91,92	93,17	90,95	JUN	
92,32	92,53	93,59	91,67	JUL	
91,98	92,23	93,43	91,24	AGO	
91,44	91,44	93,15	90,70	SET	
91,44	91,44	93,15	90,70	TOT.ACUM.	

Fonte: Planilha Cruesp



Representantes do Fórum são informados pela assessora Stephanie de que o Cruesp deve agendar reunião “em breve”

Negociação, já!

Ao final das negociações da data-base 2018, após cobrança do Fórum das Seis, o Cruesp concordou em “avaliar os eventuais excedentes financeiros, diante das despesas já comprometidas e que serão realizadas este ano com contratações, carreira, permanência e itens das pautas específicas, e analisar a possibilidade de concessão de novo reajuste salarial no segundo semestre.”

Para o Fórum, o cenário descrito acima já é mais do que suficiente para que os reitores agendem uma nova rodada de negociação agora. Os dados oficiais de arrecadação de ICMS evidenciam inequivocamente que os números que embasaram a argumentação do Cruesp para conceder um reajuste ínfimo de 1,5% em maio deste ano, absolutamente incapaz de repor as perdas inflacionárias dos últimos três anos, estão superados.



Pressão por mais recursos na LDO 2019
Campinas, 24/10:
Fórum convoca novo ato regional



Após a realização dos atos regionais em Marília e Araraquara, respectivamente em 17 e 18/9, o Fórum das Seis agendou nova atividade, desta vez para Campinas. Vai ser no dia 24/10, quarta-feira, com concentração às 16h, em frente à Câmara Municipal da cidade (endereço). Representantes do Fórum farão uso da palavra no chamado “Pequeno Expediente” da Câmara, em torno das 17h. Além disso, os vereadores serão convidados a assinar moção de apoio às nossas reivindicações de mais recursos para a educação pública paulista.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis enviou propostas de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019) elaborado pelo governador e em tramitação na Assembleia Legislativa de SP (Alesp), reivindicando mais verbas para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Paula Souza (que mantém as ETECs e FATECs). Até o fechamento deste boletim, em 15/10/2018, ainda permanecia, na Alesp o impasse político que vem impedindo a votação da LDO-2019, que estabelece os percentuais do orçamento paulista para cada setor no ano seguinte. Tradicionalmente, ela é aprovada até o final de junho ou, mais tardar, no início de julho, precedendo o recesso parlamentar. No entanto, neste ano, segundo vários parlamentares, nada deve ocorrer antes do resultado das eleições para governador, que têm no segundo turno a disputa entre Márcio França (PSB) e João Doria (PSDB).

FORUM das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE FATEC e Representação estudantil da Unesp

Nota sobre as eleições 2018

“A democracia não é defendida com posição passiva nem, muito menos, com enganosa neutralidade. Defendê-la, pelos meios disponíveis, não é comprometer-se senão com a própria democracia. Não a defender, é traição ao presente do país e às gerações que nele ainda despontam.”

O trecho acima, do jornalista Janio de Freitas (Folha de S. Paulo, 11/10/2018), é a tradução precisa e certa do convulsionado cenário político brasileiro às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais.

Conscientes de seu papel histórico de luta intransigente contra a ditadura militar (1964-1985), contra todas as formas de opressão e em defesa dos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora brasileira, os sindicatos dos servidores técnico-administrativos e docentes da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza, bem como suas representações estudantis – que compõem o Fórum das Seis – consideram que têm o dever de se posicionar publicamente sobre esta conjuntura. Não se trata, aqui, de defender esta ou aquela candidatura, este ou aquele partido. Trata-se, sim, de tomar partido entre a preservação e o aperfeiçoamento da ainda frágil democracia brasileira e o apoio a um ideário de cunho nitidamente fascista, cada uma das propostas marcada indelevelmente pelo discurso, prático político e pelo perfil ético de cada um dos candidatos. E essa disputa não abre espaço para a neutralidade.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas defende a naturalização do pagamento de um salário menor para as mulheres que realizam o mesmo trabalho que os homens, porque elas engravidam.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas adota um discurso e uma prática que banalizam a violência contra a mulher e reforçam a cultura do estupro.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas tem como proposta concreta para a segurança pública institucionalizar a pena de morte, alçando o agente policial à condição de juiz e carrasco ao mesmo tempo, num processo sumaríssimo, quando anuncia que “bandido bom é bandido morto”, atribuindo a esse servidor público o poder de definir o que é ser bandido, quem é bandido, qual deve ser a sua pena, e executá-la. E ainda inclui no seu cardápio liberar o porte de armas para o cidadão comum como parte da sua política de segurança pública.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas afirma que dará fim a todo tipo de ativismo quando chegar ao governo, colocando sob risco os sindicatos, os movimentos sociais, manifestações culturais, e sabe-se lá mais o quê.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas celebra a prática da tortura e do aniquilamento físico dos opositores durante a ditadura militar brasileira, e alça um dos seus perpetradores mais cruéis e covardes, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, à categoria de herói nacional, em cujos feitos se inclui a participação na tortura de crianças.

Não é possível ser neutro quando uma das candidaturas defende não só o aprofundamento dos severos ataques contra os direitos sociais e trabalhistas da população – na esteira da aprovação da PEC do teto de gastos, que estancou investimentos em saúde e educação pública; da reforma trabalhista; da terceirização irrestrita; da reforma do ensino médio; da entrega das reservas do pré-sal, entre outros – mas também a banalização e a naturalização de graves ofensas aos direitos humanos representadas pelo racismo, pela misoginia, pela homofobia, pela expropriação de terras indígenas e pela aprovação explícita da prática de tortura.

O Fórum das Seis não tem dúvidas de que, para além do desfecho das eleições deste ano, a luta continuará sendo o caminho para a revogação de todas as medidas que retiraram direitos dos trabalhadores nos últimos anos, para defendermos nossos direitos sociais e trabalhistas, por mais recursos para a educação e a ciência públicas, por melhores condições de vida para todos e todas. Mas é preciso ter clara a premência da defesa do estado democrático de direito, agora, para que estas lutas possam ocorrer no futuro.

Retrocessos, não! Em defesa do estado democrático de direito!

São Paulo, 15 de outubro de 2018.

*LDO 2019***Atos regionais em Marília e Araraquara deram visibilidade à luta por mais recursos às universidades e ao Ceeteps**

As manifestações organizadas pelo Fórum das Seis em Marília (17/9) e Araraquara (18/9) cumpriram seus objetivos. Com a participação de estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos das universidades estaduais paulistas, das ETECs e FATECs (do Centro Paula Souza), as atividades movimentaram as respectivas regiões e deram visibilidade à luta

por mais recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2019).

Em Marília, a atividade contou com a participação de uma caravana de estudantes do campus da Unesp de Assis, além de representantes dos três segmentos de várias unidades da região. Eles fizeram uma manifestação em frente à Câmara Municipal e, na sequência entraram para acompanhar a

sessão, na qual foi aprovada, por unanimidade, moção em apoio às emendas do Fórum das Seis na LDO 2019. Por iniciativa do presidente da casa, o vereador Delegado Wilson Damasceno (PSDB), foi constituída uma comissão para tratar do tema com o Fórum das Seis em reunião no mesmo dia: Professora Daniela (PR), Maurício Roberto (PP) e Marcos Custódio (PSC). Na reunião, falaram os parlamentares e representantes das entidades sindicais e estudantis presentes. No vídeo editado pelo Fórum das Seis (<https://youtu.be/lmDfkXOszGo>), confira as falas de todos eles.

Em Araraquara, a atividade do Fórum contou com uma caravana de estudantes e servidores técnico-administrativos do campus da Unesp de São José do Rio Preto, além de representantes dos três segmentos da cidade e unidades da região. Os manifestantes fizeram um ato público na Praça Santa Cruz e seguiram em passeata até a Câmara Municipal, onde conseguiram espaço para falar na Tribuna Popular. Fizeram uso da palavra, pela coordenação do Fórum das Seis, o professor João Chaves, e as estudantes da Unesp Camila Albano e Sofia Mara de Souza Coelho Ortolano, ambas do campus de Araraquara. “Precisamos que, a partir de uma articulação com os deputados estaduais, os vereadores desta casa endossem o aumento do repasse do governo para a educação pública paulista”, destacou Chaves. No vídeo editado

Marília



Araraquara





do pelo Fórum das Seis (<https://youtu.be/9OW97H3ugVY>), confira as falas dos três representantes e as intervenções de alguns dos vereadores locais.

Em ambas as atividades, houve envio de material para os veículos de comunicação da região. Nos dias dos atos, houve distribuição de folhetos do Fórum das Seis nas ruas, antecedendo a participação nas respectivas Câmaras de Vereadores.

As reivindicações do Fórum das Seis na LDO 2019

Assim como faz todos os anos, o Fórum apresentou emendas junto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019), em tramitação na Assembleia Legislativa (Alesp). É a LDO que define quais percentuais do orçamento estadual serão aplicados em cada setor público no ano seguinte.

Na proposta de LDO 2019 enviada pelo governo à Alesp, não há nada a mais para as universidades além dos 9,57% do ICMS Quota-Parte do Estado. Para o Ceeteps, não há dotação fixa prevista (o governador define a cada ano o quanto quer enviar às ETECs e FATECs).

As emendas do Fórum, protocoladas por deputados do PT e do PSOL, pedem mais recursos para o conjunto da educação pública (33% do total de receitas do estado), para as universidades (há emendas prevendo alíquotas de 10% até 11,6% do ICMS – Quota-Parte do Estado, sempre sobre o “total do produto”, com o objetivo de evitar o sequestro de recursos na nossa base de cálculo) e para o Ceeteps (dotação de 3,3% do total do produto do ICMS – Quota-Parte do Estado).

Tradicionalmente, a LDO é votada em final de junho ou início de julho, precedendo o recesso parlamentar. Neste ano, isso não ocorreu e, até o momento, segue sem previsão. Isso por conta das disputas políticas entre os grupos que apoiam João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB) nas eleições para governador.

Araraquara



Marília



Araraquara



Marília



NÃO À
PRECARIZAÇÃO

CONFIRA

Vídeos editados pelo Fórum

- Ato regional em Marília (17/9): <https://youtu.be/lmDfkXOszGo>
- Ato regional em Araraquara (18/9): <https://youtu.be/9OW97H3ugVY>

Reportagens na TV Câmara de Marília

- Cobertura geral: <https://www.youtube.com/watch?v=p-KuAunOYJE&feature=youtu.be>
- Aprovação de moção em plenário: <https://www.youtube.com/watch?v=4g-kG05Sq8Q&feature=youtu.be>

Reportagem no site da Câmara de Vereadores de Araraquara

<http://www.camara-arq.sp.gov.br/site/index.php/melhorias-para-o-ensino-superior-gratuito-sao-reivindicadas-na-casa-de-leis/>

Participe dos atos regionais do Fórum: Mais recursos para as universidades e o Ceeteps na LDO 2019

17/9 em Marília - 18/9 em Araraquara

O Fórum das Seis conchama estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (o Ceeteps, responsável pelas ETECs e FATECs) a mais um passo importante na luta pela aprovação das nossas emendas na LDO 2019.

Nos dias 17 e 18/9/2018, respectivamente em Marília e Araraquara, vamos realizar atos regionais para dar visibilidade à luta por mais recursos para as universidades e o Ceeteps. Além de divulgar nossas reivindicações junto à população, queremos o apoio de deputados, vereadores e todos os que se preocupam com a educação pública em nosso estado. *Confira detalhes no cartaz abaixo.*

Nossas reivindicações

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis apresentou propostas de emendas junto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019), em tramitação na Assembleia Legislativa (Alesp). É a LDO que define quais percentuais do orçamento estadual serão aplicados em cada setor público no ano seguinte.

Na proposta de LDO 2019 enviada pelo governo à Alesp, não há nada a mais para as universidades além dos 9,57% do ICMS Quota-Parte do Estado. Para o Ceeteps, não há dotação fixa prevista (o governador define a cada ano o quanto quer enviar às ETECs e FATECs).

As emendas do Fórum, que foram protocoladas por deputados do PT e do PSOL, reivindicam mais recursos para o conjunto da educação pública (33% do total de receitas do estado), para as universidades (há emendas prevendo alíquotas de 10% até 11,6% do ICMS –

Quota-Parte do Estado, sempre sobre o “total do produto”, com o objetivo de evitar o sequestro de recursos na nossa base de cálculo) e para o Ceeteps (dotação de 3,3% do total do produto do ICMS – Quota-Parte do Estado).

A tramitação da LDO 2019

Tradicionalmente, a LDO é votada em final de junho ou início de julho, precedendo o recesso parlamentar. Neste ano, isso não ocorreu e, até o momento, segue sem previsão. Isso por conta das disputas políticas entre os grupos que apoiam João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB) nas eleições para governador.

Embora a luta se dê em campo minado – a base governista historicamente é majoritária e bloqueia nossas propostas – já obtivemos conquistas, especialmente em momentos de fissura política entre os partidos da base de apoio ao Palácio dos Bandeirantes como a que ocorre agora. Por isso, a hora é de lutar e pressionar!

ATOS REGIONAIS · **FÓRUM** das seis

**EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
E DO CENTRO PAULA SOUZA**

NA LUTA POR MAIS RECURSOS NA LDO 2019

17/09, ÀS 16H30 - CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍLIA

18/09, ÀS 16H30 - PRAÇA SANTA CRUZ, ARARAQUARA

Em **Marília**, faremos uma concentração em frente à Câmara Municipal e, depois, às 17h, dentro do prédio.

Em **Araraquara**, da Praça Santa Cruz, vamos em passeata à Câmara Municipal.

O chamado é regional, com ênfase nas cidades que têm unidades da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (ETECs e FATECs).

Reunião técnica comprova crescimento na arrecadação. Fórum cobra agendamento de negociação

Conforme acordado na mesa de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, em 31/8 ocorreu mais uma reunião técnica entre as partes, com o objetivo de discutir mensalmente o cenário econômico e as propostas de aplicação dos eventuais excedentes na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A primeira tinha acontecido em 23/7.

Assim como na reunião anterior, os técnicos do Cruesp tentaram mostrar que o cenário econômico segue difícil, mas foram forçados a reconhecer, a partir de dados concretos, que a arrecadação do ICMS em 2018 deve ser maior do que o previsto pela Secretaria da Fazenda do Estado de SP. Dos R\$ 99,6 bilhões previstos pela Secretaria inicialmente (em que os técnicos se basearam para elaborar os orçamentos das três universidades), a previsão saltou agora para R\$ 100,2 bilhões (o

que ainda está aquém da previsão do Fórum das Seis).

Na data de fechamento deste boletim, em 3/9, os dados da arrecadação do ICMS de agosto/2018 já são superiores aos arrecadados em agosto/2017 e deverão ser superiores aos projetados pela Secretaria da Fazenda. Nesta data, o portal da Secretaria consolidava uma arrecadação do ICMS de agosto/2018 em R\$ 8.419.579.170,52, ou seja, 1,917% maior que a de agosto/2017. Porém, o resultado consolidado, a ser divulgado nos próximos dias, deve ser ainda maior.

Ressalte-se que os resultados da arrecadação do ICMS mês a mês no ano de 2018 têm se aproximado cada vez mais das projeções de crescimento feita pelo Fórum das Seis e se afastado cada vez mais das estimativas excessivamente conservadoras das assessorias econômicas dos reitores. A

arrecadação de ICMS acumulada janeiro-julho/2018 é, nominalmente, 7,79% superior à acumulada de janeiro-julho/2017.

Como era de se esperar, os técnicos do Cruesp não quiseram se comprometer, alegando a necessidade de aguardar a consolidação dos dados em novembro/2018, antes de reconhecer que há um crescimento real de arrecadação.

Para o Fórum, no entanto, este cenário já é suficiente para solicitar aos reitores uma nova rodada de negociação agora. Os dados oficiais de arrecadação de ICMS demonstram inequivocamente que os números que embasaram a argumentação do Cruesp para conceder um reajuste ínfimo de 1,5% em maio deste ano, absolutamente incapaz de repor as perdas inflacionárias dos últimos três anos, estão superados.

Comprometimento com salários cai

Nas planilhas divulgadas pelo Cruesp, é possível constatar que está em queda o percentual de recursos que as estaduais paulistas estão aplicando em folha de pagamento. De uma média de 97,41% em janeiro/2018, o percentual está em 91,98% em agosto/2018. Confira no quadro.

Até o momento de fechamento deste boletim, em 3/9/2018, o Cruesp ainda não havia respondido ao ofício do Fórum que pede às reitorias a divulgação do gasto real com custeio das universidades dentro de uma série histórica de 10 anos. O objetivo é verificar mais precisamente, e no âmbito das três universidades, a tendência detectada pela Comissão Conjunta CEPE-CADE da Unesp,

de que estes gastos têm atingido patamares acima dos 15% propalados pelas reitorias, e que têm exibido um viés de alta. Ou seja, há fortes indícios de que parte considerável dos recursos que poderiam ser destinados ao reajuste de salários está sendo canalizada para o custeio das universidades estaduais paulistas.



% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA SOBRE AS LIBERAÇÕES FINANCEIRAS				% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA "ACUMULADA" S/ AS LIBERAÇÕES FINANC.				MÊS
TOTAL	UNIVERSIDADE			TOTAL	UNIVERSIDADE			
	UNESP	UNICAMP	USP		UNESP	UNICAMP	USP	
97,41	97,78	97,75	97,08	97,41	97,78	97,75	97,08	JAN
87,70	89,84	90,40	85,53	92,35	93,64	93,92	91,06	FEV
89,91	89,83	92,75	88,70	91,54	92,38	93,53	90,28	MAR
96,85	97,62	97,59	96,17	92,83	93,65	94,51	91,71	ABR
88,23	88,42	89,63	87,53	91,86	92,55	93,48	90,83	MAI
90,89	88,79	91,61	91,54	91,69	91,92	93,17	90,95	JUN
96,19	96,31	96,19	96,14	92,32	92,53	93,59	91,67	JUL
89,71	90,21	92,36	88,32	91,98	92,23	93,43	91,24	AGO
91,98	92,23	93,43	91,24	91,98	92,23	93,43	91,24	TOT.ACUM.

Fonte: Planilha Cruesp

Pressão por mais recursos na LDO 2019

Fórum convoca ato regional em Araraquara, no dia 18/9

“Ato em Defesa da Universidade Pública” terá início às 16h30, na Praça Santa Cruz, e seguirá em passeata até a Câmara Municipal

Até o fechamento deste boletim, em 3/9/2018, ainda permanecia na Assembleia Legislativa de SP (Alesp) o impasse político que vem travando a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019), que estabelece os percentuais do orçamento paulista para cada setor no ano seguinte. Tradicionalmente, ela é aprovada até o final de junho ou início de julho, precedendo o recesso parlamentar. Neste ano, a bordo de uma disputa política que rachou a antiga base governista entre as candidaturas de João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB) ao Palácio dos Bandeirantes, não há previsão de que a LDO seja aprovada antes das eleições de outubro.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis enviou propostas de emendas ao projeto de LDO elaborado pelo governador, reivindicando mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (que mantém as ETECs e FATECs). Embora a luta se dê em campo minado – a base governista historicamente é majoritária e bloqueia nossas propostas – já obtivemos conquistas, especialmente em momentos de fatura política entre os partidos da base

de apoio ao Palácio dos Bandeirantes como a que ocorre agora.

Entre as iniciativas organizadas pelo Fórum para dar visibilidade a estas reivindicações e pressionar os parlamentares em suas bases de atuação, está a realização de **atos regionais**. O primeiro deles está agendado para Araraquara, com concentração às 16h30, na Praça Santa Cruz, seguindo em passeata até a Câmara Municipal, onde representantes do Fórum farão uso da palavra na sessão do dia. O objetivo é chamar a atenção da sociedade para o grave problema de falta de recursos que atinge as universidades públicas paulistas. Queremos o apoio de

deputados, vereadores e todos os que se preocupam com a educação pública para as emendas que o Fórum das Seis apresentou junto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019), em tramitação na Assembleia Legislativa.

O chamado é regional, com ênfase nas cidades que têm unidades da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (ETECs e FATECs), como é o caso de São Carlos, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Bauru, Pirassununga e outros.

No Facebook, em evento criado para o ato, há um *link* para os interessados em transporte se manifestarem: <https://bit.ly/2No4hhr>

The image shows a Facebook event page. At the top, there is a search bar and navigation links for 'Bah' and 'Página inicial'. The event title is 'ATO REGIONAL - FORUM das seis EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA' with the date and time '18/09 ÀS 16H30 - PRAÇA DA SANTA CRUZ, ARARAQUARA'. Below the title, it says 'SET 18 Ato Regional: Em Defesa da Universidade Pública' and 'Público - Organizado por CA Florestan Fernandes'. There are buttons for 'Tenho interesse', 'Comparecerei', and 'Compartilhar'.

Evento criado no Facebook: Entre e participe!

Manobras no repasse: R\$ 185 milhões de prejuízo em sete meses

O Fórum das Seis vem denunciando há anos as manobras feitas pelo governo na hora de repassar o percentual de 9,57% do ICMS quota-parte do estado para as universidades estaduais paulistas. Antes de fazer o repasse, o governo retira da base de cálculo (que é de 75% do total arrecadado) uma série de itens que não são retirados da quota-parte dos municípios (que corresponde a 25%). Trata-se de itens como Habitação, juros de mora e outros.

De janeiro a julho deste ano, a perda na base de

cálculo (sem considerar a Nota Fiscal Paulista e o Fundo de Pobreza, pois estes dois itens os municípios também não recebem) foi de R\$ 1.932.326.489,96. Ou seja, em sete meses, as universidades deixaram de receber algo em torno de R\$ 184,923 milhões.

Em todas as emendas defendidas pelo Fórum das Seis para a LDO 2019, consta a reivindicação de que o cálculo seja feito sobre o “total do produto” da quota-parte do estado no ICMS com a finalidade de evitar o sequestro de recursos da base de cálculo.

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Luta por mais recursos na LDO 2019

Na brecha do impasse político na Alesp, vamos ampliar a pressão nos deputados e no governo

Fórum das Seis organiza atos regionais e orienta iniciativas locais

Até o fechamento deste boletim, em 23/8, ainda permanecia na Assembleia Legislativa de SP (Alesp) o impasse político que vem travando a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019) e praticamente todos os projetos em tramitação.

A LDO-2019 é do nosso interesse direto, pois estabelece os percentuais do orçamento paulista para cada setor no ano seguinte, entre eles as universidades e o Centro Paula Souza (Ceeteps). Tradicionalmente, ela é aprovada até o final de junho ou início de julho, precedendo o recesso parlamentar. Neste ano, por conta de uma disputa política que rachou a antiga base governista entre as candidaturas de João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB) ao Palácio dos Bandeirantes, não há previsão de que a LDO seja aprovada antes das eleições.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis enviou propostas de emendas ao projeto de LDO elaborado pelo governador, reivindicando mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (que mantém as ETECs e FATECs). Embora a luta se dê em campo minado – a base governista historicamente é majoritária e bloqueia nossas propostas – já obtivemos conquistas, especialmente em momentos de fissura política entre os partidos da base de apoio ao Palácio dos Bandeirantes, como a que ocorre agora.

Reunidas no dia 22/8, as entidades que compõem o Fórum das Seis debateram a necessidade de pressionar os deputados em suas bases, tendo em vista o momento eleitoral. Uma das propostas é realizar atos regionalizados, colocando em evidência os deputados da região e aproveitando todo o espaço nas mídias locais. A organização desta atividade – definição das cidades, datas, estrutura – será debatida na próxima reunião do Fórum, marcada para 31/8.

Iniciativa individual: envio de e-mails

O Fórum das Seis convoca a comunidade acadêmica a ampliar a pressão direta nos deputados, com o objetivo de obter conquistas na luta por mais recursos para a educação pública paulista. Uma forma é enviar *e-mails* para eles, para que percebam a visibilidade que podem ter ao apoiar, ou rejeitar, as emendas do Fórum das Seis, uma vez que as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (ETECs e FATECs) estão presentes em todo o estado de São Paulo. Entre estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos, estas instituições abrangem cerca de 550 mil pessoas, o que pode ser multiplicado por quatro, em média, se considerarmos as respectivas famílias. Ou seja, influen-



ciamos cerca de 2,2 milhões de votos!

Sugestão de texto:

Prezados/as deputados/as de SP,

Tramitam na Assembleia Legislativa importantes propostas de mudanças na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2019, que serão decisivas para estancar e reverter a propalada “crise financeira” – que na verdade se trata de uma crise de financiamento – das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

Como parte da comunidade acadêmica, venho somar minha voz às vozes de milhares de professores, trabalhadores e estudantes que se mobilizam em defesa destas importantes instituições e conchamar os senhores deputados e senhoras deputadas a se posicionarem e a votarem favoravelmente às mudanças sugeridas nas referidas propostas. Sem financiamento adequado poderemos rapidamente chegar à mesma situação limite por que passam outras universidades estaduais.

Atenciosamente,
Nome completo, Cidade, RG

Obs.: Consulte a lista de *e-mails* dos deputados no site da sua entidade

Iniciativas em grupo (1): Compromisso público do/a deputado/a

Converse com os companheiros e monte grupos (se possível, com servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes) para visitar os deputados de sua região e cobrar deles um posicionamento favorável às emendas por mais recursos para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Paula Souza. Enfatize a ele/ela a enorme abrangência que estas instituições têm (cite os dados acima, sobre número de pessoas envolvidas). Peça a ele/ela que assine um **Compromisso Público** com a aprovação das emendas. Se o/a deputado/a concordar em assinar, digitalize o documento e o envie para a sua entidade representativa, para que o Fórum das Seis o divulgue. ([O modelo de Compromisso Público acompanha este boletim](#))

Iniciativas em grupo (2): Ida às Câmaras

Visite as Câmaras Municipais para solicitar aos vereadores que pressionem os deputados regionais a votarem favoravelmente às nossas reivindicações. Peça a eles que assinem uma **Moção** com este teor. Se o fizerem, digitalize-a e o envie para a sua entidade representativa, para que o Fórum das Seis o divulgue. ([O modelo de Moção acompanha este boletim](#))

Luta vital para a universidade pública!

Consolidar as cotas e garantir a permanência estudantil

A aprovação das cotas étnico-raciais na Unicamp e na USP e a finalização de sua aplicação na Unesp são enormes avanços para o ensino superior público no estado de São Paulo, seguramente um dos mais elitizados em termos de acesso.

Mas a implementação formal das cotas não é suficiente para concretizar esse direito para a juventude excluída destas universidades. É necessária uma política de permanência estudantil que atenda aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que ingressarem pelas cotas. Ao contrário disso, no entanto, a bordo do discurso da crise econômica e da restrição de recursos, o que vemos é estagnação e até retrocesso nas bolsas de permanência, fechamento de creches e bandejões, não ampliação de vagas nas moradias e nos restaurantes universitários.

A Pauta Unificada do Fórum das Seis apresenta a reivindicação de dotação orçamentária específica para assegurar políticas efetivas de acesso e permanência estudantil, seguindo padrões isonômicos entre as três estaduais paulistas e o Ceeteps, visando:

- Moradia estudantil para atender a demanda em todos os *campi*.
- Construção de restaurantes universitários em todos os *campi*, com estrutura e funcionamento adequados às demandas das unidades e funcionários contratados via concurso público.
- Concessão de bolsas de permanência estudantil com adoção de critérios socioeconômicos, adotando-se o valor do salário mínimo vigente no estado de São Paulo.
- Todas as bolsas devem estar estritamente vinculadas às atividades acadêmicas dos bolsistas, com a conversão das bolsas trabalho ou similares em bolsas de permanência estudantil.

A Pauta Unificada também reivindica a participação dos estudantes na gestão das políticas de permanência estudantil, por meio de órgãos paritários e deliberativos.

Sem políticas de permanência estudantil efetivas, a democratização do acesso poderá ser um engodo.

No Ceeteps, situação é mais greve

O Centro Paula Souza (Ceeteps), autarquia paulista que mantém as Escolas Técnicas (ETECs) e as Faculdades de Tecnologia (FATECs), é um importante pilar na educação pública em nosso estado. Com 286 unidades (222



Audiência pública na Assembleia Legislativa em 14/8: Estudantes levaram reivindicações

ETECs e 71 FATECs), em aproximadamente 300 municípios, com 292,8 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior, o Ceeteps também viveu seguidos ciclos de expansão sem a garantia de recursos perenes, assim como ocorreu

nas universidades estaduais paulistas, levando a uma precarização crescente dos salários e das condições de trabalho, bem como da infraestrutura física e laboratorial.

Quando o assunto é permanência estudantil, o cenário é dos mais áridos. A merenda para os alunos de cursos integrais nas ETECs, conquistada após muita luta, é praticamente o único benefício existente. O resultado disso são preocupantes níveis de evasão, especialmente nas FATECs, que apresentam 77% dos estudantes oriundos de escolas públicas. Trata-se da única instituição de ensino superior pública do país que não possui nenhuma política de permanência estudantil!

Neste ano, como produto da luta organizada pelo DCE FATEC, UPES, UMES e grêmios estudantis, o governador Márcio França (PSB) anunciou a concessão de 2.000 bolsas auxílios para estudantes de ETEC e FATEC. A aprovação final, no entanto, está obstruída pela bancada do PSDB na Assembleia Legislativa.

FORUM das seis

STU
Sistecop
Sistecop
Sistecop
Adusp - S.Ind.
Adusp - S.Ind.
Adusp - S.Ind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Ofício nº 15/2018

São Paulo, 24 de agosto de 2018

Prof. Dr. Marcelo Knobel,
MD. Reitor da Unicamp.

Tendo conhecimento da aplicação de faltas injustificadas (F4) para uma parcela dos trabalhadores da Unicamp que aderiram à greve da categoria em 2018, o Fórum das Seis insta o Magnífico Reitor da Unicamp a rever esse procedimento.

Considerando o fato de que a entidade representativa da categoria – o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp – informou devidamente à Reitoria a decisão da assembleia de encerramento da greve, após negociação dos dias parados e devolução dos descontos que já haviam sido efetuados, nada justifica que tal penalidade seja mantida. Ressalte-se, inclusive, o caráter discriminatório da medida, ao atingir 37 trabalhadores de dois setores – o Hospital da Mulher (Caism) e a Diretoria Acadêmica (DAC) –, uma vez que nos demais a negociação e o retorno ao trabalho se deram de forma tranquila e sem retaliações aos grevistas.

Neste contexto, a aplicação de faltas injustificadas, que traz sérios prejuízos funcionais a estes trabalhadores, soa como uma medida repressiva e punitiva contra aqueles que lutam em defesa de seus direitos e da universidade pública. Uma postura que, se mantida, em nada contribuirá para a retomada da normalidade dos trabalhos na Universidade no pós-greve e configurará um ato de repressão a todos os trabalhadores da Unicamp.

Desta forma, o Fórum das Seis conclama a Reitoria da Unicamp a retirar as faltas injustificadas, assim demonstrando seu espírito democrático, abertura ao diálogo e respeito à negociação ocorrida entre as partes.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

João da Costa Chaves Júnior
Coordenação do Fórum das Seis

Fórum das Seis reivindica da reitoria da Unicamp retirada de faltas injustificadas

Em ofício dirigido ao reitor da Unicamp, Prof. Dr. Marcelo Knobel, o Fórum das Seis questiona a aplicação de faltas injustificadas (F4) atribuídas para uma parcela de trabalhadores que aderiram à greve deste ano. Acompanhe a íntegra do ofício ao lado:

Segue a luta na LDO 2019!**Comunidade lota auditório na Alesp e reivindica financiamento adequado para Unesp, Unicamp, USP e Ceeteps**

O auditório Franco Montoro, o maior da Assembleia Legislativa de SP (Alesp), foi tomado por estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (Ceeteps) em 14/8. Caravanas de várias partes do estado participaram de uma nova audiência pública organizada pela Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de SP, a pedido do Fórum das Seis. Na Unicamp e em vários campi da Unesp, os servidores técnico-administrativos paralisaram o trabalho.

Sob o tema “**Em defesa da educação pública e gratuita**”, a audiência deu visibilidade à luta por mais recursos para as universidades e o Ceeteps, autarquia estadual responsável pelas escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs). A reivindicação central, neste momento, é a aprovação de emendas do Fórum à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019).

O deputado Carlos Neder (PT), coordenador da Frente, lamentou a ausência e a indiferença das reitorias das universidades e da superintendência do Ceeteps. Embora convidados, não enviaram representantes e sequer justificaram ausência. Certamente, estão ocupados bus-



Além do deputado Neder, coordenador da Frente, compuseram a mesa: João Chaves (Adunesp/ coordenação do Fórum), Bianca Borges (DCE-Livre da USP), Guilherme Rodrigues (DCE da Unicamp), Marcílio Ventura (STU), Rodrigo Ricupero (Adusp), Wagner Romão (Adunicamp), João Carlos Oliveira (Sintunesp), Denise Rykala (Sinteps), Bianca Aragão (DCE FATECs), Alexandre Pariol (Sintusp), Camila Albano (estudantes da Unesp).

cando outras formas de suprir a crise de financiamento destas instituições, como o arrocho salarial, o corte de benefícios, as não contratações, a estagnação da permanência estudantil e outros.

Iniciados os trabalhos, compuseram a mesa, além de Neder, representantes de todas as entidades sindicais e estudantis que integram o Fórum das Seis (*vide detalhes na legenda da foto acima*). O presidente da Adunesp e membro da coordenação do Fórum,

João da Costa Chaves Júnior, destacou a situação de subfinanciamento das universidades e do Ceeteps, que pode levá-las à deterioração. “Corremos o risco de chegar à situação limite em que chegaram várias universidades estaduais”.

Gráficos

O presidente da Adunicamp, Wagner Romão, fez uma apresentação sobre as razões da crise de financiamento. No caso das universidades:

- 1) **A expansão sem recursos perenes**, especialmente a partir dos anos 2000.
- 2) **A retirada de vários itens** da base de cálculo da quota-parte do estado antes do repasse dos 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para Unesp, Unicamp e USP.

Boa cobertura da TVT

A TV dos Trabalhadores (TVT) e a TV Alesp cobriram o evento. A TVT fez uma boa matéria, capitaneada pelo repórter Leandro Chaves, com várias entrevistas e uma descrição minuciosa do problema de financiamento. A matéria foi ar no “Seu Jornal” e pode ser conferida em:

<https://www.youtube.com/watch?v=IfFD82qKtCg>



Romão, da Adunicamp, fala à TVT



Apenas no primeiro trimestre de 2018, R\$ 854,21 milhões “sumiram” da base de cálculo, o que representou um prejuízo de cerca de R\$ 85 milhões para as universidades estaduais paulistas.

3) A insuficiência financeira: o governo não cumpre o previsto na Lei Complementar 1.010/2007, que criou a SPPrev. De acordo com a lei, cabe ao estado pagar a diferença entre o que é arrecadado de empregados e empregadores e o valor total da folha de aposentados e pensionistas. Em 2017, a insuficiência financeira correspondeu, aproximadamente, a 20,3% (19,5% em 2016) dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%), realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, alcançará algo em torno de 30% em 2026.

Romão mostrou os impactos da crise de financiamento no cotidiano das universidades. O quadro ao lado, por exemplo, explicita o contraste entre o crescimento destas instituições, de 1995 a 2016, e o número de servidores docentes e técnico-administrativos:

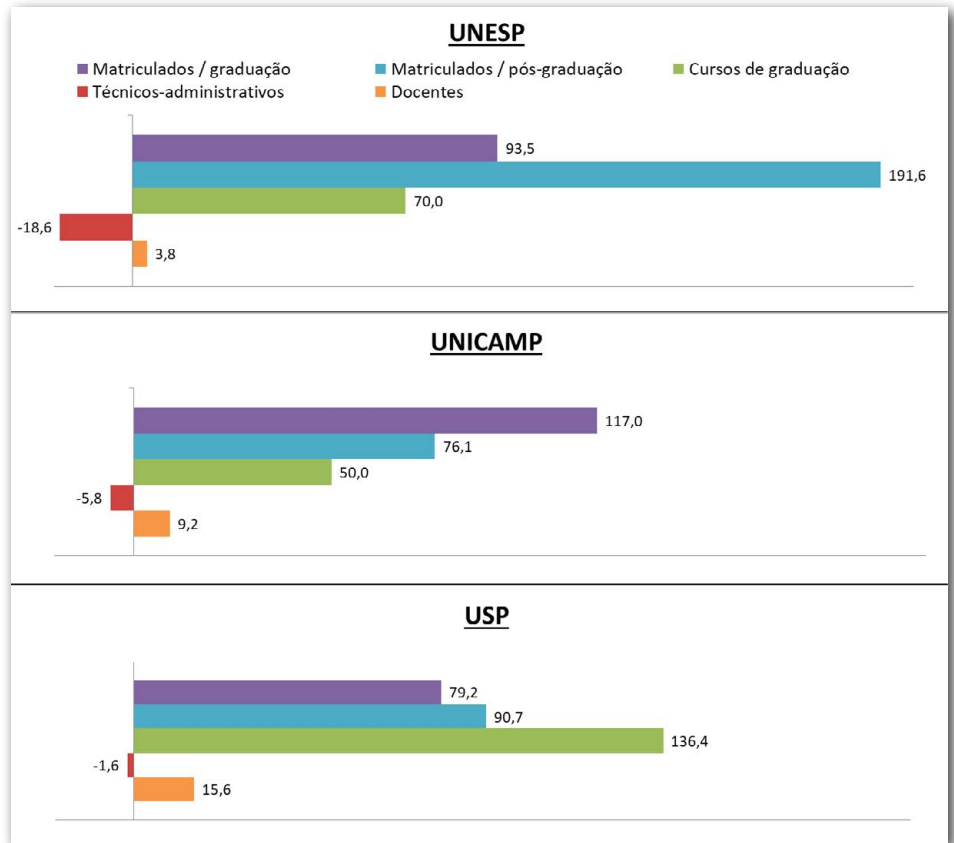
A rota do dinheiro público

Em sua exposição, o presidente da Adunicamp denunciou as escandalosas isenções fiscais concedidos pelo governo paulista aos grandes grupos econômicos: na LDO 2019, está previsto o correspondente a 16% do ICMS (R\$ 23,081 bi). Em 2018, a renúncia ficou em 11,2% (aproximadamente R\$ 15 bi).

As “meninas dos olhos” tucanos

A situação do Centro Paula Souza também foi abordada na audiência pública. Consideradas as “meninas dos olhos” das campanhas eleitorais tucanas, as ETECs e FATECs passam por situação difícil. Diferente das universidades, o Ceeteps não tem dotação própria e, todo o ano, é o governador que decide quanto de recursos ele receberá no ano seguinte. A instituição também passou por uma enorme expansão: das 100 unidades que tinha em 2002, cresceu para 286 em 2018 (222 ETEC e 71 FATEC), em aproximadamente 300 municípios paulistas, com cerca de 293 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior. Essa expansão não veio acompanhada dos recursos

EXPANSÃO (%) DAS UNIVERSIDADES (1995-2016) - Alguns indicadores



públicos necessários, levando a uma precarização crescente dos salários, da infraestrutura física e laboratorial.

Tramitação e emendas

Na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2019) enviada pelo governo à Alesp não há nada a mais para as universidades além dos 9,57% do ICMS Quota-Parte do Estado. Para o Ceeteps, não há dotação prevista.

Tradicionalmente, a LDO é votada em final de junho ou início de julho, precedendo o recesso parlamentar. Neste ano, isso não ocorreu e, até o momento, segue sem previsão. Isso por conta das disputas políticas entre os grupos que apoiam João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB) nas eleições para governador. Alguns arriscam dizer que a LDO 2019 só será votada após outubro.

Presente sistematicamente na

Alesp, o Fórum das Seis tenta atuar nas brechas geradas por essa fissura política. Assim como faz todos os anos, o Fórum enviou a todos os deputados um conjunto de emendas, que reivindicam mais recursos para o conjunto da educação pública (33% do total de receitas do estado), para as universidades (há emendas prevendo alíquotas de 10% até 11,6% do ICMS – Quota-Parte do Estado, sempre sobre o “total do produto”, ou seja, sem a maquiagem contábil feita pelo governo) e para o Centro Paula Souza (dotação de 3,3% do total do produto do ICMS QPE). As emendas foram formalizadas por deputados do PT e do PSOL.

Encaminhamentos

Ao final da audiência, foi aprovada a continuidade da pressão sobre os deputados, com campanhas de e-mails e visitas nas regiões. Também foi aprovada a reativação do movimento em defesa da ciência e da tecnologia públicas. Às administrações das universidades e do Ceeteps, será reivindicado que não haja qualquer punição aos participantes da audiência, que se deslocaram até a Alesp para lutar por mais recursos para a educação pública.



*LDO 2019***Terça, 14/8, é dia de luta por mais recursos para as universidades e o Ceeteps**

A pedido do Fórum das Seis, a Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de SP realizará um ato/audiência pública nesta terça-feira, 14/8, às 10h30, no Auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

Caravanas de várias partes do estado estão sendo esperadas, com servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (Ceeteps).

Para o evento, foram convidadas as reitorias das três universidades e a direção do Ceeteps. O objetivo é debater a crise de financiamento que assola essas instituições de ensino, pesquisa e extensão, bem como as propostas de solução apresentadas pelo Fórum das Seis e consolidadas em emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019), em trâmite na Alesp.

risca que essa pendência possa se arrastar para depois das eleições de outubro.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis enviou propostas de emendas ao projeto de LDO elaborado pelo governador, reivindicando mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (que mantém as ETECs e FATECs). Embora a luta se dê em campo minado – a base governista historicamente é majoritária e bloqueia nossas propostas – já obtivemos conquistas, especialmente em momentos de fissura política entre os partidos da base de apoio ao Palácio dos Bandeirantes como a que ocorre agora.

Neste quadro, a realização do ato/audiência pública é muito importante. É hora de pressionar os deputados, lembrando a eles que a comunidade acadêmica, somando os três segmentos destas instituições, é de cerca de 550

mil pessoas – o que pode ser multiplicado por quatro, em média, se considerarmos as respectivas famílias. Ou seja, influenciaremos cerca de 2,2 milhões de pessoas e estamos atentos àqueles que votarem a favor da educação pública, gratuita e de qualidade.

Impasse continua

Até o fechamento deste boletim, em 13/8/2018, ainda permanecia na Alesp o impasse político que vem travando a votação da LDO-2019, que estabelece quais serão os percentuais do orçamento paulista para cada setor no próximo ano. Tradicionalmente, ela é aprovada até o final de junho ou início de julho, precedendo o receso parlamentar. Neste ano, a bordo de uma disputa política que rachou a antiga base governista entre as candidaturas de João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB) ao Palácio dos Bandeirantes, não há previsão de que a LDO seja aprovada antes de agosto. Alguns chegam a ar-

CONVITE

**ATO PÚBLICO/
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

FRENTE PARLAMENTAR

EM DEFESA DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS
NO ESTADO DE SÃO PAULO



Frente Parlamentar
Em Defesa dos
Institutos Públicos de
Pesquisa e Fundações
Públicas de São Paulo

FORUM das seis

STU, SINTUSP, SINTEPS,
SINTUNESP, ADUNICAMP,
ADUSP, ADUNESP, DCE UNICAMP,
DCE-LIVRE DA USP, DCE-FATEC,
REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL DA UNESP

14/08 | terça-feira | 10h30

Local: **Auditório Franco Montoro**
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Em Defesa da Educação
Pública e Gratuita

LDO-2019: Mais recursos para
Unesp, Unicamp, USP e
Centro Paula Souza

Deputado Carlos Neder
Coordenador da Frente Parlamentar



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

Lanches do Fórum das Seis

Logo pela manhã, o Fórum das Seis colocará lanches à disposição dos manifestantes. Eles serão servidos na entrada da Assembleia Legislativa voltada para o 2º Batalhão da PM, mesmo local dos atos anteriores.

Chegue, pegue seu lanche e dirija-se ao auditório Franco Montoro!

LDO-2019: O combate à crise de financiamento está em nossas mãos!

Fórum das Seis convoca comunidade para paralisação e ato/audiência pública na Alesp em 14/8. VAMOS PRESSIONAR POR MAIS RECURSOS PARA UNESP, UNICAMP, USP E CEETEPS

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis encaminhou propostas de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019) enviado à Assembleia Legislativa (Alesp) pelo governo estadual. Elas foram subscritas por vários deputados, mas, pelo menos até agora, nenhuma delas consta no relatório do deputado Edson Giriboni (PV), relator da matéria na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), que tem se recusado sistematicamente a inserir nele qualquer emenda que contemple mais recursos para as

universidades públicas paulistas e para o Centro Paula Souza.

O regimento da Alesp estabelece que, se esse relatório não for aprovado até o dia 13/8, seguirá a proposta original de LDO enviada pelo governador para ser apreciada em plenário a partir do dia 14, obviamente só indo à votação se houver acordo entre as lideranças partidárias para isso. E é aí que entram no jogo as emendas enviadas pelo Fórum das Seis aos deputados que se dispuseram a apresentá-las.

O Fórum das Seis tem feito intenso trabalho naquela casa, na luta por mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (que mantém as escolas técnicas, ETECs, e faculdades de tecnologia, FATECs). Os representantes das entidades sindicais e estudantis que compõem o Fórum têm atuado no corpo a corpo com os deputados, lideranças partidárias e do governo, bem como no âmbito da CFOP.

Diferente dos anos anteriores, quando a LDO era aprovada no final do mês de junho ou, mais tardar, no início de julho, a LDO para 2019 ainda não foi votada na Alesp. O atraso na votação do relatório na CFOP está ocorrendo devido a um racha na base de apoio do governo depois da saída de Alckmin, agora dividida entre João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB), ambos candidatos ao Palácio dos Bandeirantes. A votação só ocorrerá caso se consiga um acordo sobre diversos itens da LDO-2019, o que parece longe de acontecer. Alguns preveem, inclusive, que isso só se concretize após as eleições.

O Fórum das Seis entende que a mobilização da comunidade, exercendo pressão direta sobre os parlamentares, é única chance de conseguirmos avançar. Vamos aproveitar a fissura na base governista e chamar a atenção desses deputados para as nossas propostas de mais recursos, mostrando que a comunidade universitária paulista está unida e não votará nos deputados que se recusarem a assumir a sua parte na responsabilidade de preservar o sistema superior de ensino público paulista. A campanha de pressão sobre os parlamentares (*divulgada nos últimos boletins do Fórum*) deve continuar. Mas temos que ir além.

Por solicitação do Fórum das Seis, a **Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de SP**, coordenada pelo deputado Carlos Neder (PT), agendou um ato público/audiência pública na Alesp para o dia 14 de agosto, terça-feira, às 10h30, no auditório Franco Montoro.

CONVITE

**ATO PÚBLICO/
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**FRENTE
PARLAMENTAR**



EM DEFESA DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS
NO ESTADO DE SÃO PAULO

FORUM *das seis*

STU, SINTUSP, SINTEPS,
SINTUNESP, ADUNICAMP,
ADUSP, ADUNESP, DCE UNICAMP,
DCE-LIVRE DA USP, DCE-FATEC,
REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL DA UNESP

14/08 | terça-feira | 10h30

Local: Auditório Franco Montoro
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**Em Defesa da Educação
Pública e Gratuita**

*LDO-2019: Mais recursos para
Unesp, Unicamp, USP e
Centro Paula Souza*

Deputado Carlos Neder
Coordenador da Frente Parlamentar



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

Os reitores e a superintendente do Ceeteps serão chamados a participar. O tema será “**LDO-2019: Defesa de mais recursos para Unesp, Unicamp, USP e Ceeteps**”.

Assembleias de base até 9/8

As entidades devem realizar assembleias de base até 9/8 para debater a importância e a relevância da sua participação na atividade de 14/8. A proposta do Fórum das Seis é de que sejam paralisadas as atividades neste dia.

Até o final de 9/8, as entidades devem informar à coordenação do Fórum a previsão de participantes, para que seja possível organizar a infraestrutura necessária.

Nossas emendas

O Fórum defende emendas à LDO-2019 que contemplam o aumento de recursos para as universidades e o Centro Paula Souza, o fim das manobras na base de cálculo do ICMS (o governo retira, indevidamente, vários itens do cálculo antes de repassar os valores às universidades), e que o governo cumpra a lei complementar 1010/2017 e arque com a insuficiência financeira das universidades.

Na proposta LDO 2019 enviada pelo governo à Alesp não há nada a mais para as universidades além dos 9,57% do ICMS Quota-Parte do Estado e de uma quantidade muito pouco expressiva de recursos advindos dos *royalties* do petróleo.

As emendas propostas pelo Fórum – que foram apresentadas por deputados do PT e PSOL – reivindicam mais recursos para o conjunto da educação pública (33% do total de receitas do estado), para as universidades (há emendas prevendo alíquotas de 9,57% 10%, 11% e 11,6% do ICMS – Quota-Parte do Estado, sempre sobre o “total do produto”, ou seja, sem a maquiagem contábil feita pelo governo) e para o Centro Paula Souza (dotação de 3,3% do total do produto do ICMS QPE).

E os dirigentes das universidades e Ceeteps?

O Cruesp tem tido uma atuação pífia na luta por mais recursos para a Unesp, a Unicamp e a USP. A Superintendência do Centro Paula Souza é totalmente omissa no processo.

Em vez de expor claramente a crise de financiamento imposta às universidades e ao Ceeteps pelo governo estadual, os dirigentes destas instituições têm preferido outros caminhos para mantê-las funcionando: arrocham salários, não contratam, congelam carreiras, asfixiam a permanência estudantil etc. É a velha política de descarregar sobre os trabalhadores e estudantes o ônus da falta de recursos.

A única atitude dos reitores sobre o assunto, da qual tem conhecimento o Fórum das Seis, foi o envio de um ofício dirigido ao presidente da CFOP, deputado Wellington Moura (PRB), 21 dias após o término do prazo para apresentação de emendas à LDO-2019. No ofício, eles solicitam a destinação de 9,95% da quota-parte do ICMS do Estado para o financiamento das universidades e mais algumas compensações para reduzir o dano causado pela insuficiência financeira (diferença entre o que as universidades arrecadam com a contribuição previdenciária de seus servidores estatutários e o que efetivamente paga em aposentadorias e pensões). Em se tratando dos gestores das universidades públicas paulistas, que reconhecem, pelo menos formalmente, que elas estão sendo subfinanciadas, esse fato explicita pela undécima vez a ausência de altivez dos reitores em representar nossas universidades no jogo político paulista, dada a importância estratégica delas no cenário estadual e brasileiro. Agindo dessa forma, são cúmplices do processo de deterioração do sistema de ensino superior paulista que, por dever de ofício, deveriam que defender.

No dia 14/8, as reitorias das universidades e a superintendência do Ceeteps terão a oportunidade de estar presentes para expor publicamente suas estratégias de defesa destas instituições.



Mais do mesmo: Técnicos do Cruesp mantêm discurso da crise. Solução segue sendo o arrocho salarial

Conforme acordado na mesa de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, teve início em 23/7 a série mensal de reuniões técnicas entre as partes, com o objetivo de discutir o cenário econômico e as propostas de aplicação dos eventuais excedentes na arrecadação do ICMS.

Nesta primeira reunião, o que se viu foi a tentativa dos técnicos das reitorias em manter o mesmo discurso da crise, que justificou, do ponto de vista do Cruesp, a concessão de um reajuste ínfimo de 1,5% em maio deste ano, absolutamente incapaz de repor as perdas inflacionárias dos últimos três anos. Eles se apoiaram nos dados de arrecadação do ICMS de junho, que ficou abaixo do delineado pela Secretaria da Fazenda paulista, para manter a previsão de que o volume total em 2018 não deverá superar o previsto (R\$ 99,6 bilhões).

Os representantes do Fórum argumentaram que esta é uma visão recortada e parcial do cenário. Embora menor que o previsto, ainda assim a arrecadação de junho/2018 cresceu 1,9% em relação a junho/2017. Além disso – e o mais importante – é que a tendência geral é de crescimento: a arrecadação acumulada janeiro-junho/2018 é, nominalmente, 7,31% superior à acumulada de janeiro-junho/2017.

Mesmo frente a estes dados, os técnicos do Cruesp mantiveram sua postura pessimista em relação à arrecadação do ICMS em 2018. Para eles, a economia não está reagindo, especialmente frente às incertezas político-econômicas geradas pelas eleições de outubro. Desta forma, insistiram em aguardar o fechamento dos números de julho/2018 para conferir se cessaram os impactos da greve dos caminhoneiros. Nova reunião técnica está agendada para 27/8.

O Fórum das Seis solicitou que as reitorias divulguem o gasto real com custeio das universidades dentro de uma série histórica de 10 anos. O objetivo é verificar mais precisamente, e no âmbito das três universidades, a tendência detectada pela Comissão Conjunta CEPE-CADE da Unesp, de que estes gastos têm atingido patamares acima dos 15% propalados pelas reitorias, e que têm exibido um viés de alta. Ou seja, há fortes indícios de que parte considerável dos recursos que poderiam ser destinados ao reajuste de salários está sendo canalizada para o custeio das universidades estaduais paulistas.

Inflação de junho já “comeu” o índice

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, registrou 1,26% em junho, a maior taxa para o mês desde 1995. Ou seja, num único mês, a inflação praticamente já “comeu” quase todo o reajuste de



1,5% concedido pelo Cruesp em maio. Nossas perdas salariais dos últimos três anos, portanto, não só permanecem, como aumentam mês a mês, conforme poderá ser visto no Salariômetro do Fórum, que será publicado em breve.

Cobrar o governo... que nada! Apenas mais demonstrações de descaso e subserviência!

Os representantes do Fórum das Seis também questionaram os técnicos do Cruesp – que não souberam responder – sobre a conduta dos reitores frente à tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2019) na Assembleia Legislativa. Eles enviaram o Ofício Cruesp 7/2018 ao presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp, o deputado Wellington Moura, em 18 de junho, solicitando, entre outras coisas, que constasse na LDO o percentual de 9,95% da QPE/ICMS para as universidades. Porém, sequer mencionaram o acréscimo no texto da frase “do total do produto”, que consta em todas as propostas de emenda encaminhadas pelo Fórum aos deputados.

Ocorre que o prazo para o envio de emendas para a LDO era 28 de maio, o que significa que o ofício do Cruesp foi entregue com 21 dias de atraso, fato revelador do “empenho” dos reitores na luta por mais recursos para as universidades paulistas. Não se tem notícia de que algum deputado tenha apresentado emenda à LDO 2019, a pedido dos reitores, pleiteando mais recursos para Unesp, Unicamp e USP.

Manobras seguem penalizando universidades

O Fórum das Seis vem denunciando há anos as manobras feitas pelo governo na hora de repassar o percentual de 9,57% do ICMS quota-parte do estado (que é de 75% do total arrecadado) para as universidades estaduais paulistas. Antes de fazer o repasse, o governo retira da base de cálculo uma série de itens que não são retirados da quota-parte dos municípios (que corresponde a 25%). Trata-se de itens como Habitação, juros de mora e outros.

De janeiro a junho deste ano, por conta desse artifício, a perda na base de cálculo foi de R\$ 1.672.375.308,68. Ou seja, em seis meses, as universidades deixaram de receber algo em torno de R\$ 160 milhões.

Em todas as emendas defendidas pelo Fórum das Seis para a LDO 2019, consta a reivindicação de que o cálculo seja feito sobre o “total do produto” da quota-parte do estado no ICMS.

LDO 2019

Impasse político ainda entrava votação. Fórum indica pressão nos deputados e mobilização na Alesp em agosto

Até o fechamento deste boletim, em 26/7/2018, ainda permanecia na Assembleia Legislativa de SP (Alesp) o impasse político que vem travando a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019), que estabelece os percentuais do orçamento paulista para cada setor no ano seguinte. Tradicionalmente, ela é aprovada até o final de junho ou início de julho, precedendo o recesso parlamentar. Neste ano, a bordo de uma disputa política que rachou a antiga base governista entre as candidaturas de João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB) ao Palácio dos Bandeirantes, não há previsão de que a LDO seja aprovada antes de agosto. Alguns chegam a arriscar que essa pendência possa se arrastar para depois das eleições de outubro.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis enviou propostas de emendas ao projeto de LDO elaborado pelo governador, reivindicando mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (que mantém as ETECs e FATECs). Embora a luta se dê em campo minado – a base governista historicamente é majoritária e bloqueia nossas propostas – já obtivemos conquistas, especialmente em momentos de fissura política entre os partidos da base de apoio ao Palácio dos Bandeirantes como a que ocorre agora.

Pressão nos deputados

Diante do atual cenário, o Fórum das Seis convoca a comunidade acadêmica a ampliar a pressão nos deputados agora e a se preparar para uma grande mobilização na Alesp em agosto, com o objetivo de obter conquistas na luta por mais recursos para a educação pública paulista. Neste momento, a dica é deslanchar uma campanha de pressão direta nos/as deputados/as estaduais, por *e-mail* e/ou presencialmente nas regiões (*veja a seguir como fazer*).

Em agosto, a ideia é realizar uma manifestação na Alesp (*aguarde mais informações*).

Vamos encher a caixa de e-mails dos deputados

Enquanto agosto não chega, é importante que os deputados percebam a visibilidade que podem ter ao apoiar as emendas do Fórum das Seis, uma vez que as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (ETECs e FATECs) estão presentes em todo o estado de São Paulo. Entre estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos, estas instituições abrangem cerca de 550 mil pessoas, o que pode ser multiplicado por quatro, em média, se considerarmos as respectivas famílias. Ou seja, influenciaremos cerca de 2,2 milhões de pessoas!



A pressão imediata pode ser feita de duas formas:

- 1) Contato direto com os/as deputados/as de sua região. Isso pode ser feito presencialmente ou por *e-mail*. Explique a ele/ela a importância de votarem a favor das emendas que garantem mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza na LDO 2019. Enfatize a ele/ela a enorme abrangência que estas instituições têm (cite os dados acima, sobre número de pessoas envolvidas). Peça que ele/ela faça uma moção de apoio a estas emendas.
- 2) Forme grupos de servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes para comparecerem nas Câmaras Municipais para solicitar que os vereadores pressionem os deputados regionais a votarem favoravelmente às nossas reivindicações;
- 3) Forme grupos de servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes para pressionar diretamente os deputados da sua região, onde isso for possível, com o objetivo de obter deles algum compromisso com as nossas propostas para a LDO/2018.
- 4) Envie *e-mails* a todos/as os/as deputados/as, pedindo apoio às nossas emendas. Sugestão de texto a seguir.

Prezados/as deputados/as de São Paulo,

Tramitam nesta casa importantes propostas de mudanças na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2019, que serão decisivas para estancar e reverter a propalada “crise financeira” – que na verdade se trata de uma crise de financiamento – das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

Como parte da comunidade acadêmica, venho somar minha voz às vozes de milhares de professores, trabalhadores e estudantes que se mobilizam em defesa destas importantes instituições e conclamar os senhores deputados e senhoras deputadas a se posicionarem e a votarem favoravelmente às mudanças sugeridas nas referidas propostas. Sem financiamento adequado poderemos rapidamente chegar à mesma situação limite por que passam outras universidades estaduais.

Atenciosamente,
Nome completo, Cidade, RG

No site da sua entidade, você encontra lista de e-mails dos deputados, já organizada para envio.

10/8, “Dia do Basta”: Centrais sindicais convocam dia de luta em todo o país

Em defesa do emprego, da aposentadoria e dos direitos trabalhistas

As Centrais Sindicais – CUT, CSP-Conlutas, Intersindical, CTB, Força Sindical, UGT e NCST – convocaram um dia nacional de luta para 10 de agosto. O “Dia do Basta”, como vem sendo chamado, deverá contar com paralisações nos locais de trabalho, atrasos de turnos, protestos e atos públicos por todo país. As reivindicações principais são:

- * Em defesa do emprego: a estimativa é que mais de 13 milhões estejam desempregados, segundo o IBGE;
- * Pela redução no preço dos combustíveis e do gás de cozinha e pelo fim da política de reajustes da Petrobras;
- * Contra a terceirização, as Reformas Trabalhista e Previdenciária.



Em defesa dos direitos trabalhistas e da aposentadoria;

- * Barrar as privatizações e ataques à soberania nacional, como a venda da Embraer e privatização da Eletrobrás, Petrobras e outras estatais.

O Fórum das Seis convoca as categorias das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza a participarem ativamente do “Dia do Basta”. As entidades sindicais devem realizar assembleias para que as categorias decidam sobre a forma de adesão a este movimento. Na cidade de São Paulo, está sendo convocada uma manifestação na Avenida Paulista, em frente à Fiesp, a partir das 10h, com a participação de várias categorias de trabalhadores e trabalhadoras e de movimentos sociais. Atividades semelhantes devem ocorrer em outros municípios.

MOÇÕES DO FÓRUM MOÇÕES DO FÓRUM MOÇÕES DO FÓRUM

FORUM

das
seis

STU
Sintusp
Sintesp
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp - DCE Livre da USP - Representação Estudantil da Unesp - DCE da FATEC

Em defesa do estado democrático de direito, toda solidariedade aos docentes da UFABC

O Fórum das Seis – que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (Ceeteps) –, reunido nesta data, manifesta solidariedade aos professores Gilberto Maringoni, Giorgio Romano e Valter Pomar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), que são alvo de Comissão de Sindicância Investigativa nº 23006.001375/2018-70, instaurada pela universidade a mando da Corregedoria Geral da União (CGU), por terem participado em evento de lançamento do livro “A verdade vencerá”, nas dependências da instituição, no dia 18/4/2018. O livro é da Editora Boitempo e traz uma longa entrevista com o ex-presidente Lula, realizada por Ivana Jinkings, Juca Kfourri, Gilberto Maringoni e Maria Inês Nassif.

O fato configura um atentado contra o estado democrático de direito e não pode ser tolerado dentro de – e por – instituições minimamente democráticas. É absolutamente inaceitável que uma instância pública, em nome do estado, seja utilizada para constranger pessoas, sejam elas quais forem, pela sua produção intelectual, acadêmica e científica, bem como pelas suas posições políticas, estéticas ou religiosas. Causa profunda indignação a todos aqueles que prezam pela democracia, pela garantia da liberdade acadêmica e dos direitos políticos constitucionais o fato de que estes três docentes estejam sendo “investigados” em decorrência de denúncia anônima e que sejam instados a responder a uma lista de perguntas absurdas, entre elas se haviam feito “apologia ao crime”.

O ocorrido é extremamente preocupante, pois aponta que o clima político instalado no país caminha cada vez mais ao encontro de tempos nos quais prevaleciam a perseguição, o assédio moral e o denunciamento anônimo, elementos nefastos que compuseram o panorama de terror dos porões da ditadura empresarial-militar brasileira.

O Fórum das Seis reivindica o cancelamento de todos os procedimentos administrativos instaurados para constranger, ameaçar e intimidar esses docentes e conclama a todos para o combate às forças retrógradas que tentam, cada dia mais, minar a universidade como espaço de produção acadêmica, da diversidade de ideias e do livre pensamento.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

Fórum das Seis Entidades

FORUM

das
seis

STU
Sintusp
Sintesp
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp - DCE Livre da USP - Representação Estudantil da Unesp - DCE da FATEC

Contra a criminalização do movimento estudantil e em defesa do diálogo

O Fórum das Seis – que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (Ceeteps) –, reunido nesta data, manifesta apoio aos sete alunos do campus da Unesp de Assis que estão sendo vítimas de medidas que visam a criminalização daqueles que lutam em defesa da universidade pública.

Mobilizados durante o movimento unificado dos três segmentos na data-base deste ano, que culminou com a greve de servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes nas três universidades estaduais paulistas, os discentes do campus de Assis foram à luta em defesa da permanência estudantil, pela reposição dos quadros docentes e técnico-administrativos, pelo aumento do financiamento de nossa instituição, pelo fim da “PEC do fim do Unesp” (Minuta de Sustentabilidade) e por uma discussão ampla e democrática para solucionar os problemas financeiros pelos quais passamos. Em suma, foram à luta contra o sucateamento e destruição da nossa Universidade.

Embora conclamados sistematicamente ao diálogo, os dirigentes do campus optaram por medidas de força, culminando na concessão pela justiça de liminar de reintegração de posse, que recaiu aleatoriamente sobre os sete estudantes, escolhidos por critérios desconhecidos. Sobre eles, pesa ameaça de multa diária de R\$ 10 mil em caso de “esbulho” e fica colocada a possibilidade de uso de força policial em caso de eventual novo piquete.

O Fórum das Seis conclama a direção do campus da Unesp em Assis a rever tal postura e a iniciar efetivo diálogo com o movimento estudantil, recusando-se a perseguir e a punir aqueles que lutam em defesa da universidade pública, seus trabalhadores e estudantes.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

Fórum das Seis Entidades

Disputa de poder entre Doria e França emperra votação da LDO 2019

Vamos pressionar os deputados agora e preparar uma grande manifestação na Alesp em agosto. Fórum indica rodada de assembleias para intensificar a luta por mais recursos na LDO e pela retomada da mobilização da data-base no segundo semestre

Tradicionalmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece os percentuais do orçamento paulista para cada setor no ano seguinte, é aprovada até o final de junho ou início de julho, precedendo o recesso parlamentar na Assembleia Legislativa de SP (Alesp). Todos os anos, o Fórum das Seis envia propostas de emendas ao projeto de LDO elaborado pelo governador, sempre reivindicando mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (que mantém as ETECs e FATECs). Embora a luta se dê em campo minado – a base gover-



nista historicamente é majoritária e bloqueia nossas propostas – já obtivemos conquistas, especialmente em momentos de fissura política entre os partidos da base de apoio ao Palácio dos Bandeirantes.

Neste ano, temos uma fissura importante na Alesp. A antiga base governista, que garantia total tranquilidade ao governo Alckmin, rachou em dois grupos diante do lançamento das candidaturas de João Doria (PSDB) e de Márcio França (PSB) ao governo estadual. Entre eles, não há divergências políticas expressivas, pois defendem os mesmos princípios de redução do estado/privatização, cortes no

serviço público, mais benefícios aos empresários etc. No entanto, a disputa pelo governo do estado faz com que lancem mão de todas as armas possíveis numa batalha onde, certamente, o interesse público não conta. A bancada do PSDB e de seus pequenos partidos satélites decidiu boicotar a aprovação da LDO 2019, com o objetivo de demonstrar que França, alçado ao posto de governador com a saída de Alckmin para concorrer à presidência da República, é incapaz de gerir o estado e aprovar qualquer projeto de sua iniciativa na Alesp.

A LDO 2019 sequer teve seu relatório aprovado na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), passo que antecede sua votação em plenário. O que se prevê na Alesp – onde os representantes do Fórum estão quase diariamente – é que a LDO seja aprovada somente em agosto.

Diante deste novo cenário, o Fórum convoca a comunidade acadêmica a ampliar a pressão nos deputados agora e a se preparar para uma grande mobilização na Alesp em agosto, com o objetivo de obter conquistas na luta por mais recursos para a educação pública paulista. Neste momento, podemos deslanchar uma campanha de pressão direta nos/as deputados/as estaduais, por e-mail e/ou presencialmente nas regiões (veja a seguir como fazer).

Para debater esse cenário e preparar as categorias para a mobilização na Alesp em agosto, inclusive com a realização de uma grande manifestação, o Fórum indica a realização de uma rodada de assembleias nas unidades, nas próximas sema-

Data-base 2018

Reunião técnica entre Fórum e Cruesp no dia 23/7 é incerta

Até o fechamento deste boletim, em 19/7, às 16h, a coordenação do Fórum das Seis ainda não havia recebido a confirmação do horário da reunião com a equipe técnica do Cruesp no dia 23 de julho. A reunião foi acordada entre as partes durante a última negociação, no dia 13/6, com o objetivo de discutir o cenário econômico e as propostas de aplicação dos eventuais excedentes na arrecadação do ICMS além do previsto pela Secretaria da Fazenda. A proposta do Fórum é que parte destes excedentes seja destinada para salários, contratações, retomada das carreiras e permanência estudantil.

O Fórum espera que o Cruesp honre o compromisso e confirme o horário da reunião técnica de 23/7. Caso contrário, os representantes do Fórum estarão na sede do Cruesp às 10h, à espera que o encontro aconteça.

Frutos da luta

Na Unicamp, onde os servidores técnico-administrativos permaneceram em greve durante 51 dias, houve alguns avanços para além do reajuste de 1,5% concedido em maio/2018. É o caso do aumento do auxílio alimentação dos atuais R\$ 850,00 para R\$ 950,00 e mais R\$ 20,00, a serem pagos a partir de janeiro/2019.

Na USP, a negociação específica trouxe um aumento de R\$ 140,00 no auxílio alimentação.

Na Unesp, a intransigência do reitor Sandro Valentini bloqueia qualquer negociação mais séria.





nas, com a seguinte pauta:

- 1) Luta na LDO 2019: Campanha imediata junto aos parlamentares e disposição para manifestações na Alesp em agosto;
- 2) Retomada da mobilização em torno da data-base 2018 (*leia mais no box na página anterior*);
- 3) Nenhuma punição aos que lutam pela universidade pública: levantamento de possíveis denúncias e reação organizada.

A crise de financiamento e as nossas emendas

Na proposta de LDO 2019 enviada pelo governo à Alesp não há nada a mais para as universidades além dos 9,57% do ICMS Quota-Parte do Estado.

O Fórum das Seis mandou a todos/as os/as deputados/as um conjunto de emendas, que reivindicam mais recursos para o conjunto da educação pública (33% do total de receitas do estado), para as universidades (há emendas prevendo alíquotas de 9,57% até 11,6% do ICMS – Quota-Parte do Estado, sempre sobre o “total do produto”, ou seja, sem a maquiagem contábil feita pelo governo) e para o Centro Paula Souza (dotação de 3,3% do total do produto do ICMS QPE).

De modo resumido, a crise de financiamento que afeta as universidades estaduais paulistas tem três razões, todas de responsabilidade do governo do estado:

- 1) A expansão sem recursos perenes**, especialmente a partir dos anos 2000.
- 2) A retirada de vários itens da base de cálculo** da quota-parte do estado antes do repasse dos 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para Unesp, Unicamp e USP. De 2014 a 2017, por exemplo, o prejuízo das universidades com esse procedimento foi de cerca de R\$ 1,24 bilhão!
- 3) A insuficiência financeira**: o governo não cumpre o previsto na Lei Complementar 1.010/2007, que criou a SPPrev. De acordo com a lei, cabe ao estado pagar a diferença entre o que é arrecadado de empregados e empregadores e o valor total da folha de aposentados e pensionistas. Em 2017, a insuficiência financeira média correspondeu, aproximadamente, a 20,3% (19,5% em 2016) dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%), realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, alcançará algo em torno de 30% em 2026.

A situação do Centro Paula Souza, que mantém as escolas técnicas (ETECs) e as faculdades de tecnologia (FATECs), também é complexa. Diferente das universidades, o Ceeteps não tem dotação própria e, todo o ano, é o governador que decide quanto de recursos receberá no ano seguinte. A instituição também passou por uma enorme expansão: das 100 unidades que tinha em 2002, cresceu para 286 em 2018 (222 ETEC e 71 FATEC), em aproximadamente 300 municípios paulistas, com cerca de 293 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior. Essa expansão não veio acompanhada dos recursos públicos necessários, levando a uma precarização crescente dos salários, bem como da infraestrutura física e laboratorial.

Dinheiro tem!

Afinal, há recursos para o adequado financiamento das universidades públicas paulistas e do Centro Paula Souza? Se consideramos os vultosos volumes em isenções fiscais concedidos pelo governo paulistas aos grandes grupos econômicos ano

após ano, veremos que sim!

Na LDO 2019, está previsto o correspondente a 16% do ICMS (R\$ 23,081 bilhões) de renúncia fiscal. Em 2018, esse montante ficou em 11,2% (aproximadamente R\$ 15 bilhões). Em 2017, a desoneração prevista era de 11% (cerca de R\$ 14 bilhões), mas o realizado acabou sendo maior ainda: 16,04% do ICMS, ou R\$ 20,458 bilhões.

Todo esse gigantesco volume em isenções deixa de ser investido em saúde, educação e outros serviços públicos.

Vamos encher a caixa de e-mails dos deputados

Enquanto agosto não chega, é importante que os deputados percebam a visibilidade que podem ter ao apoiar as emendas do Fórum das Seis, uma vez que as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (ETECs e FATECs) estão presentes em todo o estado de São Paulo. Entre estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos, estas instituições abrangem cerca de 550 mil pessoas, o que pode ser multiplicado por quatro, em média, se considerarmos as respectivas famílias. Ou seja, influenciamos cerca de 2,2 milhões de pessoas!

A pressão imediata pode ser feita de duas formas:

- 1) Contato direto com os/as deputados/as de sua região. Isso pode ser feito presencialmente ou por *e-mail*. Explique a ele/ela a importância de votarem a favor das emendas que garantem mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza na LDO 2019. Enfatize a ele/ela a enorme abrangência que estas instituições têm (cite os dados acima, sobre número de pessoas envolvidas). Peça que ele/ela faça uma moção de apoio a estas emendas.
- 2) Forme grupos de servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes para comparecerem nas Câmaras Municipais para solicitar que os vereadores pressionem os deputados regionais a votarem favoravelmente às nossas reivindicações;
- 3) Forme grupos de servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes para pressionar diretamente os deputados da sua região, onde isso for possível, com o objetivo de obter deles algum compromisso com as nossas propostas para a LDO/2018.
- 4) Envie *e-mails* para todos/as os/as deputados/as, pedindo que apoiem nossas emendas. Sugestão de texto a seguir.

.....

Prezados/as deputados/as de São Paulo,

Tramitam nesta casa importantes propostas de mudanças na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2019, que serão decisivas para estancar e reverter a propalada “crise financeira” – que na verdade se trata de uma crise de financiamento – das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

Como parte da comunidade acadêmica, venho somar minha voz às vozes de milhares de professores, trabalhadores e estudantes que se mobilizam em defesa destas importantes instituições e conchamar os senhores deputados e senhoras deputadas a se posicionarem e a votarem favoravelmente às mudanças sugeridas nas referidas propostas. Sem financiamento adequado poderemos rapidamente chegar à mesma situação limite por que passam outras universidades estaduais.

Atenciosamente,
Nome completo / Cidade / RG

Confira a lista de e-mails dos deputados, já organizada para envio, no site da sua entidade.

Vamos ampliar a luta por mais recursos para as universidades e o Ceeteps

Audiência pública na Alesp foi passo importante na batalha pela inclusão das emendas do Fórum das Seis ao relatório da LDO-2019

Servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes de várias partes do estado compareceram à Assembleia Legislativa (Alesp) no dia 21/6/2018, para participar de uma audiência pública organizada pela Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de SP, a pedido do Fórum das Seis.

Antes que os deputados Carlos Neder (PT) e Carlos Giannazi (PSOL), da coordenação da Frente, abrissem a atividade, uma caravana de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos, vindos do Instituto de Artes (IA) da Unesp, deu um show de criatividade e mobilização. Eles levaram para a audiência partes da performance feita no centro de São Paulo no dia 18/6, com coral, canções de protestos compostas pelos estudantes e encenações sobre o funeral simbólico das universidades públicas. Nas letras das músicas e nas falas, eles conclamavam à defesa destas instituições, pedindo reposição salarial para os servidores, mais contratações, permanência estudantil e outras reivindicações. O trabalho coroou um dedicado período de ensaios, que contou com o envolvimento dos departamentos de Música, Teatro e Artes Visuais do IA, e foi aplaudido com entusiasmo pelo público presente na audiência pública.

Compuseram a mesa, além dos deputados, represen-



Indicativos às categorias

Reunidas após a audiência pública, em 21/6, as entidades que compõem o Fórum avaliaram o cenário de mobilização nas universidades estaduais paulistas e aprovaram os seguintes indicativos:

- Continuidade e fortalecimento da greve onde está instalada; intensificação da mobilização em todos os campi.
- Fortalecimento da mobilização na Alesp, por mais recursos às universidades públicas e ao Centro Paula Souza.

Obs.: Até o fechamento deste boletim do Fórum, na tarde de 22/6, permaneciam em greve os servidores técnico-administrativos da Unicamp e da USP. Nas negociações específicas destas categorias, foram feitas propostas de acréscimo no valor do vale alimentação, de R\$ 100,00 na Unicamp e de R\$ 140,00 na USP.

tantes das entidades que integram o Fórum das Seis, do Coletivo Butantã na Luta (que defende mais recursos para o HU da USP) e da comunidade do IA. Também prestigiou a atividade o deputado José Américo (PT). Embora tenham recebido convite oficial da Frente, as reitorias das universidades e a superintendência do Ceeteps não enviaram representantes, numa demonstração clara do pouco apreço dado ao tema da audiência, que é vital para a sobrevivência destas instituições.

Para subsidiar o debate, houve uma exposição sobre as razões da crise de financiamento que se abate sobre as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (Ceeteps). Paulo César Centoducatte, diretor da Adunicamp, apresentou um resumo das três razões centrais da crise. No caso das universidades:

- 1) **A expansão sem recursos perenes**, especialmente a partir dos anos 2000.
- 2) **A retirada de vários itens da base de cálculo** da quota-parte do estado antes do repasse dos 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para Unesp, Unicamp e USP. De 2014 a 2017, por exemplo, o prejuízo das universidades

com esse procedimento foi de cerca de cerca de R\$ 1,24 bilhão!

3) A insuficiência financeira: o governo não cumpre o previsto na Lei Complementar 1.010/2007, que criou a SPPrev. De acordo com a lei, cabe ao estado pagar a diferença entre o que é arrecadado de empregados e empregadores e o valor total da folha de aposentados e pensionistas. Em 2017, a insuficiência financeira correspondeu, aproximadamente, a 20,3% (19,5% em 2016) dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%), realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, alcançará algo em torno de 30% em 2026.

Orçamento em disputa

Ao final de sua exposição, o diretor da Adunicamp lançou uma pergunta aos presentes. Afinal, há recursos para o adequado financiamento das universidades públicas paulistas?

“Os números provam que sim”, disse Ducatte, citando os vultosos volumes em isenções fiscais concedidos pelo governo paulistas aos grandes grupos econômicos: na LDO 2019, está previsto o correspondente a 16% do ICMS (R\$ 23,081 bilhões). Em 2018, a renúncia ficou em 11,2% (aproximadamente R\$ 15 bilhões). Em 2017, a desoneração prevista era de 11% (cerca de R\$ 14 bilhões), mas o realizado acabou sendo maior ainda: 16,04% do ICMS, ou R\$ 20,458 bilhões.

Várias falas destacaram esta contradição. Giannazi ponderou que o problema do estado de São Paulo não é e nunca foi a falta de recursos. “O orçamento do estado é um campo de disputa política. Basta ver como o governo continua generoso em seus programas de isenção de impostos e parcelamento de dívidas para os grandes empresários”, criticou. Para Neder, o governo paulista reproduz a política do estado mínimo e trabalha no sentido de desvincular quaisquer verbas para a saúde e a educação. “Sem pressão da população, as universidades e o Ceeteps serão progressivamente vítimas de políticas de desmonte e de privatização”, alertou.

Situação do Centro Paula Souza

Os representantes do Fórum também destacaram a situação difícil do Ceeteps, que mantém as escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs). Diferente das universidades, o Ceeteps não tem dotação própria e, todo o ano, é o governador que decide quanto de recursos receberá no ano seguinte. A instituição também passou por uma enorme expansão: das 100 unidades que tinha em 2002, cresceu para 286 em 2018 (222 ETEC e 71 FATEC), em aproximadamente 300 municípios paulistas, com cerca de 293 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior. Essa expansão não veio acompanhada dos recursos necessários, levando a uma precarização dos salários, da infraestrutura física e laboratorial.

Tramitação e emendas

Na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2019) enviada pelo governo à Alesp não há nada a mais para as universidades além dos 9,57% do ICMS Quota-Parte do Estado.

A proposta tramita na Comissão de Finanças e Orçamento (CFOP) e seu relator é o deputado Edson Giriboni (PV), que tem a prerrogativa de inserir emendas no texto. O relatório precisa ser aprovado na CFOP para, depois, seguir ao plenário da Alesp,



Ducatte, da Adunicamp, explica as razões da crise

onde ocorrerá a votação final.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis enviou a todos os deputados um conjunto de emendas, que reivindicam mais recursos para o conjunto da educação pública (33% do total de receitas do estado), para as universidades (há emendas prevendo alíquotas de 10% até 11,6% do ICMS – Quota-Parte do Estado, sempre sobre o “total do produto”, ou seja, sem a maquiagem contábil feita pelo governo) e para o Centro Paula Souza (dotação de 3,3% do total do produto do ICMS QPE).

Mobilização e pressão

Na fala dos vários representantes do Fórum, foi comum a avaliação de que estamos num momento gravíssimo e que é urgente toda a comunidade universitária se mobilizar. “Se deixarmos para depois, as perdas podem ser irreparáveis e talvez não seja mais possível reverter o quadro de destruição das nossas universidades e, conseqüentemente, do sistema superior público de ensino paulista”, frisou Antônio Luís de Andrade, o Tato, falando pela coordenação do Fórum.

Representantes das entidades do Fórum estarão na Alesp na terça-feira, 26/6, para um conjunto de iniciativas de pressão sobre os deputados. É importante que a comunidade se mantenha atenta às informações e aos chamados para a mobilização.

Envie e-mails aos deputados e cobre mais recursos às universidades e o Ceeteps

O Fórum conclama a comunidade a pressionar os deputados paulistas a votarem **SIM** às emendas que pedem mais recursos para o conjunto da educação pública paulista, as universidades e o Centro Paula Souza. Uma forma é enviar *e-mails* a eles. A seguir, veja proposta de texto (basta copiar e colar no corpo do *e-mail*). A lista dos endereços dos parlamentares está disponível no *site* de sua entidade e também segue anexa a este boletim.

“Prezados/as deputados/as de São Paulo,

Tramitam nesta casa importantes propostas de mudanças na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2019, que serão decisivas para estancar e reverter a propalada “crise financeira” – que na verdade se trata de uma crise de financiamento – das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

Como parte da comunidade acadêmica, venho somar minha voz às vozes de milhares de professores, trabalhadores e estudantes que se mobilizam em defesa destas importantes instituições e conclamar os senhores deputados e senhoras deputadas a se posicionarem e a votarem favoravelmente às mudanças sugeridas nas referidas propostas. Sem financiamento adequado poderemos rapidamente chegar à mesma situação limite por que passam outras universidades estaduais.

Atenciosamente,

Nome completo e RG”

Mais recursos para a educação pública paulista

Universidades estaduais e Ceeteps vivem crise de financiamento

Embora tenham dotação orçamentária definida – 9,57% do ICMS–Quota-Parte do Estado (ICMS-QPE) –, especialmente a partir dos anos 2000 os valores repassados à Unesp, Unicamp e USP mostram-se insuficientes para garantir a continuidade do funcionamento das três universidades estaduais paulistas, que estão entre as melhores instituições de ensino, pesquisa e extensão do país.

Nos últimos anos, a ação dos reitores diante da falta de recursos em muito contribuiu para agravar o problema. Limitando-se a alegar que a folha salarial compromete mais de 100% de seu orçamento, eles foram compensando a falta de recursos com o arrocho salarial e o desmonte das universidades, por meio da não contratação de pessoal, planos de demissão voluntária (como na USP), entre outros. Nesta visão, Unesp, Unicamp e USP estariam vivendo uma “crise financeira”, o que se resolveria com programas de gestão mais “austeros”, com o corte de “privilégios” e o enxugamento do quadro de pessoal.

As entidades sindicais, agrupadas no Fórum das Seis, vêm demonstrando que essa versão é falaciosa, com resultados desastrosos para as universidades, e que a falta de recursos que as assola não se caracteriza como “crise financeira”, mas sim de financiamento. Neste texto, você verá os motivos da crise de financiamento, todos de responsabilidade do governo estadual:

1) Confisco na implantação da autonomia

Quando o governador Quéricia publicou o Decreto nº 29.598, de 2/2/1989, as universidades estaduais paulistas adquiriram autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, submetendo-se ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme disposto no artigo 207 da Constituição de 1988. Esse decreto também estabelecia que seriam custeadas pelo percentual global de 8,4% da arrecadação do ICMS-QPE no mês de referência. No en-



tanto, segundo avaliação feita pelo Prof. Paulo Renato, reitor da Unicamp à época, as universidades recebiam até então o correspondente a cerca de 11,6% do ICMS-QPE. Assim, o exercício da autonomia universitária começava com uma diminuição substancial dos recursos a elas destinados.

Em 1992, por pressão da comunidade universitária, liderada pelo Fórum das Seis, a Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou o aumento da dotação para 9% do ICMS-QPE. Em 1994, esse índice foi elevado para os atuais 9,57%, passando a valer em 1995.

Portanto, ao reivindicar o percentual de 11,6% do total do produto do ICMS-QPE para as universidades, o Fórum das Seis apenas pleiteia que elas tenham a mesma dotação vigente antes do advento da autonomia.

2) Expansão sem recursos

O governo estadual promoveu uma expressiva expansão de vagas e cursos nas três universidades, com a implantação de cursos noturnos na segunda metade dos anos 1990, visando cumprir a exigência constitucional de oferecimento de pelo menos 1/3 das vagas no período



Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 a 2016

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2016	Variação	1995	2016	Variação	1995	2016	Variação
Docentes	3.497	3.631	3,8%	2.259	2179	- 3,5%	5.056	5.845	15,6%
Técnico-administrativos	7.918	6.449	- 18,6%	8.681	8.178	- 5,8%	15.105	14.867	- 1,6%
Cursos de graduação	80	186	132,5%	44	66	50,0%	132	309	134,1%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.715	79,0%	1.990	3.320	66,8%	6.902	11.057	60,2%
Alunos matriculados / graduação	19.618	39.965	103,7%	9.992	19.581	96,0%	33.479	58.823	75,7%
Cursos de pós-graduação	125	256	104,8%	85	147	72,9%	476	704	47,9%
. Mestrado	71	145	104,2%	46	77	67,4%	257	367	42,8%
. Doutorado	54	111	105,6%	39	70	79,5%	219	337	53,9%
Alunos matriculados / pós-graduação	6.824	17.950	163,0%	8.771	16.137	84,0%	19.683	37.509	90,6%
. Mestrado	3.395	7.379	117,3%	3.830	5.398	40,9%	8.024	14.144	76,3%
. Doutorado	1.382	6.552	374,1%	2.996	6.425	114,5%	6.060	15.830	161,2%
. Especiais	2.047	4.019	96,3%	1.945	4.314	121,8%	5.599	7.535	34,6%
Títulos outorgados (total)	581	3.223	454,7%	1.044	2.268	117,2%	2.643	6.960	163,3%
. Mestrado	433	2.019	366,3%	724	1.302	79,8%	1.584	3.874	144,6%
. Doutorado	148	1.204	713,5%	320	966	201,9%	1.059	3.086	191,4%

Fonte: Cruesp e Anuários Estatísticos da Unesp, Unicamp e USP.

noturno. E, a partir do início dos anos 2000, de forma mais generalizada, sem distinção entre cursos noturnos e diurnos. Apesar desse grande aumento na demanda, não houve aumento da dotação orçamentária.

A expansão na Unesp, iniciada em 2002, resultou na criação de oito novos campi e 41 cursos. Embora cercada de promessas do então governador Geraldo Alckmin, foi feita sem a injeção de recursos perenes necessários para o seu custeio.

Quando a extinta Faenquil/Lorena, hoje EEL, foi anexada à USP, a promessa era de aporte de 0,07% da quota-parte do ICMS, o que também não aconteceu.

Para a Unicamp, que criou o campus de Limeira, a promessa foi de 0,05% da quota-parte do ICMS, também “esquecida”.

Portanto, a expansão – que demanda construção de prédios, laboratórios e vias de acesso, a contratação de mais servidores docentes e técnico-administrativos, o aumento de despesas com manutenção, salários e verbas de permanência estudantil – foi feita sem recursos adicionais perenes.

3) Descontos indevidos

Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira do total arrecadado (que deveria ser a base de cálculo), recursos destinados a itens como Habitação, juros de mora e dívida ativa e valores da arrecadação do ICMS distribuídos no programa Nota Fiscal Paulista.

Tomando como exemplo o período de 2014 a 2017 (e sem levar em conta os recursos destinados à Nota Fiscal Paulista), constatamos que deixaram de ser considerados na base de cálculo dos recursos para as estaduais cerca de R\$ 13 bilhões, o que resultou numa perda real de cerca de R\$ 1.239.480.000 para Unesp, Unicamp e USP!

Perdas na base de cálculo da Unesp, Unicamp e USP, em R\$ milhões, em 1/1/2018

Deflator: IPCA (agora usado pela Secretaria da Fazenda)

2014	3.659,77
2015	2.894,75
2016	2.951,06
2017	3.446,12
Total	12.951,7

OBS.1: Os valores de 2014, 2015 e 2016 foram corrigidos pelo IPCA até 2017

OBS.2: Nenhum destes descontos é feito quando é realizado o cálculo dos 25% do ICMS que vão para os municípios paulistas.



4) Insuficiência financeira

A integralidade do pagamento dos aposentados e pensionistas das universidades estaduais é descontada dos recursos nelas investidos, ou seja, dos 9,57% do ICMS-QPE.

A insuficiência financeira – definida pelo Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – também é custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na mesma lei, que estabelece que “o Estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”.

Em 2017, a insuficiência financeira correspondeu, aproximadamente, a 20,3% (19,5% em 2016) dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%), realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, alcançará algo em torno de 30% em 2026.

Assim, recursos significativos das universidades são sequestrados pelo governo, que “interpreta” a lei a seu bel-prazer, alegando que estas instituições, como parte do estado, estão obrigadas a cobrir a insuficiência financeira.

Como resolver a crise de financiamento?

Para as universidades estaduais paulistas superarem a atual crise que vivenciam, não é suficiente que haja uma recuperação da economia brasileira. O que se constata é que a atual crise econômica só antecipou em dois ou três anos os efeitos da falta de financiamento que já assolava Unesp, Unicamp e USP, como descrito acima. A so-

lução dos problemas financeiros das universidades passa, necessariamente, pelo seu financiamento adequado, sem o que poderemos rapidamente chegar à mesma situação limite por que passam outras universidades estaduais.

Como vimos, se o governo estadual cumprisse a lei – repassando os 9,57% do ICMS-QPE sobre o total do produto arrecadado e arcando com a insuficiência financeira, conforme exige a Lei Complementar 1.010/2007 – o quadro financeiro das universidades estaduais paulistas seria bem menos grave.

Não aceitamos o discurso de que a ampliação de recursos para as universidades impediria o governo de investir em serviços essenciais nas áreas de saúde, transporte e segurança. Fosse essa a questão, o governador não concederia vultosos volumes em isenções fiscais: na LDO 2019, está previsto o correspondente a 16% do ICMS (R\$ 23,081 bilhões). Em 2018, a renúncia ficou em 11,2% (aproximadamente R\$ 15 bilhões). Em 2017, a desoneração prevista era de 11% (cerca de R\$ 14 bilhões), mas o realizado acabou sendo maior ainda: 16,04% do ICMS, ou R\$ 20,458 bilhões.

Diante disso, o Fórum das Seis protocolou junto a Alesp uma série de emendas à LDO-2019, que preveem o aumento do índice repassado às universidades e que deixam explícita a obrigação deste índice incidir sobre todo o ICMS-QPE (incluindo a expressão “do total do produto” no texto da LDO) e a obrigação do tesouro estadual em arcar com os custos da “insuficiência financeira”.

As emendas do Fórum, que também preveem dotação para o Centro Paula Souza e um total de 33% das receitas para o conjunto da educação pública paulista, foram protocoladas por vários deputados.

A situação do Centro Paula Souza

O Fórum das Seis protocolou emenda à LDO-2019 solicitando 3,3% do ICMS-QPE para o Centro Paula Souza (Ceeteps), que mantém as Escolas Técnicas (ETEC) e as Faculdades de Tecnologia (FATEC). Diferente das universidades, o Ceeteps não tem dotação própria e, todo o ano, é o governador que decide quanto de recursos a instituição receberá no ano seguinte.

Da mesma forma que nas universidades, porém, o governo ampliou muito o Ceeteps a partir de 2002, quando a instituição tinha 100 unidades. Em 2018, as informações oficiais apontam a existência de 286 unidades (222 ETEC e 71 FATEC), em aproximadamente 300 municípios paulistas, com 292,8 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível

superior. Essa gigantesca expansão não veio acompanhada dos recursos públicos necessários, levando a uma precarização crescente dos salários, bem como da infraestrutura física e laboratorial.



**ATENÇÃO PARA
A NOVA DATA**

LDO 2019: Ampliar a luta por mais recursos às universidades públicas paulistas e ao Ceeteps

Audiência pública na Alesp na quinta, **21/6**

Até o final deste de junho ou início de julho, deve ser votada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019). É nela que são definidos os recursos destinados a todos os setores do serviço público paulista no próximo ano, entre eles as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (Ceeteps)

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis apresentou propostas de emendas ao projeto de LDO enviado à Alesp pelo governo estadual. Para serem votadas em plenário, estas emendas precisam constar no relatório da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), cujo relator é o deputado Edson Giriboni (PV).

Por solicitação do Fórum das Seis, a Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de SP agendou uma audiência pública na Alesp para o dia **21 de junho, quinta-feira, às 10h30, no auditório Franco Montoro.** Os reitores serão

convidados a participar. O tema será **“O financiamento das universidades estaduais paulistas e do Ceeteps”**.

Organizar um ato forte

O Fórum das Seis convida servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes da Unesp, Unicamp, USP e Ceeteps a participar da audiência. Vamos dar visibilidade às nossas propostas na LDO 2019 e pressionar os deputados a apoiá-las.

Nossas propostas

O Fórum defende emendas à LDO 2019 que contemplam o aumento de recursos para as universidades e o Centro Paula Souza, o fim das manobras na base de cálculo do ICMS (o governo retira, indevidamente, vários itens do cálculo antes de repassar os valores às universidades), e que o governo cumpra a lei e arque com a insuficiência financeira das universidades.



*Política de desmonte da universidade pública***Fórum apresenta contraproposta. Cruesp mantém intransigência e limita-se a agendar reunião técnica para julho**

Após aprovação na maioria das assembleias de base das categorias, o Fórum das Seis formatou uma contraproposta para apresentar ao Cruesp na negociação de 13/6, numa demonstração clara de disposição para fazer avançar a negociação. Infelizmente, não era esse o interesse dos reitores.

Inicialmente, a coordenação do Fórum registrou o repúdio das categorias às pressões intimidatórias contra os trabalhadores em greve, especialmente na Unesp. Na sequência, apresentou a contraproposta, verbalmente e por escrito:

1) Reconhecimento oficial, pelo Cruesp, das perdas salariais das categorias no período de maio/2015 a abril/2018 (12,56% na USP e Unicamp, 16,04% na Unesp)

2) Acompanhamento quadrimestral da arrecadação do ICMS, considerando como primeiro quadrimestre o período de abril a julho/2018, por meio de reuniões mensais de grupo de trabalho (Fórum das Seis e Cruesp) a ser criado para este fim.

3) Plano de recuperação de perdas baseado no excedente (sobre o previsto) da arrecadação do ICMS em 2018, com aplicação quadrimestral (conforme detalhado no item 2). Destinação deste excedente na seguinte proporção: 80% para salários, 10% para contratações e carreira, 10% para permanência estudantil.

3.1) Iniciar a recuperação salarial das categorias com um reajuste necessário para repor a inflação dos últimos dois anos (pelo ICV-Dieese, de 6,14%), imediato e retroativo a maio/2018, até atingir o previsto no item 1.

4) Compromisso do Cruesp em respeitar o direito de greve, suspendendo o corte de ponto dos trabalhadores.

Explicando em detalhes

A contraproposta foi esmiuçada em detalhes pelos representantes do Fórum. Ela considera o fato de que as universidades organizaram seus orçamentos para 2018 a partir da previsão de arrecadação do ICMS estipulada pela Secretaria da Fazenda, não levando em conta eventuais excedentes. Nas projeções utilizadas pelos técnicos do Cruesp, aliás, os valores finais do ICMS em 2018, tendo em vista o cenário econômico, serão menores do que o previsto. Na visão do Fórum das Seis, a previsão da Fazenda será superada, o que já está sinalizado no comportamento dos cinco primeiros meses de 2018, que registram arrecadação acumulada, nominal, de aproximadamente 8,4% acima de mesmo período de 2017.



Portanto, se houver excedente na arrecadação – o que dificilmente ocorrerá, de acordo com a previsão de seus técnicos – cabe às reitorias destiná-lo à recomposição salarial, contratações, carreiras e permanência estudantil.

Postura intransigente

Após a apresentação da contraproposta, seguiu-se um demorado debate entre as partes. O reitor da USP e presidente do Cruesp, Vahan Agopyan, argumentou a necessidade de destinar eventuais excedentes na arrecadação à cobertura dos déficits acumulados nas universidades. O reitor da Unesp, Sandro Valentini, por sua vez, perguntou se o Fórum não defende que tais excedentes, se houver, devam ser destinados a cobrir parte da insuficiência financeira, sugerindo que equacionasse na contraproposta recursos internos das universidades para isso. A vice-reitora da Unicamp, Teresa Atvars, disse ser incompatível negociar as pautas específicas e, ao mesmo tempo, manter as reivindicações salariais da Pauta Unificada, pois não haveria recurso para tudo.

Os representantes do Fórum lamentaram que, mais uma vez, a política defendida pelos reitores para financiar as universidades esteja alicerçada no arrocho salarial, na deterioração das condições de trabalho e no estrangulamento da permanência estudantil. Reafirmaram, por outro lado, que a insuficiência financeira – a diferença entre o valor arrecadado pela contribuição previdenciária e o efetivamente pago pelas universidades aos aposentados e pensionistas – conforme manda a lei (LC nº 1.010, de 1º/6/2007), é de responsabilidade do governo do estado. Isso corresponde hoje, em média, a cerca





de 20% dos recursos destinados ao pagamento de pessoal na Unesp, Unicamp e USP. Em vez de pagar esta conta com os salários dos trabalhadores, é preciso que o Cruesp tome medidas efetivas, legais e administrativas para que o Executivo estadual cumpra sua obrigação estabelecida em lei. Quanto à aparente contradição entre pautas específicas e pauta geral, foi reiterado aos reitores que a prioridade continua sendo, como sempre foi, o conjunto de reivindicações da pauta unificada do Fórum das Seis, especialmente no que diz respeito a salários e condições de trabalho.

O que os reitores propõem

O Cruesp apresentou sua resposta à contraproposta do Fórum com sinalizações vagas. Os reitores reconhecem a “importância da recomposição do poder de compra dos salários em face às defasagens vivenciadas nos três últimos anos”, mas reiteram o índice de 1,5%. Aceitam o compromisso de promover reuniões técnicas periódicas para o acompanhamento da arrecadação do ICMS e para “a reavaliação da situação orçamentário-financeira das universidades ao longo do segundo semestre”. Nesse sentido, já ficou agendada a primeira reunião entre as equipes técnicas para 23/7.

Por fim, o Cruesp propôs “avaliar os eventuais excedentes financeiros, diante das despesas já comprometidas e que serão realizadas este ano com contratações, carreira, permanência e itens das pautas específicas, e analisar a possibilidade de concessão de novo reajuste salarial no segundo semestre”, sem, no entanto, agendar nova reunião de negociação com o Fórum das Seis.

Sobre o direito de greve, os reitores comprometeram-se a “avaliar o cenário de cada Universidade, após o retorno das atividades, em mesa de negociação, nos termos da legisla-

ção e jurisprudência”. Ou seja, recusaram-se a garantir que não haja corte de ponto, mas afirmam que, se ocorrer, o pagamento será feito após as partes celebrarem acordo de reposição de horas/trabalho.

Fórum discorda

As entidades que compõem o Fórum das Seis avaliam como intransigente a postura dos reitores frente à contraproposta apresentada. Os compromissos que eles se dispõem a assumir são vagos e não sinalizam com uma efetiva disposição em negociar, ainda que em médio e longo prazo. Não aceitaram a proposta feita pelo o Fórum para a realização de uma nova reunião de negociação ainda em junho e também se recusaram a deixar pré-agendada uma reunião para a primeira semana de agosto, que teria o objetivo de avaliar o resultado da reunião técnica de 23/7. Preferem aguardar “os desdobramentos do cenário econômico e uma efetiva constatação de excedentes na arrecadação do ICMS”.

Embora já tenha deixado confirmada sua intenção de participar da reunião técnica de 23/7, o Fórum das Seis vai manter a cobrança de agendamento de nova negociação entre as partes ainda em junho.

Indicativos às categorias

Reunidas após a negociação, as entidades que compõem o Fórum indicam:

- Continuidade e fortalecimento da greve onde está instalada, e intensificação da mobilização em todos os .
- Participação das categorias na audiência pública sobre a LDO 2019 (veja matéria na página 3).

Comunidade do IA convida para “funeral simbólico” e conclama: “Vida longa à universidade pública!”

Em meio à mobilização de professores, funcionários e estudantes da Unesp, Unicamp e USP, a comunidade do Instituto de Artes (IA/SP) da Unesp está organizando um protesto irreverente contra o desmonte da universidade pública. Com o envolvimento dos departamentos de Música, Teatro e Artes Visuais, estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos convidam para um “**Funeral Simbólico da Universidade**”, no dia **18/6**, segunda-feira.

A atividade contará com encenações, coral, canções de protesto compostas pelos estudantes, entre outras. As reivindicações que ancoram a manifestação são: reposição salarial dos professores e servidores; contratação de professores e funcionários; permanência estudantil.

Em material divulgado pelas redes sociais, os organizadores explicam que o funeral simbólico é uma



manifestação em favor da vida da universidade pública, um ato para que possamos refletir sobre as condições de sucateamento que nos têm sido impostas e para fazer ressurgir todo o potencial que a universidade pública tem de contribuir para uma sociedade mais viva, mais justa e

verdadeiramente democrática.

Itinerário – Horários estimados

11h30 - Concentração e manifestação artística em frente ao Teatro Municipal (Praça Ramos de Azevedo).

12h30 - Saída em direção à Biblioteca Mário de Andrade e Reitoria da Unesp, via Rua Cel. Xavier de Toledo.

13h40 - Caminhada até a Secretaria de Educação do Estado de SP (Praça da República), via Rua Cel. Xavier de Toledo e Rua Barão de Itapetininga. Finalização do ato.

LDO 2019: Ampliar a luta por mais recursos às universidades públicas paulistas e ao Ceeteps

Todos à audiência pública na Alesp em 20/6, 10h30

Até o final de junho ou início de julho, deve ser votada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019). É nela que são definidos os recursos destinados a todos os setores do serviço público paulista no próximo ano, entre eles as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (Ceeteps)

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis apresentou propostas de emendas ao projeto de LDO enviado à Alesp pelo governo estadual. Para serem votadas em plenário, estas emendas precisam constar no relatório da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), cujo relator é o deputado Edson Giriboni (PV).

Por solicitação do Fórum das Seis, a **Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de SP** agendou uma audiência pública na Alesp para o dia 20 de junho, quarta-feira, às 10h30. Os reitores serão convidados a participar. O tema será “O financiamento das universidades estaduais paulistas e do Ceeteps”.

Organizar um ato forte

O Fórum convida servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes da Unesp, Unicamp, USP e Ceeteps a participar da audiência. Vamos dar visibilidade às nossas propostas na LDO 2019 e pressionar os deputados a apoiá-las.

As entidades devem informar à coordenação do Fórum a previsão de participantes na audiência pública até sexta-feira, dia 15/6, ao meio-dia, para que seja possível organizar a infraestrutura necessária.

Nossas propostas

O Fórum defende emendas à LDO 2019 que contemplam o aumento de recursos para as universidades e o Centro Paula Souza, o fim das manobras na base de cálculo do ICMS (o governo retira, indevidamente, vários itens do cálculo antes de repassar os valores às universidades), e que o Executivo cumpra a lei e arque com a insuficiência financeira das universidades.



INTRANSIGÊNCIA: Mesmo com arrecadação maior, reitores mantêm 1,5%

Fórum indica manutenção da greve e assembleias para debater contrapropostas

A segunda negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, nesta quinta-feira, 7/6, foi novamente acompanhada de um aguerrido ato público, que reuniu servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes das três universidades e do Centro Paula Souza.

Iniciada a negociação, às 15h30, a coordenação do Fórum das Seis fez o registro de um veemente protesto contra a decisão do reitor da Unesp, Sandro Valentini, de ameaçar os servidores docentes e técnico-administrativos em greve com o corte de ponto, ressaltando o caráter intimidatório desta iniciativa contra categorias e de desrespeito ao direito de greve. Na sequência, a coordenação apresentou aos reitores a posição das assembleias de base, que rejeitaram o índice de 1,5%, considerando-o insuficiente frente às perdas salariais nos últimos três anos. Também foi criticada a postura das reitorias da Unicamp e da USP, de condicionar a discussão salarial à aprovação de seus respectivos conselhos universitários. A propósito disto, foram entregues aos reitores dois documentos, que atestam ser de responsabilidade do Cruesp a negociação salarial: o decreto de autonomia das universidades, de 1989, e o acordo entre Fórum e Cruesp, de 1991.

O reitor da USP e presidente do Cruesp, Vahan Agopyan, passou a palavra aos técnicos das reitorias. Estes, por sua vez, embora reconhecendo o crescimento da arre-

cadação do ICMS no primeiro quadrimestre deste ano, em relação a igual período de 2017, sustentam que até o final do ano a tendência é de queda, devido a fatores como a greve dos caminhoneiros e seus impactos na economia, a alta do dólar, estimativas de crescimento do PIB etc.

Ancorado nos dados desses técnicos, Vahan informou que não haveria nova proposta salarial, e que as universidades já estariam no limite das suas possibilidades, fazendo um enorme esforço para oferecer o índice de 1,5%.

Os números foram questionados pelos representantes do Fórum, inclusive com base na comparação dos dados da planilha de arrecadação do ICMS apresentada pelos técnicos da reitoria na negociação de 17/5 com a distribuída na presente reunião, que mostra um viés de crescimento da arrecadação e, portanto, sinaliza a possibilidade de construção de uma proposta de reajuste melhor do que aquela feita pelo Cruesp (1,5%)

Intransigência

Na tentativa de encerrar a discussão, o presidente do Cruesp reafirmou o índice de 1,5% e disse que a maior parte dos itens da Pauta Unificada diz respeito a questões específicas, a serem tratadas no âmbito de cada universidade.



Para tratar dos pontos que considera gerais, Vaham propôs a criação de dois grupos de trabalho: um para abordar assuntos específicos dos servidores celetistas (conforme consta no item II-Salário, subitem 6 - “Complementação salarial aos contratados pela CLT em casos de afastamento saúde, após ingresso no INSS, de modo a garantir-lhes tratamento isonômico em relação aos estatutários”), e outro para retomar os assuntos relativos à Previdência. O Cruesp propôs, ainda, de modo vago, o acompanhamento conjunto da situação orçamentária e financeira das universidades ao longo do segundo semestre, “considerando o cenário de incertezas pelo qual passa o país”.

Os representantes do Fórum consideraram positiva a criação dos grupos de trabalho, mas frisaram que isso é absolutamente insuficiente. Na sequência, solicitaram a definição de um cronograma de reuniões para o conjunto da Pauta Unificada e o agendamento de uma nova negociação para a próxima semana. Esta reunião seria um novo momento de negociação para que as partes possam apresentar propostas e eventuais contrapropostas para superação do impasse. Após muita insistência por parte do Fórum, os reitores concordaram em marcar a reunião para 13/6, quarta-feira, às 16h.

Fórum indica: Manter a greve e realizar assembleias até 12/6

Reunidas após a negociação, as entidades que compõem o Fórum indicam às categorias manter a greve (*veja quadro*) e realizar assembleias de base até terça-feira, 12/6, para discutir a conjuntura que cerca o movimento e a pertinência de apresentar uma contraproposta aos reitores na negociação de 13/6, nos seguintes termos:

- 1) Reconhecimento oficial, pelo Cruesp, das perdas salariais das categorias no período de maio/2015 a maio/2018.
- 2) Plano de recuperação de perdas baseado no excedente da arrecadação do ICMS em 2018. Destinação de parte deste excedente para permanência estudantil e contratações.
- 3) Iniciar a recuperação salarial das categorias com um reajuste necessário para repor a inflação dos últimos dois anos (pelo ICV-Dieese, de 6,14%), em maio/2018.



É hora de pressionar a LDO 2019

Na negociação de 7/6, os representantes do Fórum das Seis cobraram os reitores para que participem, efetivamente, na mobilização por mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza. O Fórum já apresentou suas propostas de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019.

O Fórum está articulando a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa, além de solicitar audiência com o governador Márcio França para discutir o mesmo tema. Mais detalhes no próximo boletim.

A greve nas estaduais paulistas

USP: Em sua assembleia de 5/6, os servidores técnicos administrativos aprovaram a adesão à greve. Em assembleias nos dias 4 e 5/6, docentes e estudantes, respectivamente, mantiveram a greve.

Unicamp: Servidores técnico-administrativos estão em greve desde 22/5. Docentes paralisaram nos dias 29 e 30/5 e 7/6. Os estudantes estão paralisados até o dia 14/6, quando farão assembleia para debater a greve.

Unesp: Entre os docentes, há greve nos campi de Marília, São Vicente, Botucatu, Rio Claro e IA/SP, além de paralisações parciais (em dias variados) em diversos outros. Entre os servidores técnico-administrativos, há greve nos campi de São José do Rio Preto, Araraquara, Bauru, Botucatu, Jaboticabal, Marília e IA/SP, além de paralisações parciais em diversas unidades. Os estudantes estão em greve nos campi de Botucatu, Rio Preto e Assis.

Manter e ampliar a greve!

Contra o arrocho e o desmonte, Fórum cobra retomada imediata das negociações

A semana iniciada em 28/5, embora curta, foi bastante movimentada nas universidades estaduais paulistas. A greve indicada pelo Fórum das Seis, frente ao reajuste de 1,5% oferecido pelos reitores, já iniciada pelos servidores técnico-administrativos da Unicamp em 22/5, ganhou força e adesão na Unesp e na USP.

A negociação entre Fórum e Cruesp, marcada para 30/5, foi unilateralmente suspensa pelos reitores, sob o argumento de que o Conselho Universitário da Unicamp, que deveria se reunir em 29/5 para “homologar” o reajuste de 1,5%, não conseguiu fazê-lo devido ao ato da comunidade acadêmica neste dia. Na USP, onde também houve ato da comunidade, o Conselho Universitário reuniu-se e “homologou” o reajuste.

Aqui cabem algumas considerações importantes.

Ainda que os conselhos universitários possam discutir a questão, não lhes cabe deliberar sobre o índice de reajuste salarial que deve vigorar para o conjunto das universidades. Caso contrário, corremos o risco de esfacelar o sistema superior público paulista e legitimar o fim da isonomia, uma vez que cada um poderia arbitrar o índice que julgasse conveniente. As universidades estaduais paulistas estão formalmente articuladas pelo Cruesp que, de acordo com o Decreto de Autonomia das Estaduais Paulistas, é a instância responsável pelo estabelecimento da política salarial da USP, Unesp e Unicamp:

“Artigo 3º - O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas baixará normas adicionais fixando os critérios de execução orçamentária das Universidades do Estado de São Paulo incluindo os relativos a política salarial de seu pessoal docente, técnico e administrativo observado não só o limite financeiro estabelecido neste decreto como o disposto no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 92 inciso VI da vigente Constituição do Estado com a redação dada pela Emenda Constitucional n º 57 de 25 de setembro de 1987.”

Esta prerrogativa também está expressa em documento resultante de acordo assinado entre Cruesp e Fórum das Seis, em 1991, **conforme consta na ata no verso deste boletim.**

Ao tentar terceirizar sua responsabilidade aos conselhos universitários, os reitores estão se escondendo atrás de



Atos em 29/5, em frente aos conselhos universitários da Unicamp (mais acima) e USP (logo acima)

subterfúgios para implementar arrocho e desmonte das universidades com o aval de seus órgãos colegiados. Trata-se de um enorme desrespeito à legítima mesa de negociação Fórum/Cruesp.

Feitas estas considerações, o Fórum das Seis conclama o Cruesp a retomar as negociações, agendando imediatamente a data da próxima reunião entre as partes.

Os indicativos do Fórum das Seis

- Manutenção e ampliação da greve nas universidades estaduais paulistas. As categorias devem promover atividades que reforcem a presença nos *campi*, com debates, reuniões, eventos de cultura e lazer.
- Solicitação de audiência ao governador Márcio França, para debate do financiamento das universidades
- Agendamento de audiência pública na Alesp, com o tema do financiamento das universidades, com chamado aos reitores para participação (ainda sem data), unificando com as discussões sobre a LDO/2019.

- Chega de arrocho! Queremos repor as perdas de maio/2015 a maio/2018!

- Chega de desmonte! Condições dignas de trabalho e estudo! Retomada das carreiras e das contratações!

- Garantia de acesso e permanência estudantil!

- Financiamento adequado para a universidade pública!

- Liberdade de organização! Não à intimidação e à repressão!

- Reconhecimento e respeito do vínculo entre o Centro Paula Souza e a Unesp!





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

10/4/91

Extrato da Ata da reunião realizada no dia 10 de abril de 1991, às 16:30 horas, na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Ata. Reuniu-se o Conselho de Reitores das Universidades estaduais Paulistas (CRUESP) e a representação dos Docentes e dos servidores não docentes das três Universidades Paulistas. Ficou acordado que a questão salarial será de competência exclusiva deste fórum. Decidiu-se eleger o dia 1º de maio de cada ano como data base para negociação salarial do pessoal servidor das Universidades Estaduais Paulistas, sendo que qualquer ganho judicial obtido em dissídio pendente, terá necessariamente que ser examinado por este fórum, com vistas a um acordo que permita a sua implantação, CONSIDERANDO-SE : a) situação orçamentária das Universidades; b) a política salarial adotada; c) os princípios da isonomia salarial. SINTUSP assinará o presente documento ressaltando que submeterá o teor do presente acordo a apreciação da ~~Assembléia da USP~~ ^{Assoc}. Caso a referida Assembléia não ratificar o presente acordo, o SINTUSP ficará excluído da data base. NADA MAIS.

Colmeir
REITORIA DA USP

Ant
REITORIA DA UNICAMP

te
REITORIA DA UNESP

[Signature]
ADUNESP

[Signature]
ADUNICAMP

[Signature]
ADUSP

[Signature]
SINTUSP

[Signature]
ASSUC

[Signature]
SINTUNESP

Em tempo: será feita necessariamente uma revisão salarial semestralmente pelo menos.

O termo pendente inclui os dissídios julgados mas não executados.

[Signatures]

Ata do acordo celebrado entre Cruesp e Fórum das Seis em 1991, que destaca o fato de que a questão salarial é de "competência exclusiva" da mesa entre ambos

Os números deles e os nossos

Chega de arrocho e desmonte! VAMOS À GREVE!

Neste boletim, vamos falar de alguns números e explicitar o que eles significam. Vamos a eles:

O índice proposto

A proposta de reajuste salarial de 1,5%, feita pelos reitores durante a negociação de 17/5/2018, repõe uma ínfima parte da inflação que deixamos de receber nos últimos três anos. Para recompor o poder aquisitivo que tínhamos em maio/2015, de acordo com o ICV/Dieese, seria necessário um índice de 12,66% na USP e na Unicamp, e de 16,04% na Unesp. Não estamos falando, portanto, de nenhum aumento real, mas apenas de reposição da inflação.

ICMS em alta

Em sua argumentação para justificar índice tão baixo, os reitores ignoraram um dado concreto: a arrecadação do ICMS, que é a base para o repasse dos recursos às universidades, está em crescimento. A arrecadação acumulada no quadrimestre janeiro/abril 2018 foi 8,08% acima do mesmo período de 2017. Veja no quadro logo abaixo.

Os desvios patrocinados pelo governo

Outro dado importante, que mostra o descaso dos nossos reitores para com as universidades que dirigem e sua subserviência ao governo do estado, é a continuidade das ma-



Ato durante a negociação de 17/5/2018

nobras feitas para subtrair recursos das universidades, nunca por eles questionadas. De 2014 a 2017, o governo retirou indevidamente da base de cálculo do ICMS quota-parte do estado um montante de R\$ 12,95 bilhões, relativo a 24 alíneas que são desconsideradas (juros, multas de mora, Habitação etc.). Isso significa que, em quatro anos, as universidades deixaram de receber cerca de R\$ 1,23 bilhão (9,57% da quota-parte do estado)! Confira no quadro na próxima página.

Por que os reitores não se manifestam sobre esse sequestro de recursos das universidades e não cobram publicamente da Secretaria da Fazenda do estado que permaneçam na base de cálculo? Aparentemente, não têm estofos para cobrar de quem de direito, preferem “equilibrar” as contas

arrochando salários, deteriorando condições de trabalho, confiscando direitos e, assim, dando sua valiosa contribuição aos governos estadual e federal para a degradação do serviço público.

Arrecadação do ICMS

(Valor da cota-parte do estado, que corresponde a 75% do total, já expurgados os itens denunciados pelo Fórum)

Jan/2018	R\$ 8.701.484.297,00 (crescimento de 10,33% em relação a jan/2017)
Fev/2018	R\$ 7.789.374.453,73 (crescimento de 19,49% em relação a fev/2017)
Mar/2018	R\$ 7.785.825.604,89 (queda de 3,52% em relação a mar/2017)
Abr/2018	R\$ 8.456.015.112,20 (crescimento de 8,48% em relação a abr/2017)
1º quadrimestre/2018	R\$ 32.732.699.467,82 (crescimento de 8,08% em relação ao 1º quadrimestre/2017)



Perdas na base de cálculo da Unesp, Unicamp e USP, em R\$ milhões, em 1/1/2018

Deflator: IPCA (agora usado pela Secretaria da Fazenda)

2014	3.659,77
2015	2.894,75
2016	2.951,06
2017	3.446,12
Total	12.951,7

OBS.1: Os valores de 2014, 2015 e 2016 foram corrigidos pelo IPCA até 2017

OBS.2: Nenhum destes descontos é feito quando é realizado o cálculo dos 25% do ICMS que vão para os municípios paulistas.

Nossos salários estão bancando as universidades. Veja quanto você já perdeu



As tabelas 1, 2 e 3 e mostram as diferenças entre os salários atuais e os valores que deveriam ter em maio/2018, se fossem corrigidos pela inflação medida pelo ICV-Dieese. Mostram também as estimativas de quanto foi perdido pelos docentes e servidores técnico-administrativos da Unesp, Unicamp e USP, de maio/2015 até maio/2018, pelo fato dos nossos salários não terem sido reajustados pela inflação, e quantos salários saíram do nosso bolso para financiar as universidades. Por fim, as tabelas trazem o índice necessário para repor o poder de compra de maio/2015.

A última linha das tabelas mostra quantos salários nossos correspondem ao que os reitores deixaram de pagar para nós. Em outras palavras, na USP e na Unicamp, as perdas dos servidores técnico-administrativos e docentes correspondem a quase três salários; na Unesp, a pouco menos do que 4 salários. Isso corresponde à nossa “contribuição” para a manutenção das três universidades públicas paulistas e é o preço que pagamos pela inépcia dos reitores em cuidar para que não sejam retirados recursos da nossa base de cálculo, pela ausência de empenho efetivo do Crulesp para reivindicar aumento da dotação orçamentária para as universidades, pelo seu temor em exigir que se cumpra a Lei Complementar 1.010/2017 - que estabelece que é o estado que deve arcar com os custos da insuficiência financeira – e pela subserviência histórica dos nossos dirigentes ao governo do estadual.

Tabela-1 (Unesp)

Situação em maio de 2018	Prof. Doutor (MS3)	Servidores Técnico-Administrativos		
		Nível Superior	Nível Médio	Nível Básico
Salário atual	R\$ 10.360,07	R\$ 5.341,15	R\$ 2.697,64	R\$ 1.825,87
Salário corrigido	R\$ 12.021,77	R\$ 6.197,84	R\$ 3.130,33	R\$ 2.118,73
Perdas	R\$ 37.750,64	R\$ 19.462,34	R\$ 9.826,05	R\$ 6.653,16
Reajuste necessário para voltar a maio/15	16,04%	16,04%	16,04%	16,04%
Perdas (em total de salários, no valor atual)	3,64	3,64	3,64	3,64

Tabela-2 (Unicamp)

Situação em maio de 2018	Prof. Doutor (MS3)	Servidores Técnico-Administrativos		
		Nível Superior	Nível Médio	Nível Básico
Salário atual	R\$ 10.670,87	R\$ 5.883,50	R\$ 3.120,16	R\$ 2.111,92
Salário corrigido	R\$ 12.021,77	R\$ 6.628,34	R\$ 3.515,16	R\$ 2.379,28
Perdas	R\$ 29.444,08	R\$ 16.234,50	R\$ 8.609,51	R\$ 5.828,13
Reajuste necessário para voltar a maio/15	12,66%	12,66%	12,66%	12,66%
Perdas (em total de salários, no valor atual)	2,76	2,76	2,76	2,76

Tabela-3 (USP)

Situação em maio de 2018	Prof. Doutor (MS3)	Servidores Técnico-Administrativos		
		Nível Superior	Nível Médio	Nível Básico
Salário atual	R\$ 10.670,87	R\$ 7.396,10	R\$ 3.933,26	R\$ 2.165,11
Salário corrigido	R\$ 12.021,77	R\$ 8.332,42	R\$ 4.431,20	R\$ 2.439,21
Perdas	R\$ 29.444,08	R\$ 20.403,66	R\$ 10.853,11	R\$ 5.974,38
Reajuste necessário para voltar a maio/15	12,66%	12,66%	12,66%	12,66%
Perdas (em total de salários, no valor atual)	2,76	2,76	2,76	2,76



Os indicativos do Fórum das Seis

O arrocho salarial a que estamos submetidos é uma das várias dimensões do processo de deterioração a que estão submetidas as nossas universidades. Elas estão sob sério risco porque não se contratam servidores docentes e técnico-administrativos em número adequado para o seu pleno funcionamento. As reitorias têm tomado iniciativas de contenção de gastos quase que exclusivamente com a folha de pagamento. As carreiras estão congeladas. Os reitores têm acenado com a criação de cursos de primeira formação à distância, alguns já aprovados e em vias de implantação. Tudo isso sem nenhuma preocupação com crescente precarização do trabalho dos servidores docentes e técnico-administrativos, nem com as consequências disto para as atividades de docência, pesquisa e extensão.

Dada a gravidade da situação atual da Unesp, da USP e da Unicamp, o indicativo de greve do Fórum das Seis não é só por salário, é pela preservação das universidades públicas paulistas e pelo estabelecimento de uma negociação efetiva de todos os itens da Pauta Unificada. O calendário de mobilização prevê:

- 1- Rodada de assembleias de base até 24/5, quinta-feira, para discutir indicativo de greve a ser deflagrada segunda-feira 28/5;**
- 2- Realização de manifestações locais durante reuniões dos Conselhos Universitários (USP e Unicamp já estão marcadas para 29/5).**

O Fórum das Seis se reunirá novamente sexta-feira, dia 25/5 às 14h, para avaliar os resultados das assembleias de base, que serão apresentados ao Cruesp na reunião de 30/5, às 10h, bem como para estabelecer as estratégias de ação na Assembleia Legislativa durante o processo de tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2019).



FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

1,5%: Esta é a proposta indecente do Cruesp

Postura dos reitores mantém universidades na rota do arrocho salarial e do desmonte
Fórum indica: Reagir para defender a universidade pública

GREVE A PARTIR DE 28/5



Ato durante a negociação, em 17/5

Na primeira reunião de negociação entre Cruesp e Fórum das Seis, realizada em 17/5, o Cruesp apresentou uma proposta indecente: 1,5% de reajuste salarial. Segundo o presidente do Cruesp e reitor da USP, Vaham Agopyan, embora baixo, o índice é um “esforço político dos reitores” mesmo diante de um cenário econômico “difícil”.

No caso da USP e da Unicamp, a proposta ainda depende da “aprovação” dos respectivos conselhos universitários, ambos com reunião marcada para 29/5. No caso da Unesp, o reitor Sandro Valentini disse ser defensor da isonomia, mas que só será possível pagar os 3% – não honrados desde maio/2016 – quando “sairmos da crise”.

A negociação foi acompanhada por um belo ato público em frente à sede do Cruesp, no centro de São Paulo, que reuniu um grande número de servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza. Nos *campi*, houve paralisações

e atividades variadas de mobilização em todo o estado.

Política irresponsável

Nas falas dos representantes do Fórum das Seis durante a negociação, foi enfatizado que a política aplicada pelas sucessivas gestões reitorais é a de buscar a “sustentabilidade” orçamentária e financeira da Unesp, Unicamp e USP por meio da manutenção do arrocho salarial, do aprofundamento da precarização das condições de trabalho e de funcionamento das universidades, sem nenhuma preocupação com as suas consequências para a produção de conhecimento, prestação de serviços à comunidade e para a formação dos nossos estudantes. Em outras palavras, uma política irresponsável, que coloca as universidades estaduais paulistas em rota de destruição.



Lembraram que, enquanto as perdas salariais se acumulam – na Unicamp e na USP, é necessário um índice em torno de 12,6% para recuperar o poder aquisitivo de maio/2015; na Unesp, que não honrou os 3% de maio/2016, esse número é de cerca de 16% – as condições de trabalho e estudo se degradam rapidamente. As carreiras estão congeladas, assim como ocorre com as contratações, o que tem produzido uma sobrecarga de trabalho e consequente adoecimento dos servidores, além de uma crescente deterioração de todas as atividades desenvolvidas pela Universidade.

Dinheiro tem

Os membros do Fórum destacaram o fato de que a argumentação dos reitores para conceder esse ínfimo reajuste está em contradição com o **aumento da arrecadação do ICMS neste primeiro quadrimestre de 2018**, que cresceu 8,084% em relação a igual período de 2017. Esse dado contradiz a previsão apresentada pelos técnicos do Cruesp na reunião de 3/5, quando disseram que abril/2018 teria uma queda de 3,196% em relação a abril/2017; no entanto, houve um crescimento de 8,48%.

Ou seja, há espaço no orçamento para concessão de um reajuste maior, mas a opção política dos reitores, ao contrário do que disse o Cruesp, é sequestrar recursos dos salários para seguir financiando as universidades, uma vez que não têm coragem suficiente para reivindicar, efetivamente, do governo estadual e da Assembleia Legislativa, o financiamento adequado para o pleno funcionamento das universidades que dirigem.

5 minutos... e nada mais

Após se reunirem por 5 minutos, por sugestão dos representantes do Fórum, os reitores voltaram à negociação com a mesma proposta. Concordaram apenas em realizar nova reunião com o Fórum das Seis em 30/5. Segundo o presidente do Cruesp, não só para ouvir o retorno das assembleias de base, mas também para “trazer o resultado” das reuniões dos conselhos universitários da Unicamp e da USP. Ou seja, querem “lavar as mãos”, consolidando a proposta de arrocho nos conselhos universitários, eximindo-se da responsabilidade de discutir e negociar, com o Fórum das Seis, o reajuste salarial da data-base dos servidores técnico-administrativos e docentes das universidades que dirigem.



Frente à colocação do presidente do Cruesp, de que os demais pontos da Pauta Unificada (fim das perseguições, condições de trabalho, permanência estudantil etc.) deveriam ser discutidos em cada universidade, os representantes do Fórum insistiram num cronograma de reuniões para debater todos os itens coletivamente. Os reitores disseram, então, que farão uma proposta de cronograma no dia 30/5.

Indicativos do Fórum das Seis

- 1) Rodada de assembleias de base até 24/5, quinta-feira, para discutir indicativo de greve a ser deflagrada na segunda-feira, 28/5;
- 2) Realização de manifestações locais durante reuniões dos Conselhos Universitários (USP e Unicamp já estão marcadas para 29/5);

O Fórum das Seis se reunirá novamente na sexta-feira, 25/5 às 14h, para avaliar os resultados das assembleias de base, que serão apresentados ao Cruesp na reunião de 30/5, às 10h, bem como estabelecer as estratégias de ação na Assembleia Legislativa durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2019).

*Não é só contra o arrocho!
Vamos combater o desmonte da universidade!*

Maioria das assembleias aprova paralisação e ato em 17/5. Sem proposta decente do Cruesp, indicativo é de greve

As entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se na sexta-feira, 11/5, para tabular o resultado das assembleias de base e organizar as atividades previstas para 17/5, dia da primeira negociação com o Cruesp na data-base 2018. Na ampla maioria das assembleias já realizadas, foi aprovado o indicativo de paralisação e participação no ato público convocado para a frente da sede do Cruesp, durante a negociação, agendada para as 15h. Em muitos campi, serão realizados debates, panfletagens e outras atividades locais para marcar o dia.

Tendo havido ampla concordância nas assembleias de base, o Fórum das Seis reitera o indicativo de greve por tempo indeterminado, caso a proposta do Cruesp seja insuficiente. O Fórum das Seis voltará a se reunir logo após a negociação com o Cruesp para avaliar os fatos e propor os encaminhamentos para as bases.

Arrocho é a ponta do iceberg

Durante a reunião de 11/5, os representantes das entidades fizeram análises dos cenários em que se desenrola nossa campanha salarial 2018. Fica claro que o arrocho salarial – que não é pequeno – é apenas uma das dimensões dos problemas enfrentados pela comunidade nas universidades estaduais paulistas.

A política aplicada pelas sucessivas gestões reitorais é a de buscar a “sustentabilidade” orçamentária e financeira da Unesp, Unicamp e USP por meio da manutenção da política de arrocho salarial e de aprofundamento da precarização das condições de trabalho e do funcionamento das universidades, sem nenhuma preocupação com as suas consequências para a produção de conhecimento, prestação de serviços à comunidade e para a formação dos nossos estudantes.

Enquanto as perdas salariais se acumulam – na Unicamp e na USP, é necessário um índice em torno de 12,6% para recuperar o poder aquisitivo de



Dicas para o ato

A concentração para o ato do dia 17/5 terá início às 13h, com fornecimento de lanche aos manifestantes.

A sede do Cruesp está localizada na área central de São Paulo, na rua Itapeva, nº 26.





maio/2015; na Unesp, que não honrou os 3% de maio/2016, esse número é de cerca de 16% – as condições de trabalho e estudo pioram rapidamente. As carreiras estão congeladas, assim como ocorre com as contratações, o que tem produzido uma sobrecarga de trabalho e consequente adoecimento dos servidores, além de uma crescente deterioração de todas as atividades desenvolvidas pela Universidade.

Fato é que chegamos a esse ponto porque os sucessivos reitores têm sido recorrentemente subservientes aos sucessivos governos estaduais. Sua atitude tem sido a de adequar o custeio dessas instituições ao recurso insuficiente, abdicando de invocar a importância política, estratégica, científica, cultural e social das universidades que dirigem para reivindicar o recurso necessário para a sua manutenção. Com essa atitude, são cúmplices do

Os índices da campanha

Na Unicamp e na USP, é necessário um índice em torno de **12,6%**

para recuperar o poder aquisitivo de maio/2015.

Na Unesp, que não honrou os 3% de maio/2016, esse número é de cerca de **16%**.

processo perverso de deterioração sem precedentes nos serviços públicos e parceiros do grande capital nacional e internacional no desenvolvimento do subdesenvolvimento brasileiro.

Neste cenário, nossa luta por melhores salários e condições de trabalho se inscreve na luta mais ampla em defesa da universidade pública, autônoma, democrática, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Lutamos por uma universidade capaz de gerar pensamento crítico e envolvimento com os graves problemas da sociedade brasileira; que transmita o legado dos pensadores comprometidos com a emancipação dos povos latino-americanos; que produza ciência e tecnologia que possa contribuir para a superação da nossa condição de subalternidade no contexto internacional.

Crise não é financeira

O que acontece na Unesp, Unicamp e USP não é uma crise financeira, mas sim uma crise de financiamento. E a diferença não é apenas semântica.

Ocorre que as três universidades enfrentam problemas de financiamento desde o começo dos anos 2000, quando teve início uma expressiva expansão de vagas, cursos e campi, sem que o governo honrasse o compromisso de aporte de recursos perenes para isso.

Para as três universidades, é destinado um percentual de 9,57% da quota-parte do estado na arrecadação do ICMS (75% ficam com o estado e 25% vão para os municípios). Porém, antes de repassar a parte das universidades, o governo retira indevidamente da base de cálculo uma série de itens (Habitação, juros e multas, juros de mora e dívida ativa). Somente de 2014 a 2016, por exemplo, essa manobra resultou numa perda real de cerca de R\$ 0,9 bilhão para Unesp, Unicamp e USP!

Não bastasse tudo isso, ainda temos um outro grave problema que produz um enorme impacto nas contas das universidades: a insuficiência financeira (diferença entre o que se arrecada de contribuição previdenciária e o que se paga de aposentadorias e pensões), que consome, em média, cerca de 20% dos recursos oriundos do ICMS das três universidades. No entanto, conforme a Lei Complementar 1.010/2017, cabe ao governo arcar com esta diferença, mas ele não o faz, contando com o silêncio obsequioso dos reitores!

Arrecadação do ICMS cresce, isenção fiscal continua

Como vem assinalando o Fórum das Seis em seus boletins, a arrecadação do ICMS está em alta nestes primeiros



meses de 2018, com tendência de manter o ritmo de melhora. A arrecadação acumulada no quadrimestre janeiro/abril 2018 foi pouco mais de 8% acima do mesmo período de 2017.

Em <https://youtu.be/4zQEXJ77vZw>, confira fala de José Luís Pio Romera, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), sobre isso.

É importante também registrar que, em 2017 e 2018, o governo do estado de São Paulo e a Assembleia Legislativa aprovaram uma isenção de aproximadamente R\$ 29 bilhões de ICMS para empresas privadas, muitas delas inscritas na dívida pública do estado. Trata-se de recursos do povo de São Paulo, que poderiam ter sido aplicados em educação, saúde e seguridade social, mas foram gentilmente cedidos à iniciativa privada para aumentar seus lucros.



Reunião técnica comprova: Decisão de manter arrocho salarial é política!

Cruesp agenda primeira negociação para 17/5. É hora de ampliar a mobilização!

Fórum reforça: Assembleias até 9/5 para debater indicativo de greve

Na quinta-feira, 3 de maio, aconteceu uma reunião entre as equipes técnicas do Fórum das Seis e do Cruesp. No *box* abaixo, veja um resumo do que foi tratado.

Os representantes do Fórum das Seis reforçaram a necessidade de agendamento urgente de negociação com o Cruesp, uma vez que a data-base da categoria é 1º de maio. No momento de fechamento deste boletim, às 15h30 do dia 4/5, a coordenação do Fórum recebeu ofício do Cruesp, agendando a primeira negociação para 17/5, às 15h.

Todos às assembleias: Ampliar a mobilização

O Fórum das Seis reafirma o indicativo feito às

bases anteriormente, de realização de assembleias até 9/5, para debater os novos passos na mobilização, inclusive a pertinência de uma greve por tempo indeterminado, caso a negociação não se concretize em 17/5, ou redunde em proposta insatisfatória para as categorias. No dia 10 de maio, o Fórum das Seis volta a se reunir para avaliar o retorno das assembleias e definir novos indicativos às categorias.

Em assembleia realizada na tarde de 3/5, os docentes da USP aprovaram o indicativo de greve a partir da segunda quinzena de maio, caso não seja apresentada proposta de reajuste pelo Cruesp, com nova assembleia em 14/5. Na semana de 7 a 11/5,



O que foi discutido com os técnicos do Cruesp em 3/5

Logo no início da reunião, os representantes do Fórum das Seis solicitaram aos técnicos do Cruesp que informassem aos seus respectivos reitores o desapontamento das categorias por não ter sido marcada ainda uma reunião de negociação, frisando que esta postura está sendo interpretada como reajuste zero, e isso aumenta a probabilidade de deflagração de uma greve.

Em relação ao reajuste salarial, o representante da Unesp informou que ainda não conversou com os reitor sobre isso e deve fazê-lo na próxima semana. Os demais técnicos limitaram-se a ponderar que consideram que “o déficit é um empecilho para qualquer aumento, mas que essa decisão não cabe à equipe técnica”.

Quanto à insuficiência financeira (diferença entre o que as universidades arrecadam de contribuição previdenciária e o que é efetivamente pago em aposentadorias e pensões, o que deveria ser coberto pelo governo, de acordo com a lei), os técnicos admitiram que os “royalties do petróleo” que foram acrescentados ao orçamento das universidades neste ano, especificamente para esse fim, cobrem apenas cerca de um décimo do rombo. Ante à solicitação do Fórum das Seis, de dados atualizados sobre a insuficiência financeira, os técnicos do Cruesp pediram que seja encaminhada por ofício ao Cruesp.

No decorrer da reunião, os técnicos ainda fizeram

um breve relato sobre os recursos que vêm sendo alocados pelas três universidades em permanência estudantil, carreiras e contratações.

Segundo os técnicos, houve aumento de recursos em permanência estudantil nas três universidades. O Fórum solicitará oficialmente informações detalhadas ao Cruesp. Presentes à reunião técnica, representantes do DCE Livre da USP informaram que a entidade elencou a permanência estudantil como prioridade de atuação e já lançou a campanha “Permanência é pra já!”.

Em relação às contratações, o representante da Unesp informou a intenção de contratar somente professores substitutos neste ano, num total de 350, e zero servidores técnico-administrativos. No entanto, a Adunesp tem conhecimento de que estão ocorrendo algumas contratações de docentes efetivos para os cursos novos de Engenharia.

A assessoria da USP informou que há planos de contratação de 150 docentes este ano e, também, zero servidores técnico-administrativos. Na Unicamp, a informação é que “alguns concursos estão sendo feitos para cobrir situações excepcionais”.

Sobre as carreiras, estão “bloqueadas” na Unesp, enquanto USP e Unicamp informam a existência de estudos para a sua reativação.



haverá atividades diversas de mobilização (assembleias setoriais, panfletagens etc.).

Chega de arrocho e desmonte!

Nossa Pauta Unificada de Reivindicações foi protocolada junto ao Cruesp no dia 4/4. No item salarial, estamos reivindicando o restabelecimento do poder aquisitivo de maio/2015, ou seja, a reposição da inflação calculada pelo ICV do Dieese e não paga desde então. Até março, esse índice estava em 12,62% para a USP e a Unicamp; para a Unesp, que não honrou os 3% em maio/2016, o percentual é de 15,99%. Ainda falta acrescentar a inflação de abril/2018, ainda não disponível, nesta conta.

Como vem assinalando o Fórum em seus boletins, a arrecadação do ICMS está em alta nestes primeiros meses de 2018. Já os nossos salários continuam em queda livre. A arrecadação acumulada no trimestre janeiro/março 2018 foi pouco mais de 8% acima do mesmo período de 2017.

Outro dado importante, que mostra o descaso dos nossos reitores para com as uni-



versidades que dirigem e sua subserviência ao governo do estado, é a continuidade das manobras feitas para subtrair recursos das universidades, nunca por eles questionadas. Neste primeiro trimestre de 2018, o governo retirou indevidamente da base de cálculo do ICMS quota-parte do estado um montante de R\$ 1.051.421.850,09, relativo a 24 alíneas que são desconsideradas (juros, multas de mora, Habitação etc.). Isso significa que, em três meses, as universidades deixaram de receber cerca de R\$ 100 milhões (9,57% da quota-parte do estado)!

Por que os reitores não se manifestam sobre esse sequestro de recursos das universidades e não cobram publicamente da Secretaria da Fazenda do estado que permaneçam na base de cálculo? Aparentemente, não têm estofos para cobrar de quem de direito, preferem “equilibrar” as contas arrochando salários, deteriorando condições de trabalho, confiscando direitos e, assim, dando sua valiosa contribuição aos governos estadual e federal para a degradação do serviço público.

Chega de arrocho! Chega de desmonte!

Direito à moradia

Solidariedade às vítimas do incêndio em SP

Na madrugada de 1º de maio, um grande incêndio destruiu o edifício Wilton Paes de Almeida, de 24 andares, localizado no Largo do Paissandu, no centro da capital, deixando centenas de pessoas desabrigadas. O edifício era ocupado por cerca de 150 famílias, organizadas no movimento Luta por Moradia Digna (LMD). Ao menos uma pessoa morreu, mas ainda há desaparecidos.

A tragédia expõe de forma gritante um grave problema social no país: a falta de moradia para milhões de pessoas, enquanto milhões de metros quadrados são destinados à especulação imobiliária. Dados do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade da Prefeitura de SP, relativos a 2016, apontavam a existência de mais de 2 milhões de metros quadrados de imóveis “não utilizados”, “subutilizados” ou “não edificadas”, áreas que poderiam ser usadas para atender à demanda por habitação na capital. As informações constam em matéria divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de 22/3/2016 (<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cidade-de-sao-paulo-tem-2-milhoes-de-m2-de-imoveis-sem>

[-uso,10000022553](http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cidade-de-sao-paulo-tem-2-milhoes-de-m2-de-imoveis-sem-uso,10000022553)).

Desde sua posse, em início de 2017, a gestão Doria/Covas congelou o estudo. Em entrevista à imprensa, o ex-prefeito e atual candidato ao governo do estado, João Doria, preferiu qualificar os moradores de “facção criminosa”, o que revela sua insensibilidade aos problemas que atingem cidadãos socialmente vulneráveis, e confirma seu compromisso com teses nitidamente fascistas. (<https://www1.folha.uol.com.br/coltidiano/2018/05/predio-incendiado-em-sp-foi-ocupado-por-facciao-criminosa-afirma-doria.shtml>).

Solidariedade

Entidades do Fórum das Seis localizadas na capital (Adusp e Sintusp) organizaram pontos de coleta de doações em suas sedes para as vítimas do incêndio.

Estão sendo recebidos alimentos não perecíveis (com validade superior a um mês), água, itens de higiene pessoal, roupas e calçados, fraldas, colchões/colchonetes, cobertores.

De novo a velha política: Reitores ignoram Pauta e respondem com arrogante silêncio a solicitação de negociação

Chega de arrocho e desmonte: Fórum indica

DIA DE PARALISAÇÃO E MANIFESTAÇÕES EM 26 DE ABRIL.

*Sem resposta, a sinalização é preparar a **GREVE***

As entidades que compõem o Fórum das Seis voltaram a se reunir em 19/4, para avaliar a conjuntura e definir os próximos passos da campanha salarial de 2018. A Pauta Unificada deste ano foi protocolada em 4/4, com solicitação de que a primeira rodada de negociação entre as partes ocorresse entre os dias 16 e 18/4, de modo que a comunidade tenha retorno às suas reivindicações antes da data-base da categoria, que é 1º de maio. A resposta do Cruesp? Um silêncio arrogante e desrespeitoso para com a comunidade universitária paulista. Não querem negociar. Querem seguir impondo seus planos de “ajuste fiscal”, que jogam sobre a comunidade o ônus da crise de financiamento e promovem, com essas e outras medidas, o desmonte das universidades públicas como mecanismo de contenção de gastos.

Conforme deliberado nas reuniões anteriores e submetido às primeiras rodadas de assembleias, o Fórum das Seis reitera o indicativo de que a nossa resposta seja dada com mobilização! Veja as datas:

- **26 de abril:** “Dia de Paralisação e Manifestações”, com realização de atos locais, debates (sobre crise de financiamento, política de desmonte e demais temas pertinentes), vigílias, panfletagens e outras formas definidas localmente.

- **2 a 7 de maio:** Rodada de assembleias para discutir indicativo de greve, se não houver negociação ou se a proposta apresentada for considerada insuficiente.

- **8 de maio:** Reunião do Fórum das Seis para avaliar retorno das assembleias e, caso as categorias optem pela greve, definição da data de deflagração.

Números do ICMS contrastam com discurso da crise

O discurso da crise, tão providencial para governo e reitorias quando se trata de arrochar salários e confiscar direitos, não se sustenta quando analisamos os números da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As universidades recebem 9,57% da quota-parte do estado no ICMS (75% ficam com o estado e 25% com os municípios, não sem que antes sejam retirados indevidamente recursos expressivos da nossa base de cálculo).

Os dados a seguir referem-se aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, com comparação a igual período de 2017, e são relativos à base de cálculo sobre a qual são calculados os 9,57%.

Índice necessário para voltar a maio/2015

Nossa reivindicação salarial na data-base 2018 é recuperar o poder aquisitivo de maio/2015. Com a divulgação da inflação de março/2018, calculada pelo ICV/Dieese, esse índice já é de **12,62%** na USP e na Unicamp. Na Unesp, que não honrou os 3% em maio/2016, a reivindicação é de **15,99%**.

Obs.: Considerando que nossa data-base é 1º de maio, para fecharmos o índice da campanha, falta ainda inserir a inflação de abril/2018.



Arrecadação do ICMS (em bilhões de reais)

Mês	2017	2018	2018/2017 (% de variação)
Janeiro	7.900.918.854,00	8.701.484.297,00	10,13%
Fevereiro	6.518.700.802,00	7.826.549.977,00	20,06%
Março	8.070.358.872,00	7.823.001.128,00	- 3,06%
Total	22.489.978.528,00	24.351.035.403,00	8,27%

OBS.: Esses dados referem-se aos itens considerados pelo governo para o cálculo dos 9,57% e já descontado, em cada mês, 1/12 dos recursos dos Programas da Habitação, que o governo retira indevidamente da base de cálculo antes de fazer o repasse às universidades.

Ou seja, no total temos um crescimento de 8,27% na base de cálculo dos 9,57% do ICMS destinado às universidades em relação ao mesmo período (janeiro a março) do ano passado.

E, antes que o Cruesp tente utilizar o resultado de março, que registrou queda de -3,06%, para se apoiar numa pretensa tendência de queda na arrecadação do ICMS, é necessário entender esse número.

O recuo de março/2018 em relação a março/2017 é decorrente de uma sazonalidade, que foi o Carnaval de 2017, que impactou na arrecadação somente em março daquele ano. Além disso, em março de 2018 tivemos o feriado no final do mês (Sexta-feira Santa/Páscoa) e parte da arrecadação entrará somente em abril.

Vale destacar que há a possibilidade de que a arrecadação de março/2018 ainda sofra algum ajuste para mais, do mesmo modo que ocorreu com a de fevereiro/2018 (que teve acréscimo em torno de R\$ 160 milhões). Isso porque as atualizações do *site* da Secretaria da Fazenda levam um certo tempo para aparecer. Se isso ocorrer, é possível que a queda em março/2018, em relação a março/2017, fique em cerca de

-1%. Desta forma, o crescimento nominal na arrecadação do primeiro trimestre poderá ficar em torno de 9%, percentual muito significativo.

Arrecadação de 12 meses também registra crescimento

Se considerarmos um período maior, também temos crescimento na arrecadação do ICMS. Tomando os últimos 12 meses (abril/2017 a março/2018) em comparação com abril/2016 a março/2017, vemos que há um crescimento nominal de 6,59%, como mostra o quadro:

Arrecadação do ICMS

(base de cálculo de onde são extraídos os 9,57% das universidades)

Período	Arrecadação (bilhões de reais)
Abril/2016 a mar/2017	R\$ 90.333.938.191,00
Abr/2017 a mar/2018	R\$ 92.288.383.115,00
Corrigida pelo IPCA (2,68%) Abr/2016 a mar/2017	R\$ 92.754.887.734,52

Observa-se um crescimento nominal de 6,59% no período analisado. O crescimento real (crescimento nominal menos a inflação) é de 3,8095%



Veja o total que você deixou de receber de maio/2015 a fevereiro/2018

Professor MS3 na Unesp: **R\$ 33.326,48**

Professor MS3 na Unicamp e na USP: **R\$ 24.758,92**

Técnico-administrativo nível básico na Unesp: **R\$ 5.817,49**

Técnico-administrativo nível básico na Unicamp: **R\$ 5.136,48**

Técnico-administrativo nível básico na USP: **R\$ 5.265,98**

Técnico-administrativo nível médio na Unesp: **R\$ 8.674,94**

Técnico-administrativo nível médio na Unicamp: **R\$ 7.588,63**

Técnico-administrativo nível médio na USP: **R\$ 9.566,19**

Técnico-administrativo nível superior na Unesp: **R\$ 17.175,69**

Técnico-administrativo nível superior na Unicamp: **R\$ 14.309,46**

Técnico-administrativo nível superior na USP: **R\$ 17.988,36**



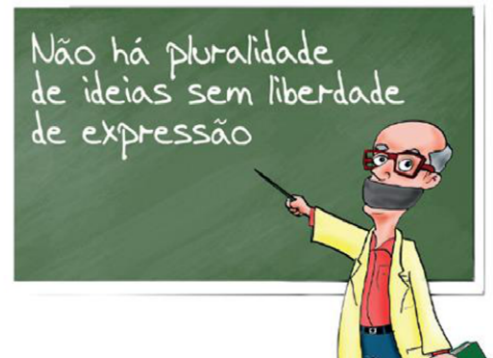
Fórum das Seis repudia investidas fascistas do movimento Escola Sem partido

Houve um tempo em que “O pequeno príncipe”, o clássico infanto-juvenil de Antoine de Saint-Exupéry, foi considerado subversivo em vários países latino-americanos. A teoria de conjuntos chegou a ser retirada da grade curricular de Matemática na Argentina, pois o termo “conjuntos” poderia suscitar interpretações “socialistas”.

São inúmeros os exemplos esdrúxulos como estes, que povoam períodos não muito distantes na nossa história, nos anos 60 e 70, quando as ditaduras militares se implantaram em países como o Brasil e seus vizinhos no continente. No poder, os militares estimulavam pais e alunos a denunciarem professores que praticassem “doutrinação marxista”.

As ditaduras se foram, mas o retrocesso social e cultural ficou, e ameaça baixar sua mão pesada sobre a sociedade brasileira, agora acrescido de “novidades”, como o combate à chamada “ideologia de gênero”, que estaria “aliciando” crianças e jovens para a “cultura gay”. Estamos falando de um movimento que tem crescido desde suas origens, em 2004, e que hoje tramita em forma de projetos em algumas câmaras municipais, mesmo após ter sido considerado inconstitucional no Congresso Nacional: o Escola Sem Partido.

O retorno de ideias tão retrógradas, que justificaram crimes inomináveis durante as ditaduras latino-americanas, não por acaso floresce na atual conjuntura conservadora que toma conta do país. Um caso recente, em Araraquara, mostra que o movimento Escola Sem Partido continua na ativa em suas investidas fascistas. Naquele município, houve uma “denúncia” de uma mãe contra uma professora formada pela Unesp local, que estaria ministrando conteúdo “pornográfico”



co” aos seus alunos de nono ano. No caso, a “denúncia” referia-se ao livro Capitães de Areia, do baiano Jorge Amado, escrito em 1937 e leitura exigida em todos os vestibulares do país! O mais grave é que a “denúncia” foi acatada pela Diretoria de Ensino do Município (!), ou seja, a docente está sendo culpabilizada por exercer sua atividade profissional com dignidade e competência.

Tais iniciativas retrógradas são incompatíveis com os direitos constitucionais previstos nos incisos II e III, Artigo 206, que estabelecem que deve haver no ensino brasileiro:

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

O Fórum das Seis manifesta integral apoio à docente e à comunidade unespiana, que prontamente reagiu ao ataque obscurantista à professora, com manifesto público e mobilização na cidade. Por deliberação de sua reunião em 19/4, o Fórum enviará moção à Diretoria de Ensino de Araraquara.

Sobre as denúncias feitas pelo MP de Contas

No dia 17/4, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou matéria sobre a iniciativa do Ministério Público de Contas do Estado de SP (MP de Contas), que informou a abertura de uma representação contra o ex-reitor da USP e agora anunciado secretário estadual da Saúde Marco Antonio Zago, o atual vice-reitor da USP Antonio Carlos Hernandez, o reitor da Unesp Sandro Valentini e outros servidores de alto escalão dessas universidades, para que devolvam ao erário público os valores que receberam em diárias contínuas por seus serviços prestados às instituições. O documento do MP de Contas foi encaminhado à presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para análise.

De acordo com o MP de Contas, essas diárias estariam sendo pagas em desacordo com a legislação vigente.

O Fórum das Seis considera necessário que esses fatos sejam devidamente apurados, com respeito ao direito à ampla defesa e ao contraditório. Se irregularidades forem confirmadas, que os autores sejam responsabilizados, os cofres públicos ressarcidos, e que igual procedimento seja aplicado em todo o serviço público estadual.

No entanto, é preciso serenidade e cautela com a forma como essas notícias são veiculadas por esses jornais que, em outras ocasiões, manipularam dados dos vencimentos dos servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades públicas paulistas e publicaram reportagens sensacionalistas com o indisfarçável intuito de desmoralizar nossas universidades e justificar suas propostas de privatização do sistema público de ensino superior paulista.

Pauta 2018 fechada e entregue aos reitores!



Queremos nosso poder aquisitivo de maio/2015! Chega de arrocho!

As entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se nesta quarta-feira, 4/4/2018, para tabular os resultados da segunda rodada de assembleias de base e fechar a Pauta Unificada 2018.

Na questão salarial, a decisão consensual foi a de reivindicarmos a volta do poder aquisitivo de maio/2015. O item aparece na Pauta desta forma:

2 – Reposição salarial na data-base para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o ICV do Dieese, para em maio/2018 voltar ao poder aquisitivo de maio/2015: 12,56% acrescido das inflações de março e abril de 2018.

No caso dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, pagamento do índice de 3% concedido na data-base de 2016 e ainda não quitado pela Universidade, com retroatividade a maio/2016.

A Pauta também traz um item específico para o pessoal do Ceeteps:

7 - Recomposição das perdas salariais dos servidores docentes e técnico-administrativos do Ceeteps, de acordo com índices adotados pelo Cruesp no período de 1996 a 2017, em respeito ao vínculo legal existente entre o Ceeteps e a Unesp, de acordo com o artigo 15 da Lei 952/1976.

Há, ainda, um item que pede “equiparação dos pisos salariais entre os servidores técnico-administrativos da Unesp, Unicamp, USP e do Ceeteps, preservando as estruturas de carreira.”

Entrega da Pauta e primeiros passos da mobilização

A Pauta Unificada 2018 (segue anexa) foi protocolada junto à reitoria da USP, uma vez que a presidência do Cruesp, pelo sistema

de rodízio, agora está com o reitor Vaham Agopyan. Na ausência de Agopyan, a Pauta foi recebida pela secretária do chefe de gabinete da reitoria.

No ofício de encaminhamento, o Fórum lembra que a data-base da categoria é 1º de maio e que, portanto, é preciso que os reitores agendem a primeira negociação para antes desta data. A sugestão do Fórum é que aconteça entre os dias 16 e 18 de abril.

No dia 19 de abril, as entidades voltam a se reunir para definir os próximos passos da campanha salarial 2018. Caso os reitores não agendem a reunião, entre as propostas de mobilização a serem discutidas está o indicativo de realização de [um dia de paralisação nas universidades em 26 de abril.](#)

Fórum reivindica audiência com reitor da Unesp sobre os 3%

O Fórum das Seis solicitou ao reitor da Unesp, Sandro Roberto Valentini, o agendamento de reunião para tratar especificamente da pendência relativa ao não pagamento do reajuste de 3% aos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, definido na data-base de 2016 pelo Cruesp. Até o fechamento deste boletim, em 4/4/2018, a reunião ainda não havia sido marcada.



O momento do protocolo da Pauta 2018, na reitoria da USP

“PEC do fim da Unesp”

Fórum apoia reação da comunidade contra a minuta da reitoria

Seguindo o exemplo do governo federal (que congelou por 20 anos os investimentos em serviços públicos) e da reitoria da USP (que depois de muita resistência da comunidade conseguiu que fosse aprovado pelo seu Conselho Universitário a “PEC do fim da USP”), a reitoria da Unesp lançou a proposta de uma resolução intitulada “Parâmetros de sustentabilidade orçamentária e financeira da Unesp”. Com a meta de limitar os gastos com folhas de pessoal a 85% dos recursos oriundos do ICMS e recompor suas reservas financeiras no patamar de quatro folhas, a reitoria da Unesp aponta para a comunidade anos a fio de congelamento salarial – na verdade, diminuição, porque sem aplicação da correção inflacionária – e sem contratações.

A minuta foi barrada na reunião do Conselho Universitário (CO) de 22/2, o que forçou o reitor a remetê-la para discussão nas unidades. Embora o documento tenha sido rejeitado na maioria esmagadora das congregações de unidades e departamentos, a reitoria deixa claro que fará o que for necessário para garantir a sua aprovação.

A “PEC do fim da Unesp” materializa, sem nenhum pudor, a estratégia praticada pelas sucessivas reitorias da Unesp, mas também da USP e da Unicamp, de adequar os custos da Universidade ao financiamento inadequado. Isso, por sua vez, é o resultado da submissão destes dirigentes

às políticas eleitoreiras das quais têm sido cúmplices, aceitando o jogo político do governador Alckmin, apoiando expansões sem garantia de recursos perenes, e deixando de cobrar do Executivo paulista que arque com a chamada insuficiência financeira, que hoje consome cerca de 20%, em média, dos recursos destinados ao pagamento de pessoal das universidades. De acordo com a Lei Complementar 1.010, de 1º/6/2007, a conta da insuficiência deveria ser paga pelo governo estadual, mas quem arca com ela são as universidades. A insuficiência financeira é a diferença entre o valor arrecadado pelas universidades com a contribuição previdenciária e o que é efetivamente pago aos aposentados e pensionistas.

Na reunião do Fórum das Seis em 4/4, as entidades manifestaram total apoio à reação da comunidade unespiana à minuta e o tema passou a fazer parte da Pauta Unificada 2018. Ele aparece no tópico **III – Financiamento**, da seguinte forma:

1-a) A histórica crise de financiamento a que o sistema público de ensino superior paulista tem sido submetido não pode se resolver com a imposição dos parâmetros que compõem as “propostas de sustentabilidade” adotadas de forma aparentemente isoladas em cada uma das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

Veja o total que você deixou de receber de maio/2015 a fevereiro/2018

Professor MS3 na Unesp:	R\$ 33.326,48
Professor MS3 na Unicamp e na USP:	R\$ 24.758,92
Técnico-administrativo nível básico na Unesp:	R\$ 5.817,49
Técnico-administrativo nível básico na Unicamp:	R\$ 5.136,48
Técnico-administrativo nível básico na USP:	R\$ 5.265,98
Técnico-administrativo nível médio na Unesp:	R\$ 8.674,94
Técnico-administrativo nível médio na Unicamp:	R\$ 7.588,63
Técnico-administrativo nível médio na USP:	R\$ 9.566,19
Técnico-administrativo nível superior na Unesp:	R\$ 17.175,69
Técnico-administrativo nível superior na Unicamp:	R\$ 14.309,46
Técnico-administrativo nível superior na USP:	R\$ 17.988,36



Recuperar o poder aquisitivo de maio/2015: esta é a reivindicação salarial de 2018!

“Ajuste fiscal” dos reitores faz salários caírem mesmo em tempos de arrecadação em alta

A partir dos indicativos oriundos da primeira rodada de assembleias para debate da data-base 2018, as entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se em 16/3 e definiram a reivindicação salarial para este ano. Na quase totalidade das assembleias, servidores docentes e técnico-administrativos apontaram a recomposição do poder aquisitivo de maio/2015 como meta principal da campanha salarial deste ano. Como ainda falta inserir nesta conta a inflação de fevereiro, março e abril/2018, não é possível determinar o valor exato do percentual desse reajuste agora. Por esse motivo, essa reivindicação consta no tópico **II – Salário** da pauta de reivindicação do Fórum das Seis da seguinte forma:

2 – Reposição salarial na data-base para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o ICV do Dieese, para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015.

No caso dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, pagamento do índice de 3% concedido na data-base de 2016 e ainda não quitado pela Universidade, com retroatividade a maio/2016.

Até 3 de abril, segunda rodada de assembleias

Na reunião do Fórum em 16/3, foram incorporadas à Pauta Unificada todas as propostas consensuais construí-



das a partir das contribuições advindas das assembleias de base. Agora, a orientação é de uma nova rodada de assembleias, até o dia 3/4, para que as categorias avaliem o texto final da Pauta. No dia 4/4, as entidades do Fórum voltam a se reunir para fechar, em definitivo, a Pauta 2018 e entregá-la ao Cruesp.

Sem resposta do Cruesp até 1º de maio, o indicativo é discutir greve!

Nossa data-base é 1º de maio. Portanto, é necessário que os reitores apresentem retorno às nossas reivindicações até esta data. De 2 a 4 de maio, as categorias devem realizar nova rodada de assembleias para avaliar o retorno do Cruesp. Se não houver resposta alguma ou se for considerada insuficiente, as assembleias devem debater nossa reação, inclusive a realização de greve.

Abaixo, as próximas datas no calendário de mobilização da data-base 2018:

Até 3 de abril – Segunda rodada de assembleias;

4/4 – Reunião do Fórum das Seis, seguida do protocolo da pauta junto ao Cruesp;

13/4 – Reunião do Fórum das Seis;

Semana de 16 a 20/4 – Sugestão da primeira reunião com Cruesp;

2 a 4 de maio – Assembleias para avaliar retorno do Cruesp;

7/5 – Reunião do Fórum das Seis para definir os próximos passos.



ICMS cresce, salário cai

Enquanto os salários estão em queda livre nas universidades estaduais, o mesmo não se verifica com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As universidades recebem 9,57% da quota-parte do estado no ICMS (75% ficam com o estado e 25% vão para os municípios).

Veja abaixo o que aconteceu com o ICMS nos últimos meses:

- O ICMS de 2016 (R\$ 90.278.354.696,00) foi **0,39% menor** que o de 2015 (R\$ 90.631.403.420)
- O ICMS de 2017 (R\$ 94.427.326.241,00) foi **4,596% maior** que o de 2016 (R\$ 90.278.354.696,00)
- O ICMS de janeiro/2018 (R\$ 8.701.484.297,00) foi **10,1325% maior** que o de janeiro de 2016 (R\$ 7.900.918.854,00). Além disso, foi maior que o de dezembro de 2017 (R\$ 8.491.663.526,00), o que não ocorria desde o ano de 2008, quando o ICMS cresceu 21,07% em relação ao do ano de 2007.

Inflação 2017: 2,44% segundo o ICV do Dieese e 2,27% de acordo com o IPC da Fipe.

Ou seja, a arrecadação do ICMS cresceu o dobro da inflação entre 2016 e 2017. Os salários, por sua vez, tiveram zero de reposição.



Índice necessário para voltar a maio/2015

Em fevereiro/2018, os servidores docentes e técnico-administrativos da Unicamp e da USP precisariam de um reajuste de 12,52% para retornar ao poder aquisitivo de maio/2015.

Na Unesp, que não honrou o compromisso dos 3% de maio/2016, esse índice é de 15,90%.

Obs.: Para fecharmos o índice da campanha, falta ainda inserir a inflação de fevereiro, março e abril/2018.

Veja o total que você deixou de receber de maio/2015 a fevereiro/2018

Professor MS3 na Unesp:	R\$ 33.326,48
Professor MS3 na Unicamp e na USP:	R\$ 24.758,92
Técnico-administrativo nível básico na Unesp:	R\$ 5.817,49
Técnico-administrativo nível básico na Unicamp:	R\$ 5.136,48
Técnico-administrativo nível básico na USP:	R\$ 5.265,98
Técnico-administrativo nível médio na Unesp:	R\$ 8.674,94
Técnico-administrativo nível médio na Unicamp:	R\$ 7.588,63
Técnico-administrativo nível médio na USP:	R\$ 9.566,19
Técnico-administrativo nível superior na Unesp:	R\$ 17.175,69
Técnico-administrativo nível superior na Unicamp:	R\$ 14.309,46
Técnico-administrativo nível superior na USP:	R\$ 17.988,36

Insuficiência entra na Pauta. Entenda o que está em jogo

A Pauta Unificada de Reivindicações 2018 passa a contar com um item específico sobre a insuficiência financeira, tema que foi debatido em várias assembleias de base da primeira rodada convocada pelo Fórum das Seis.

O item está no tópico **III – Financiamento**, com a seguinte redação:

4 - Exigência de que o governo estadual respeite o Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010, de 1º/06/2007 e arque com a insuficiência financeira das Universidades com recursos do Tesouro do Estado.

A insuficiência financeira – definida no Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – vem sendo custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na mesma lei, que estabelece que “o estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”. No entanto, os recursos para garantir a integralidade do pagamento

dos aposentados e pensionistas das universidades estaduais são descontados dos recursos nelas investidos, ou seja, dos 9,57% do ICMS-QPE.

Em 2016, de acordo com dados extraídos do relatório do GT Previdência (entre Fórum das Seis e Cruesp), a insuficiência financeira sequestrou, aproximadamente, 19,5% dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%) para as universidades. A previsão, de acordo com dados atuais, é de que alcance algo em torno de 30% em 2026. Ao arripio do que consta explicitamente no texto da lei, o governo a “interpreta” a seu favor, alegando que estas instituições, como parte do estado, estariam obrigadas a cobrir a insuficiência financeira.

Expansão e manobras na base de cálculo do repasse

A insuficiência financeira não é a única via por onde são desviados recursos da Unesp, Unicamp e USP. Além da expressiva expansão sem recursos perenes, temos ainda as manobras na base de cálculo do repasse, que reduzem os



repasse às universidades ano após ano.

Trata-se do seguinte: antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira da base de cálculo (que deveria ser 75% do **total** arrecadado), recursos destinados a itens como Programas de Habitação, juros de mora e dívida ativa. Apenas de 2014 a 2017, essa

“esperteza” do governo estadual gerou uma perda real de cerca de R\$ 1.239.480.000 para Unesp, Unicamp e USP!

O fim destas manobras na base de cálculo e o repasse dos recursos correspondentes à expansão também são pontos da nossa Pauta de Reivindicações (tópico **III – Financiamento**).

Marielle, presente! Amanhã será maior!

Nesta quarta-feira, 21/3, completa-se uma semana desde a covarde execução de Marielle Franco, vereadora pelo PSOL na cidade do Rio de Janeiro, negra e ativista em defesa dos direitos da população pobre das favelas.

O crime ocorreu no dia 14/3/2018, quando Marielle e seu motorista Anderson Pedro M. Gomes retornavam de um evento chamado “Jovens Negras Movendo as Estruturas”. O carro em que estavam foi alvejado por vários tiros, vitimando ambos.

Nos dias seguintes, grandes manifestações ganharam as ruas e praças em todo o país. Novas atividades estão previstas, entre elas o ato público organizado pela Adusp, com o apoio das entidades que compõem o Fórum das Seis, em 21/3, às 17 horas, no Largo de São Francisco, em São Paulo. Participe.

Moção

Em sua reunião de 16/3, o Fórum aprovou moção reivindicando a imediata apuração e responsabilização por este crime hediondo e covarde.

A vereadora vinha denunciando sistematicamente a ação violenta do 41º Batalhão da Polícia Militar na comunidade de Acari. Duas semanas antes, havia assumido a função de relatora da Comissão da Câmara de Vereadores do Rio, criada para acompanhar justamente a atuação das tropas na intervenção federal na área de segurança do Rio de Janeiro. Marielle era socióloga e mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense.



**Marielle, presente!
Amanhã vai ser maior!**

Marielle Franco
(27/7/1979 - 14/3/2018)

Ato 21/3/18, 17h, Largo São Francisco

organização: Adusp, Andes, Adunesp, Adunicamp, Sinteps, Sintunesp, Sintusp, STU, DCE-Livre da USP, CA XI de Agosto, APG-USP, DCE da Unicamp, CSP-Conlutas, Luta Popular, Núcleo de Consciência Negra da USP, Sindicato dos Advogados, Sintrajud, Anel, Quilombo Raça e Classe, Movimento Mulheres em Luta

F6 repudia repressão contra servidores municipais e pede retirada de projeto de Doria

Em sua reunião de 16/3, o Fórum das Seis aprovou moção de solidariedade aos professores da rede municipal de São Paulo e a todos os servidores da capital paulista, em greve contra um projeto enviado pelo prefeito João Doria à Câmara de Vereadores, o PL 621, que impõe violento confisco salarial. Embora a reforma da Previdência do governo Temer tenha sido, momentaneamente, paralisada pela mobilização popular, o prefeito “candidato a governador” quer fazer a sua própria reforma.

Entre outras medidas, Doria pretende aumentar a alíquota previdenciária de 11% para até quase 19%, o que significará drástica redução nos salários.

Na quarta-feira, 14/3/2018, milhares de servidores municipais compareceram à frente da Câmara para exercer seu livre e democrático direito de discordar do projeto. Foram re-

cebidos pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) e pela Polícia Militar com bombas de gás, tiros de borracha e cassetetes, ação que culminou em vários feridos, como visto na imprensa. O Fórum das Seis repudia com veemência a brutalidade policial contra os servidores públicos municipais de SP e apoia a reivindicação de imediata retirada do projeto.

Grande ato em 20/3

O Fórum das Seis convida os trabalhadores e estudantes das universidades estaduais e do Centro Paula Souza a participarem do grande ato que está sendo convocado pelas entidades do funcionalismo paulistano para esta terça-feira, 20/3, a partir das 14 horas, em frente à Câmara de Vereadores, que fica no Viaduto Jacareí, nº 100, centro.

CHEGA DE ARROCHO! **Recomposição do poder de compra de maio/2015 é meta nesta data-base**



Discurso da crise lançou os salários em queda livre, cortou postos e rebaixou as nossas condições de trabalho.

Só a mobilização pode virar este jogo

Reunidas no dia 2 de março, as entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram o cenário em que se insere a data-base 2018. De sua parte, os reitores continuam se escorando no discurso da crise para tentar impor medidas que apontam para o arrocho salarial e o desmonte das universidades estaduais paulistas. O panorama econômico, por sua vez, sinaliza um crescimento na arrecadação do ICMS, ao mesmo tempo em que mostra os salários despencando rapidamente. As categorias são chamadas a se mobilizar, como única forma de reverter esse quadro.

Até o dia 15 de março, as entidades devem realizar a primeira rodada de assembleias de base, para debater a pauta de reivindicações deste ano e os caminhos da mobilização.

A seguir, confira os principais pontos discutidos na reunião do Fórum e os indicativos para as assembleias.

“PECs do fim das universidades”, cortes e mais cortes: a via escolhida pelos reitores

Nos últimos anos, frente ao aprofundamento da crise de financiamento das universidades, a opção preferencial dos reitores, em vez de lutar pública e efetivamente por mais recursos, tem sido a de descarregar sobre a comunidade acadêmica a culpa e a conta. Vejamos:

- A conta da expressiva **expansão de cursos e campi**, sem a contrapartida de recursos perenes, que deveria ser cobrada do governo estadual, recai sobre a

comunidade universitária.

- A conta das **manobras na base de cálculo do ICMS**, que deveria ser cobrada do governo estadual, recai sobre a comunidade universitária. Os reitores jamais reclamaram desta distorção. Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira da base de cálculo (que deveria ser 75% do total arrecadado), recursos destinados a itens como Programas de Habitação, juros de mora e dívida ativa. Por conta disto, as universidades deixaram de receber cerca de R\$ 1,3 bilhão de 2014 a 2017.

- A conta da **insuficiência financeira**, que hoje consome cerca de 20%, em média, dos recursos destinados ao pagamento de pessoal, deveria ser cobrada do governo estadual, conforme manda a lei (LC nº 1.010, de 1º/6/2007), mas são as universidades que pagam. A insuficiência financeira é a diferença entre o valor arrecadado pelas universidades com a contribuição previdenciária e o que é efetivamente pago aos aposentados e pensionistas.

Seguindo o exemplo do governo federal (que congelou por 20 anos os investimentos em serviços públicos) e da reitoria da USP (que, depois de muita resistência da comunidade conseguiu que fosse aprovado pelo seu Conselho Universitário a



Representantes das entidades durante reunião do Fórum, em 2/3

“PEC do fim da USP”), a reitoria da Unesp acaba de lançar a proposta de uma resolução intitulada “Parâmetros de sustentabilidade orçamentária e financeira da Unesp”. Com a meta de limitar os gastos com folhas de pessoal a 85% dos recursos oriundos do ICMS e recompor suas reservas financeiras no patamar de quatro folhas, a reitoria da Unesp aponta para a comunidade anos a fio de congelamento salarial e sem contratações. A minuta foi barrada na reunião do Conselho Universitário (CO) de 22/2, mas ainda não saiu da pauta da reitoria. É a “PEC do fim da Unesp”, que materializa, sem nenhum pudor, a estratégia praticada pelas sucessivas reitorias da Unesp, mas também da USP e da Unicamp, de adequar os custos da Universidade ao financiamento inadequado. Isso, por sua vez, é o resultado da submissão destes dirigentes às políticas eleitoreiras das quais têm sido cúmplices, aceitando o jogo político do governador Alckmin,



apoiando expansões sem garantia de recursos perenes, e deixando de cobrar do Executivo paulista que cumpra a Lei Complementar nº 1.010, de 1º/6/2007, conforme mencionado acima.

Os efeitos da cumplicidade dos reitores com o desmonte das universidades, sob a justificativa do discurso da crise

- Nas três universidades, as contratações estão suspensas há bastante tempo, inclusive nos casos de vagas abertas por aposentadorias e morte. Na USP, esse quadro se agravou com a saída de cerca de 4 mil servidores técnicos-administrativos, por meio de programas de demissão voluntária, gerando caos em vários setores, como é o caso do Hospital Universitário (HU);
- Quebra da isonomia pela reitoria da Unesp em 2016 (deixou de pagar até mesmo o ínfimo reajuste de 3% acordado pelo Cruesp);
- Descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários técnicos-administrativos), repressão sobre os três segmentos, adoção de medidas para mostrar – ao governador e ao mercado – “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras), supressão de direitos (corte de vagas e fechamento de creches, corte no vale

alimentação dos professores substitutos da Unesp e prorrogação inexplicável dos estágios probatórios e confirmações no RDIDP de docentes na Unesp).

Discurso da crise não se sustenta: ICMS cresce, salário cai

Os salários vêm sendo arrojados progressivamente nos últimos anos. Se a mera reposição da inflação dos 12 meses anteriores já não era suficiente para nos devolver o que a inflação corroeu, agora a situação é muito pior. O fracionamento do pagamento da inflação (como ocorrido em 2015),

a concessão de apenas 3% em 2016 (e nem isso na Unesp!) e o zero em 2017 diminuíram ainda mais o nosso poder de compra.

Enquanto os salários estão em queda livre nas universidades estaduais (veja no quadro abaixo), o mesmo não se verifica com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As universidades recebem 9,57% da cota-parte do estado no ICMS (75% ficam com o estado e 25% vão para os municípios).

Veja abaixo o que aconteceu com o ICMS nos últimos meses:

O crescimento do ICMS

- O ICMS de 2016 (R\$ 90.278.354.696,00) foi **0,39% menor** que o de 2015 (R\$ 90.631.403.420)

- O ICMS de 2017 (R\$ 94.427.326.241,00) foi **4,596% maior** que o de 2016 (R\$ 90.278.354.696,00)

- O ICMS de janeiro/2018 (R\$ 8.701.484.297,00) foi **10,1325% maior** que o de janeiro de 2016 (R\$ 7.900.918.854,00). Além disso, foi maior que o de dezembro de 2017 (R\$ 8.491.663.526,00), o que não ocorria desde o ano de 2008, quando o ICMS cresceu 21,07% em relação ao do ano de 2007.

Inflação 2017: 2,44% segundo o ICV do Dieese e 2,27% de acordo com o IPC da Fipe.

Ou seja, a arrecadação do ICMS cresceu o dobro da inflação entre 2016 e 2017. Os salários, por sua vez, tiveram zero de reposição, aprofundando ainda mais o processo de empobrecimento dos trabalhadores das universidades.

Reagir e lutar

Até 15 de março, primeira rodada de assembleias para definir a pauta

O Fórum das Seis orienta as entidades a realizarem uma primeira rodada de assembleias de base até o

dia 15 de março. O objetivo é discutir a pauta de reivindicações que vamos apresentar ao Cruesp até o final do mês.

O principal debate refere-se ao índice da campanha salarial. É consenso entre as entidades sindicais a necessidade de reivindicar a reposição do nosso poder aquisitivo de maio/2015. Veja no quadro que mostra de quanto deveria ser o reajuste para recuperarmos o poder de compra que tínhamos respectivamente em maio/2017, em maio/2016 e em maio/2015, se a data base fosse fevereiro de 2018.

Cabe às assembleias debaterem a forma como esta reivindicação

Quanto perdemos nos últimos 3 anos até fevereiro de 2018

% necessário para voltar a	Unesp	USP/Unicamp
Maio/2017	2,66%	2,38%
Maio/2016	6,01%	5,72%
Maio/2015	15,90%	12,52%

Obs. 1: A base para o cálculo é a inflação calculada pelo ICV/Dieese.

Obs. 2: Na Unesp, os percentuais maiores são decorrência do não pagamento do índice de 3% concedido pelo Cruesp em maio/2016.

Obs. 3: Para fecharmos o cálculo para a nossa data-base, que é maio, devem ser consideradas as inflações de fevereiro, março e abril de 2018, e essa informação completa só teremos em maio deste ano.





O arrocho traduzido em números

deve aparecer na nossa pauta. Se será apresentado o índice necessário para voltar a maio/2015 de uma só vez, ou se será proposto um índice em maio/2018 que reponha maio/2016 (ou maio/2017) + um calendário de reposição do restante para voltar a maio/2015.

Obs.: Junto com este boletim, segue a Pauta de Reivindicações de 2017, para servir como base às assembleias na discussão dos demais itens, caso julguem pertinente. O Fórum das Seis fará as devidas atualizações em todos eles. O Jornal do Fórum (edição de fev./2018) também traz tabelas e dados para apoiar as assembleias.

Queremos resposta até a data-base, que é 1º de maio!

Queremos que os reitores respeitem a data-base, apresentando uma proposta salarial até 1º de maio. O calendário indicado pelo Fórum (*abaixo*) já prevê a realização de assembleias nos dias 2 a 4 de maio, para avaliar o retorno do Cruesp e definir os próximos passos. O indicativo do Fórum das Seis, se não houver proposta, é de greve!

Calendário completo

Até 15/3 – Primeira rodada de assembleias;

16/3 – Reunião do Fórum das Seis;

19 a 27/3 – Segunda rodada de assembleias;

28/3 – Reunião do Fórum das Seis, seguida do protocolo da pauta junto ao Cruesp;

13/4 – Reunião do Fórum das Seis;

Semana de 16 a 20/4 – Sugestão da primeira reunião com Cruesp;

2 a 4/5 – Assembleias para avaliar retorno do Cruesp;

7/5 – Reunião do Fórum das Seis para definir os próximos passos.

Veja o quanto você deixou de receber em fevereiro/2018:

Professor MS3 na Unesp: **R\$ 1.647,29**

Professor MS3 na Unicamp e na USP: **R\$ 1.336,49**

Técnico-administrativo nível básico na Unesp: **R\$ 290,32**

Técnico-administrativo nível básico na Unicamp: **R\$ 264,51**

Técnico-administrativo nível básico na USP: **R\$ 271,17**

Técnico-administrativo nível médio na Unesp: **R\$ 428,93**

Técnico-administrativo nível médio na Unicamp: **R\$ 390,79**

Técnico-administrativo nível médio na USP: **R\$ 492,63**

Técnico-administrativo nível superior na Unesp: **R\$ 849,26**

Técnico-administrativo nível superior na Unicamp: **R\$ 736,89**

Técnico-administrativo nível superior na USP: **R\$ 926,33**

Obs.: Estes valores correspondem ao que você deixou de receber em fevereiro/2018. Nos meses subsequentes, os valores serão diferentes, aumentando ou diminuindo conforme a inflação aumente ou diminua.

Veja o total que você deixou de receber desde maio/2015

Professor MS3 na Unesp: **R\$ 33.326,48**

Professor MS3 na Unicamp e na USP: **R\$ 24.758,92**

Técnico-administrativo nível básico na Unesp: **R\$ 5.817,49**

Técnico-administrativo nível básico na Unicamp: **R\$ 5.136,48**

Técnico-administrativo nível básico na USP: **R\$ 5.265,98**

Técnico-administrativo nível médio na Unesp: **R\$ 8.674,94**

Técnico-administrativo nível médio na Unicamp: **R\$ 7.588,63**

Técnico-administrativo nível médio na USP: **R\$ 9.566,19**

Técnico-administrativo nível superior na Unesp: **R\$ 17.175,69**

Técnico-administrativo nível superior na Unicamp: **R\$ 14.309,46**

Técnico-administrativo nível superior na USP: **R\$ 17.988,36**

Esses valores foram calculados comparando o seu salário real recebido em cada mês, desde maio/2015, com o salário que você receberia se ele fosse corrigido pela inflação mês a mês. Somando as diferenças de todos os meses até janeiro/2018, o resultado aparece na tabela acima.

Em defesa do HU da USP

Representantes das entidades do Fórum das Seis participaram, junto com centenas de pessoas, de uma manifestação em defesa do Hospital Universitário da USP (HU) na sexta-feira, 2/3. O movimento foi organizado pelo Coletivo Butantã na Luta, Adusp, Sintusp e DCE da USP. Após passeata que percorreu quase toda a Cidade Universitária, os manifestantes solicitaram audiência com o reitor Vahan Agopyan, para entregar-lhe abaixo-assinado com cerca de 60 mil assinaturas, em favor da reativação integral do hospital. O novo reitor da USP não quis receber a comissão.

Em <https://youtu.be/OtZdTCaenXU>, confira a fala da representação do Fórum das Seis no ato.



Passeata pelo campus Butantã (Foto: Sintusp)

Salários em queda livre!

Começa a data-base 2018: luta em defesa da isonomia e contra o arrocho

Nosso poder aquisitivo e nossos direitos estão sustentando as universidades estaduais paulistas. É hora de preparar a Pauta Unificada e a luta deste ano

Reunidas no dia 30/1, as entidades que compõem o Fórum das Seis deram início à data-base 2018. A partir de um debate preliminar da conjuntura, a avaliação consensual é de que as reitorias das universidades estaduais paulistas – tendo o reitor Zago, da USP, que acaba de encerrar seu mandato, como porta-bandeira – e a Superintendência do Centro Paula Souza (ETECs e FATECs) vêm implementando a receita ditada pelo governo Alckmin, em consonância com as políticas implementadas nacionalmente de desmonte do serviço público brasileiro: arrocho salarial, não contratações, corte de benefícios, entre outros, apontando para a privatização e a mercantilização. Com o seu silêncio estupefaciente diante das consequências desastrosas destas políticas para o sistema público de ensino superior paulista, os reitores e a Superintendência do Centro Paula Souza têm sido cúmplices desse processo.

Os efeitos desta opção são bem práticos e comprometem diretamente o cotidiano do conjunto da comunidade universitária:

- Nas três universidades, as contratações estão suspensas há bastante tempo, inclusive nos casos de vagas abertas por aposentadorias e morte. Na USP, esse quadro se agravou com o corte de cerca de 4 mil servidores técnico-administrativos, por meio de programas de demissão voluntária, gerando caos em vários setores, como é o caso do Hospi-



tal Universitário (HU);

- Quebra da isonomia pela reitoria da Unesp em 2016 (deixou de pagar até mesmo o ínfimo reajuste de 3% acordado pelo Cruesp);

- Descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos), repressão sobre os três segmentos, adoção de medidas para mostrar “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras na Unesp), supressão de direitos (corte de vagas e fechamento de creches, corte no vale alimentação dos professores substitutos da Unesp).

Todas essas medidas, longe de retratar uma postura “responsável” dos reitores, comprovam sua incapacidade e inépcia em lutar por mais recursos para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e *campi* sem a contrapartida orçamentária devida. Alicerçados nos discursos de “crise”, é sobre a comunidade acadêmica que querem jogar a conta, por meio do confisco de direitos, agravamento das condições de trabalho

e do arrocho salarial. Nem sequer chegaram a reivindicar que o governo Alckmin se responsabilize pelo pagamento da insuficiência financeira – diferença entre o valor arrecadado pela contribuição previdenciária e o efetivamente pago aos aposentados e pensionistas – conforme manda a lei (LC nº 1.010, de 1º/6/2007). Isso corresponde hoje, em média, a cerca de 20% dos recursos destinados ao pagamento de pessoal!

Arrecadação em alta, salários em baixa

Os salários vêm sendo arrochados progressivamente nos últimos anos. Se a mera reposição da inflação dos 12 meses anteriores nas universidades estaduais paulistas já não era suficiente para nos devolver o que a inflação corroeu, agora a situação é muito pior. O fracionamento do pagamento da inflação (como ocorrido em 2015), a concessão de apenas 3% em 2016 (e nem isso na Unesp!) e o zero em 2017 diminuíram ainda mais o nosso poder de compra.

Mas, se os salários estão em queda livre, o mesmo não acontece com a arrecadação do ICMS, que é a base do financiamento das estaduais paulistas. Como se sabe, as universidades recebem 9,57% da cota-parte do estado no ICMS (75% ficam com o estado e 25% vão para os municípios). A partir de dados extraídos das planilhas fornecidas pelo Cruesp, veja o que aconteceu com a arrecadação do ICMS em 2016 e 2017:



ICMS 2017 => R\$ 94.427.326.242
ICMS 2016 => R\$ 90.278.354.698
 Crescimento 2017/2016 => 4,5957%

Inflação 2017: 2,44% segundo o ICV do Dieese e 2,27% pelo IPC da Fipe.

Ou seja, a arrecadação do ICMS cresceu o dobro da inflação entre 2016 e 2017. Os salários, por sua vez, tiveram zero de reposição, aprofundando ainda mais o processo de empobrecimento dos trabalhadores das universidades.

Calendário de organização e mobilização

Em sua reunião de 30/1, as entidades que compõem o Fórum das Seis aprovaram a produção de uma nova edição do **Jornal do Fórum**, com mais subsídios à data-base 2018 (dados sobre perdas salariais, razões da crise de financiamento das universidades e do Centro Paula Souza, entre outros). O jornal deve circular após o Carnaval. Na sequência, a proposta de calendário é a seguinte:

. 2/3 - Reunião do F6 em SP.

Para onde vai o dinheiro do estado de SP

R\$ 29 bilhões

Esse é o montante das isenções fiscais concedidas pelo governo Alckmin às grandes empresas em dois anos: o correspondente a 11% do ICMS paulista (cerca de R\$ 14 bilhões) em 2017, e a 11,2% em 2018 (aproximadamente R\$ 15 bilhões). Os dados aparecem nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovadas na Assembleia Legislativa de SP para estes anos.

O “presente” dado pelo governador aos empresários significa algo em torno de R\$ 2,1 bilhões a menos para Unesp, Unicamp e USP neste período (9,57% da cota-parte do estado no ICMS, ou seja, 75%).

De acordo com pesquisa feita pelo gabinete do deputado Carlos Giannazi (PSOL/SP), entre as empresas agraciadas com a renúncia fiscal estão justamente as que têm os maiores valores inscritos na Dívida Ativa do Estado. São sobretudo grandes frigoríficos, como Sadia (que deve R\$ 1,5 bilhão), Distribuidora de Carnes de São Paulo (R\$ 1,2 bilhão), Grandes Lagos (R\$ 620 milhões), Margem (R\$ 606 milhões), Frigoestrela (R\$ 482 milhões) e Frigorífico Antártico (R\$ 476 milhões). Só os cem maiores inadimplentes devem R\$ 78 bilhões.



- . **Primeira quinzena de março** – Rodada inicial de assembleias de base para debater a Pauta de Reivindicações
- . **Na sequência** - Reunião do F6
- . **Segunda quinzena de março** – Nova

- rodada de assembleias de base para fechar a Pauta.
- . **Na sequência** - Reunião do F6
- . **Final de março:** Protocolo da Pauta junto ao Crulesp.

19/2: Fórum indica adesão às atividades contra a reforma da Previdência

Durante a reunião em 30/1, as entidades que compõem o Fórum das Seis também avaliaram que é preciso travar as lutas relacionadas à data-base em sintonia com a resistência à reforma da Previdência, que o governo tentará colocar em votação nos dias 19 ou 20/2.

Embora tente costurar acordos e ajustes para garantir os votos dos parlamentares, ariscos em tempos de eleição, o governo mantém em sua proposta o sequestro de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores brasileiros de receberem proventos que assegurem alguma qualidade de vida depois de aposentados, dificultando, ou mesmo impedindo, que muitos se aposentem.

Em reunião na quarta-feira (31/1), as centrais sindicais aprovaram a realização de uma **Jornada Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência**, indicando 19/2 como um **Dia Nacional de Luta**.

Com a palavra de ordem “**Se botar pra votar, o Brasil vai parar**”, as centrais indicam às bases mobilização imediata, com a realização de assembleias, plenárias regionais e estaduais, panfletagens, blitz



nos aeroportos, pressão nas bases dos parlamentares e pressão no Congresso Nacional. Na capital paulista, já está previsto um ato à tarde, na Av. Paulista, no vão do MASP.

O Fórum das Seis orienta as categorias das universidades e do Centro Paula Souza a participarem da forma mais ativa possível no dia 19/2, integrando as atividades dentro e fora das instituições de ensino, em conjunto com outras categorias de trabalhadores.